

PÊCHEUX e

caminhos cruzados na Análise do Discurso

FOUCAULT

Dalexon Sérgio da Silva
Francisco Vieira da Silva
[organizadores]



Pedro & João
editores

Pêcheux e Foucault:

caminhos cruzados na Análise do Discurso

**Dalexon Sérgio da Silva
Francisco Vieira da Silva
(Organizadores)**

**Pêcheux e Foucault:
caminhos cruzados na
Análise do Discurso**

Copyright © 2017 dos autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos autores.

Dalexon Sérgio da Silva; Francisco Vieira da Silva (Orgs.)

Pêcheux e Foucault: caminhos cruzados na Análise do Discurso.
São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. 234p.

ISBN: 978-85-7993-404-9 [Ebook]

ISBN: 978-85-7993-405-6 [Impresso]

1. Pêcheux. 2. Foucault. 3. Análise do Discurso. 4. Autores. I. Título.

CDD – 410

Capa: Hélio Márcio Pajeú

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Nair F. Gurgel do Amaral (UNIR/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2017

APRESENTAÇÃO

Este livro, intitulado “*Pêcheux e Foucault: caminhos cruzados na Análise do Discurso*”, apresenta doze estudos embasados sob o prisma investigativo de dois dos principais expoentes da constituição da Análise do Discurso (AD), especialmente no cenário teórico brasileiro: Michel Pêcheux e Michel Foucault. Contemporâneos, os dois franceses encetaram convergências e discordâncias que constituem ressonâncias nos modos de ser analista de discurso na atualidade. Corroborando essa assertiva, as pesquisas presentes neste livro evidenciam, a partir da produtividade teórico-metodológica de ambos os autores, o exame das mais diversas materialidades discursivas do momento presente, de maneira a revelar os caminhos que se cruzam nas investigações abrigadas sob a rubrica da AD.

Nesse sentido, o primeiro capítulo, de autoria de Francisco Vieira da Silva (UFERSA), volta-se para a análise de duas séries enunciativas midiático-digitais, com vistas a pensar a constituição do sujeito a partir de dizeres que apontam para a urgência em ostentar um corpo torneado, atlético e malhado, levando em conta o funcionamento dos discursos na rede digital e as especificidades que os caracterizam, a partir das teorizações de Foucault acerca das tecnologias de poder e dos saberes que incidem sobre o corpo. Em seguida, o texto escrito por Silmara Dela Silva, Elaine Pereira Daróz e Ceres Ferreira Carneiro (UFF) discute as condições de produção que sustentam o discurso sobre a beleza, atributo tão indispensável na atualidade. Para tanto, as autoras tomam como ponto de ancoragem a repercussão gerada por uma reportagem publicada na revista *Veja* acerca da beleza de Marcela Temer, hoje primeira-dama do Brasil.

O capítulo seguinte, de autoria de Edileide Godoi (UFPB), propõe compreender como a mídia produz discursos que

justificam a exclusão/inclusão de determinado sujeito tatuado. Como objeto de análise, a pesquisadora seleciona uma reportagem da revista *Superinteressante*, a qual acaba por marginalizar o tatuado como um sujeito perigoso em potencial. Posteriormente, Mailson Fernandes Cabral de Souza e Gilbraz de Souza Aragão (UNICAP) analisam os discursos que irrompem por meio do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa (CNRDR), no intuito de averiguar as controvérsias e as polêmicas que emperram a promoção da liberdade e da diversidade religiosa no Brasil. Os autores defendem que a diversidade religiosa pode representar um gesto de leitura para a compreensão dos embates ideológicos que se realizam em torno da relação entre religião e política no espaço público brasileiro.

Dando continuidade à presente coletânea, o capítulo de Ilza Galvão Cutrim e Maxhemyliano Silva Marques (UFMA) investiga as práticas discursivas que instauram o servidor público policial, a fim de verificar como tais práticas envolvem os conceitos acerca da imagem do policial e de que forma corroboram o discurso do sujeito enunciador. Para isso, os autores debruçam-se sobre dois programas de governo do candidato ao cargo de governador do estado do Maranhão, Flávio Dino. Já no capítulo de Agnaldo Almeida (UFMG), o foco centra-se sobre os sentidos do termo “família” em um debate televisivo do qual participaram candidatos com posicionamentos discursivos distintos. A partir da análise, o autor assegura que definir o que é ou não uma “família” não é uma questão puramente linguística, ao contrário, é política e simbólica.

Em seguida, Karoline Machado Freire Pereira e Ilderlandio Assis de Andrade Nascimento (UFPB) trazem à baila um gesto de leitura sobre a materialidade fílmica *Os Contos Proibidos do Marques de Sade*, de modo a estudar como a interdição e a subjetivação perpassam a construção de sujeitos (situados em um tempo histórico determinado), atentando para a intrincada relação entre saber e poder na constituição de discursos sobre a sexualidade.

Nessa diretriz que promove caminhos cruzados entre Pêcheux e Foucault, temos também o estudo de Felipe Casado de Lucena (UNICAP), que, pela via do jornalismo popular, apresenta-nos o discurso do cotidiano, por meio de uma análise das características do discurso do sujeito-jornalista, trazendo para a discussão a ordem interdiscursiva e intradiscursiva. Em seguida, Israel de Sá (UFU) destaca a conjunção existente entre o linguístico e o histórico no estabelecimento da Análise do Discurso e na constituição de uma teoria do discurso, ao trilhar um breve panorama dos estudos históricos desenvolvidos desde os historiadores dos *Annales* até os aprofundados pela chamada *Nova História*.

No capítulo subsequente, Maria do Carmo Gomes P. Cavalcanti (UNICAP) apresenta-nos o discurso religioso, por meio de um olhar sobre a *Teologia da Prosperidade* na Igreja Universal do Reino de Deus, como vertente Neopentecostal. A autora analisa alguns efeitos de sentido na prática discursiva neopentecostal no aspecto referente ao hedonismo vinculado à *Teologia da Prosperidade*. (TP), bem como identifica as tomadas de posição do sujeito frente ao funcionamento discursivo que emerge no interior desta Igreja. Já no capítulo seguinte, Jocenilson Ribeiro (UNILA) faz-nos pensar na apropriação da imagem como objeto pedagógico, ao trazer para reflexão as noções de história e arquivo, tal como aparecem nos escritos de Michel Foucault, e de discurso, conforme proposto por Michel Pêcheux.

Produzindo um efeito de sentido de fim, este livro ainda acrescenta mais um capítulo. Escrito por Dalexon Sérgio da Silva e Nadia Pereira da Silva G. de Azevedo (UNICAP), o texto chama a atenção para o enunciado "*Somos Todos Chape*", produzido em razão do acidente aéreo que vitimou integrantes do clube de futebol brasileiro Chapecoense em Medellin, na Colômbia, em novembro de 2016. Além disso, os autores analisam uma fotografia do sujeito-jornalista Roberto Cabrini (SBT) no local do acidente, no intuito de investigar a rede de sentidos que atravessam o enunciado "*Somos todos Chape*" e a fotografia do jornalista,

considerada inapropriada para a situação. O capítulo insiste na tese de que o lugar social no qual o sujeito se filia marca o que pode e o que deve ser dito.

Aqui, fazemos a você, caro leitor, uma injunção à interpretação, a cruzar essa trajetória traçada inicialmente por Pêcheux e Foucault nos (des)caminhos da AD.

Com o efeito de sentido convidativo dos autores e dos organizadores deste livro, subscrevemo-nos,

Dalexon Sérgio da Silva
e Francisco Vieira da Silva
(Organizadores)

SUMÁRIO

DA IMAGEM ESTELAR DO <i>SELFIE GYM</i> AO SONHO DAS “VEIAS SALTADAS”: OBSERVAÇÕES ARQUEGENEALÓGICAS SOBRE O CORPO NA REDE DIGITAL Francisco Vieira da Silva	11
BELA? DA CONSTRUÇÃO DE EVIDÊNCIAS NO DISCURSO SOBRE A MULHER E A BELEZA Silmara Dela Silva Elaine Pereira Daróz Ceres Ferreira Carneiro	27
A INCLUSÃO/EXCLUSÃO DO SUJEITO TATUADO NAS REDES DA MÍDIA Edileide Godoi	49
SE NÃO CABE AO ESTADO DEFINIR UM CONCEITO DE RELIGIÃO, O QUE É UM CRIME DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA? UMA ANÁLISE DISCURSIVA Mailson Fernandes Cabral de Souza Gilbraz de Souza Aragão	61
CONFIGURAÇÕES DO SERVIDOR PÚBLICO <i>POLICIAL</i> NO DISCURSO DE CAMPANHA POLÍTICA DO CANDIDATO FLÁVIO DINO Ilza Galvão Cutrim Maxhemiliano Silva Marques	79
O ESTATUTO DA FAMÍLIA E UM BREVE EXERCÍCIO DE ANÁLISE DE DISCURSO Agnaldo Almeida	99

<p>“CONTOS PROIBIDOS DO MARQUÊS DE SADE”: INTERDIÇÃO E SUBJETIVAÇÃO Karoline Machado Freire Pereira Ilderlandio Assis de Andrade Nascimento</p>	115
<p>POSIÇÃO-SUJEITO E DISCURSO DO COTIDIANO NO JORNALISMO POPULAR Felipe Casado de Lucena</p>	135
<p>DOS <i>ANNALES</i> À FOUCAULT E À NOVA HISTÓRIA: O EIXO HISTÓRIA NA CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO Israel de Sá</p>	151
<p>O NEOPENTECOSTALISMO E A TEOLOGIA DA PROSPERIDADE (TP) NAS IGREJAS UNIVERSAIS DO REINO DE DEUS: D(ENUNCIANDO) SENTIDOS Maria do Carmo Gomes P. Cavalcanti</p>	173
<p>PENSAR A HISTÓRIA E O DISCURSO NA LEITURA DO ARQUIVO DE IMAGENS: <i>AS PALAVRAS E AS COISAS</i> OU <i>A</i> <i>IMAGEM DAS COISAS?</i> Jocnilson Ribeiro</p>	193
<p>SOMOS TODOS CHAPE: MEMÓRIA, FORMAÇÕES DISCURSIVAS E IMAGINÁRIAS A MARCAREM POSIÇÕES- SUJEITO Dalexon Sérgio da Silva Nadia Pereira da Silva G. de Azevedo</p>	217

**DA IMAGEM ESTELAR DO SELFIE GYM AO SONHO
DAS “VEIAS SALTADAS”:
OBSERVAÇÕES ARQUEGENEALÓGICAS SOBRE O
CORPO NA REDE DIGITAL**

Francisco Vieira da Silva¹

*Sobre o corpo encontram-se as marcas dos passados, nele
nascem os desejos, as insuficiências, os erros, expressam-se as
lutas (Michel Foucault).*

*Meu corpo, não meu agente,
meu envelope selado,
meu revólver de assustar,
tornou-se meu carcereiro,
me sabe mais que me sei [...]
(Carlos Drummond de Andrade)*

“Perdi a referência do meu corpo. Acho que estou gorda e que meu abdômen está feio, não consigo me ver no espelho”, confessa uma entrevistada de uma reportagem da revista Galileu² acerca dos exageros na realização de atividades físicas. O relato põe a nu as agruras, os destemperos, os desejos e as frustrações do sujeito na relação com o seu corpo através de um determinado ideário de formatação corporal, a ser perseguido a todo custo. Nesse ínterim, o papel exercido pela mídia digital, como uma importante vitrine de exposição de si, precisa ser considerado, quando tratamos de analisar os discursos sobre o corpo sob a moral da boa forma.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus Caraúbas, Rio Grande do Norte. Contato eletrônico: francisco.vieiras@ufersa.edu.br.

² Disponível em: <<http://galileu.globo.com/edic/90/comportamento1.htm>>. Acesso em: 20. jan. 2017.

Desse modo, o objetivo deste texto reside em analisar duas séries enunciativas midiático-digitais, com vistas a pensar a constituição do sujeito a partir de dizeres que apontam para a urgência em ostentar um corpo torneado, atlético e malhado, levando em conta o funcionamento dos discursos na rede digital e as especificidades que os caracterizam. A análise contempla uma série enunciativa formada por enunciados em torno do *Selfie Gym*, um aplicativo de edição de fotos com temática de academia, e outra constituída por dizeres em torno do fenômeno da vascularização, vulgarmente denominado de “veias saltadas”. Essas duas séries pinçam um pequeno painel através do qual será possível investigar as intermitências do corpo e os modos de constituição do sujeito na atualidade³.

Em relação ao aparato teórico-metodológico que conduzirá nossas reflexões, convém destacar que buscamos respaldo no método arqueogenealógico de Michel Foucault e nas proposições desse autor acerca do que ele denominou de uma ontologia do presente. De acordo com a leitura de Castro (2009), o trabalho filosófico de Foucault pode ser compreendido como uma ontologia do presente ou uma ontologia histórica de nós mesmos. Ainda segundo o autor, essa ontologia tem três domínios de trabalho: a ontologia histórica de nós mesmos em relações com a verdade (que nos permite constituir-nos como sujeitos do conhecimento), a ontologia histórica de nós mesmos nas relações com o poder (que nos constituem como sujeitos que podem atuar sobre os outros) e, por fim, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a uma dada moral (que nos constitui como sujeitos éticos). Esses domínios

³ A partir da análise do texto *O que é Esclarecimento?*, de Kant, Foucault (2008) articula algumas problematizações sobre a *atualidade* no cerne da filosofia. Nesse ínterim, a leitura foucaultiana vai indicar que a ideia de modernidade, por exemplo, corresponde menos a uma periodização temporal que a uma certa atitude de modernidade, corporificada num *éthos* filosófico. Para defender tal argumento, Foucault cita Baudelaire, a fim de pensar sobre uma crítica estética do presente. No intuito de aprofundar essa questão, ver a exegese acertada de Adverse (2010).

de trabalho articulam-se com as três fases da obra foucaultiana, quais sejam: a arqueologia, a genealogia e a ética e estética da existência. O emprego do termo ontologia, conforme nos lembra Castro (2009), condensa a ideia de “uma atividade de diagnóstico, de um *ethos*, a análise histórica de nossa subjetividade” (p.312). Em suma, partimos do princípio segundo o qual estudar o corpo sob o horizonte teórico foucaultiano redonda em atentar para as relações que o corpo estabelece com o saber, o poder e a subjetividade.

Visamos, portanto, a uma prática diagnóstica, quando nos propomos investigar os discursos sobre o corpo na *web* enquanto indícios do que somos nós hoje e do que estamos nos tornando frente às formas de racionalidade do tempo presente. Segundo Gregolin (2015), uma história do corpo na atualidade não prescinde de se levar em conta a sua imersão no âmbito das tecnologias digitais. A autora alega que a investigação das articulações entre a mídia digital e a constituição das subjetividades constitui um campo bastante propício para experimentação. Isso ocorre, a nosso ver, porque as tecnologias digitais incidem de modo prodigioso sobre as sociabilidades, sobre os modos por meio dos quais os sujeitos constroem suas subjetividades, sobre as maneiras de ser e estar no mundo digital, dentre outras inflexões dessas tecnologias na constituição do sujeito contemporâneo. Na perspectiva de Recuero (2009), as ferramentas digitais proporcionam aos sujeitos construir-se, interagir e comunicar com outros, deixando, na rede, rastros que permitem o reconhecimento dos seus padrões de conexão e as visualizações de suas redes sociais através de seus rastros. O espaço digital intensificou a necessidade de ser visto e incutiu ainda mais nos sujeitos o desejo de ostentar um corpo conforme as normas de padrões de beleza hegemônicos. Entendendo a *web* como espaços de expressão (RECUERO, 2009), vale cartografar os mecanismos desse dispositivo midiático que dá vazão a emergência de discursos sobre o corpo, mais precisamente sobre o processo ininterrupto de construção desse corpo na visibilidade da rede digital.

Ao pensarmos na relação corpo e *web*, é preciso destacar que os estudos em torno do corpo, conforme relata Courtine (2008), consolidaram-se num marco temporal localizável. Para o autor, o corpo é uma invenção teórica do século XX. Noutra palavras, o corpo emergiu como objeto de estudo de maneira mais vigorosa a partir de reflexões levadas a cabo por autores como Freud, ao mostrar a relação entre o corpo com o inconsciente, por Husserl, quando enfoca a ligação entre corpo e espírito e por Mauss, na medida em que este estabelece a conexão entre corpo e sociedade. Todavia, consoante assinala Gregolin (2015), para que o corpo se firmasse como objeto de estudo das Ciências Humanas foi necessário que ele se politizasse, a partir dos movimentos libertários da década de 1960. No pensamento de Foucault, o corpo acede ao estatuto de objeto de pleno de direito (COURTINE, 2013), especialmente quando o autor mostra os efeitos do poder disciplinar (FOUCAULT, 1999) como mecanismos de constituição do corpo, por meio da indelével associação entre o corpo, as tecnologias de poder e a política. Nas palavras de Courtine (2013): “[...] a generalização dos encarceramentos e a sistematização das disciplinas haviam feito do corpo o alvo essencial de uma tecnologia política, de uma microfísica de poder” (p.16). Portanto, os estudos de Foucault problematizam a constituição do corpo, seja por meio de tecnologias de saber-poder, seja através de uma ética e estética de si. O corpo triangula-se com o saber, o poder e a subjetividade — pilares fundamentais do quadro teórico foucaultiano.

Para situarmos um pouco a problemática do corpo no âmbito de práticas que visam a discipliná-lo, adestrá-lo e formatá-lo de acordo com um padrão de beleza que valoriza o músculo e a ausência de quaisquer indícios de gordura, objeto de estudo deste texto, é preciso compreender a historicização que Courtine (2005) empreende em torno do *body-building* no contexto norte-americano. Ao discutir o aparecimento dessa prática, Courtine (2005) detecta uma mutação indisfarçável do corpo masculino, na medida em que

o homem esguio, byroniano e sentimental cede espaço ao homem musculoso e atlético, na primeira metade do século XIX. A potência viril proveniente do corpo atlético e musculoso acaba por se constituir como uma marca inconfundível de poder e beleza. Como resultado, tem-se a dissolução do homem sensível dos primeiros anos do período oitocentista, assim como do homem robusto, barbado e com proporções corporais volumosas da Guerra Civil.

Nesse sentido, Courtine (2005) admite as inflexões suscitadas por toda uma moral puritana como gênese da prática do *body-building*, para a qual “a moralidade é tanto uma questão de forma muscular quanto de piedade religiosa, e os melhores cristãos têm o dever de possuir um corpo atlético” (COURTINE, 2005, p.92). Desse modo, a atenção voltada ao corpo e seu adestramento (cf. FOUCAULT, 1999) estavam calcados em obrigações morais, pois correspondiam a maneiras adequadas a serem seguidas pelos cristãos. Nos termos de Courtine (2005, p.89): “cuidar do próprio corpo era assegurar a salvação da alma”.

Tem-se, assim, a irrupção da prática do treinamento, por meio de uma espécie de pedagogia, segundo a qual o corpo seria educado de acordo com um código analítico de progressão, músculo após músculo, parte após parte (VIGARELLO, 2008). Emerge uma obstinação calculável pelo treinamento, em que se supõe um olhar vigilante sobre o corpo, no sentido de moldá-lo de maneira contínua e ininterrupta. Nesse aspecto, Courtine (2005) defende que o *body-building* e a constelação de práticas que se desenvolvem no mesmo período, como a aeróbica, o regime de baixas calorias e o recrudescimento das cirurgias plásticas e demais técnicas de gerenciamento do corpo florescem nos anos de 1980 sustentam “o amor pelo liso, pelo polido, pelo fresco, pelo esbelto, pelo jovem” (COURTINE, 2005, p.86), em contraposição “ao tudo que na aparência pareça relaxado, franzino, machucado, amarrotado, pesado, amolecido ou distendido” (p.89).

Na era da conectividade, tem-se uma profusão de imagens de corpos sarados e esbeltos, uma efervescência de aconselhamentos e

dicas, além de perfis *fitness* nas redes de compartilhamentos de fotos e canais no *YouTube*. Essas redes acentuaram a necessidade de se exibir de maneira a espetacularizar (DEBORD, 1997) o cotidiano e a vida ordinária de cada um. Ao pensarmos nesse trabalho insano sobre o corpo, conforme discutimos a partir de Courtine (2005), é prudente frisarmos que a expectativa midiática incita o uso de filtros, ferramentas ou aplicativos que “melhoram” a imagem (cf. MIKOLCI, 2016), dando um efeito pretendido ao corpo que se quer mostrar. A proliferação ininterrupta de fotografias (FLUSSER, 2011) nas redes de interconexão social aliada às possibilidades de edição e de manipulação dos suportes e dispositivos móveis como *smarthphones* sustentam a emergência de aplicativos como o *Selfie Gym*. ⁴A *selfie*, entendida, em linhas gerais, como o autorretrato feito por meio de celulares e/ou *webcams* parece-nos sintomático para pensarmos a constituição do sujeito por meio da imagem de si no espaço virtual⁵. Alguns enunciados provenientes de um *site de downloads* de aplicativos e programas⁶ fornecem indícios analíticos para problematizarmos a irrupção do *Selfie Gym* na seara de discursos sobre o corpo na *web*, conforme se pode entrever da série enunciativa a seguir expressa:

Selfie Gym é um aplicativo de edição de fotos para [iOS](#) com temática de academia. Feito especialmente para tirar *selfies*, o usuário poderá editar a tonalidade de pele, a tonificação de abdome, o aumento de músculos, além de filtros, recortes, desenhos, colagens etc.

⁴ Gym é uma abreviação da palavra inglesa “gymnasium” que, em português significa ginásio ou academia. Trata-se de uma maneira de referir-se informalmente à academia, tanto que expressões correlatas como “home gym” significa academia em casa. Além disso, gym é utilizada como normalmente como uma *hashtag*, espécie de palavra-chave utilizada para categorizar os conteúdos publicados em redes sociais, notadamente no *Twitter* e *Instagram*.

⁵ Discutimos essa questão com mais profundidade em nossa tese de doutoramento (cf. SILVA, 2016).

⁶ Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/selfie-gym.html>>. Acesso em: 10. dez. 2016.

Ao abrir o app, o usuário deverá escolher entre tirar uma foto ou pegar uma da galeria - a primeira opção somente está disponível na versão paga. Feito isso, os recursos de edição estarão na barra inferior da tela. A primeira delas é o “enlarge” ou aumentar músculos. Basta mover o círculo indicado para o local desejado, aumentando ou diminuindo o raio e tocar quantas vezes quiser dentro dele para aumentar a região escolhida.

Para mudar a tonalidade de pele, é só selecionar “Skin” e regular a quantidade de bronzeado (em “Bronze”) ou de brancura (em “Air Brush” ou “Whiten”). Abs ou abdome serve para criar um efeito “tanquinho” - funcionalidade indisponível na versão gratuita.

Em “Edit”, o usuário encontra um completo editor de fotos, com aplicação de filtros como no [Instagram](#): ferramentas de desfoque, corte, brilho, aquecimento, saturação, clareamento de dentes, entre outras.

Para finalizar, basta tocar no ícone de seta localizado no canto superior direito. Na tela que aparece, é possível ver o antes e depois da sua foto deslizando o dedo para os lados (TECHTUDO, 2014).

A posição que enuncia na descrição do aplicativo informa e orienta os potenciais usuários em relação às propriedades do *Selfie Gym* (“edição de fotos com temática de academia”) e às maneiras de utilizá-lo (“é só selecionar Skin”, “o usuário deverá escolher”, “basta tocar no ícone”). Essa posição-sujeito (FOUCAULT, 2010) mostra-nos determinados ideários a serem alcançados pelos sujeitos usuários frente às possibilidades de que o aplicativo dispõe. Assim, é possível modificar a tonalidade da pele, por meio de opções que podem bronzear ou embranquecer, aumentar os músculos, a partir da região escolhida, e criar um efeito que valoriza a definição muscular da barriga (“efeito tanquinho”). Além disso, o aplicativo em questão oportuniza cortar a foto, manipular a luz, a saturação, o contraste e o brilho, bem como clarear os dentes e tantas outras possibilidades de recriar digitalmente uma imagem desejável de si. Tais modificações corroboram com o ideal descamado da pureza digital (ORTEGA, 2008), pois é possível corrigir falhas e imperfeições carnis por meio de filtros e dispositivos de formatação e edição. Tem-se, a partir dessas

práticas, a negação das características corporais intrínsecas como manchas, estrias, celulite e quaisquer desvios de ordem dérmico-estética, fazendo-nos constatar, a partir de Ortega (2008), que só aceitamos o corpo em transformação, em mutação constante.

O labor com que se trata o corpo, no âmbito dos dispositivos de saber-poder contemporâneos, é o corolário de um padrão de beleza que prima pela ênfase no corpo atlético, definido e tonificado, numa clara rejeição ao corpo disforme, originário da falta de músculos desenvolvidos e do excesso de gordura. Aplicativos como o *Selfie Gym* potencializam a exibição desses corpos desejáveis nas teias da visibilidade digital. É a partir dessa visibilidade que os sujeitos se constituem *online*, na medida em que o impacto na rede é medido pelo número de curtidas, comentários, compartilhamentos e visualizações. Para Couto (2014), no intuito de ser mais visível, é relevante ampliar a frequência de participação, colaboração e compartilhamento em rede e usar estratégias para chamar atenção para si. Para tanto, é necessário estar conectado ininterruptamente, transformando o marasmo do cotidiano em imagens estelares e performances gloriosas na rede, num ambiente em que se mesclam a comunicação pública e a privada (cf. SHIRKY, 2011) o profissionalismo e o “caseiro”. Nas palavras de Couto (2014, p.287): “[...] não por acaso tantas pessoas, sobretudo as mais jovens, dizem que não podem mais se desconectar. É preciso viver online”.

Refletindo acerca das transformações advindas da *web* na constituição das subjetividades, Turkle (2011) sublinha que “na tela, você tem a chance de descrever a si mesmo como a pessoa que você quer ser e imaginar os outros como você deseja que sejam” (p.88). Transplantando essa assertiva para especularmos sobre o estatuto do corpo na rede digital, podemos entender que, na *web*, os sujeitos têm a possibilidade de transformarem os seus corpos, conforme quiserem, contando com o auxílio imprescindível da miríade de aplicativos de edição de imagem. Nesse sentido, o *Selfie Gym* atua como um agente que cria uma cenografia de academia

especialmente propícia para a construção de um sujeito que é administrador e gestor de seu corpo, que se insere no interior de estratégias de saber-poder (FOUCAULT, 2006) responsáveis por propugnar o cuidado com o corpo como sinônimo de saúde e bem-estar.

É preciso situar essas práticas voltadas ao aperfeiçoamento corporal como componentes de uma bioasce contemporânea, conforme definição de Ortega (2008). Para conceituar tal noção, o autor alude às reflexões que Foucault realiza acerca da ascese na Antiguidade. Assim, no segundo volume da História da sexualidade – *Uso dos prazeres*, Foucault (2005) fala-nos da dietética enquanto regimes que visavam regular a saúde desde o século V a.C até o século III a. C. Segundo esse autor, subsistia uma preocupação em estabelecer a medida dos exercícios físicos, dos alimentos, das bebidas, dos sonhos e das relações sexuais. A dietética tinha por objetivo regular a saúde do corpo e da alma, numa relação de complementaridade e coexistência. Nos termos de Foucault (2005, p.92), a dietética “caracteriza a maneira pela qual se conduz a própria existência, e permite fixar um conjunto de regras para a conduta: modo de problematização do comportamento que se faz em função de uma natureza que é preciso e à qual convém conformar-se”.

Nessa ótica, a ascese na Antiguidade estava atrelada a uma prática de si que previa a superação corporal e a transcendência “como prova de habilitação para a vida pública, de intimidade com a divindade ou derrota de nossa condição mortal” (ORTEGA, 2008, p.43). Já na bioascese contemporânea, o foco centra-se sobre as performances corporais, baseadas no desempenho físico de um sujeito que se autovigia, que é responsável por uma ininterrupta gestão de si. Essa gestão, de acordo com Ehrenberg (2010), é originária da fabricação de “uma mentalidade de massa na qual cada um seja impulsionado a se governar por si mesmo” (p.131). Os discursos sobre a vascularização, conforme mostraremos a seguir, respondem às demandas da bioasce na medida em que o

foco recobre o desempenho físico do sujeito nos exercícios, a ponto de tornar as veias aparentes. Consoante Ortega (2008), a vontade na bioascese define-se por critérios reducionistas, materiais e corporais, ocasionando uma obsessão por números, índices de gordura e massa muscular, bem como a procura maciça por suplementos e substâncias que permitem o desenvolvimento dos músculos em tempo recorde.

Diferentemente do caráter político das práticas ascéticas, as quais preconizavam a preocupação com o outro e a autossuperação, as práticas bioascéticas são “apolíticas faltando nelas a preocupação com o outro e com o bem comum. Perdemos o mundo, ganhamos o corpo” (ORTEGA, 2008, p.47). Se considerarmos a urgência em ser visto da *web*, o desenvolvimento corporal visa, antes de tudo, ao aumento no nível de impacto nas redes sociais, tendo em vista a necessidade não apenas de malhar, mas de publicar fotografias na academia e de construir uma imagem positiva para si, a partir do ideal de corpo desejado. Estar em sintonia com esse ideal significa elevar exponencialmente as possibilidades de ser visto na *web*, de acordo com o que discutimos anteriormente acerca do *Selfie Gym*.

A série enunciativa a seguir exposta mostra-nos algumas das especificidades da bioascese de que estamos falando. Vejamos:

Excerto 1: Veias saltadas viram motivo de orgulho: mas será que a mania é saudável?⁷

Ter as veias saltadas, assim como já conhecido abdômen “rasgado”, está virando um novo desejo do mundo fitness. Gracyanne Barbosa, Bella Falconi, Penélope Nova, Marcos Mion e diversos “marombeiros” já ostentam nas redes sociais fotos de braços, pernas e mãos musculosas e com vasos protuberantes. Porém, não é qualquer um que pode exibir por aí a vasodilatação --alargamento

⁷ Disponível em: <https://estilo.uol.com.br/vida-saudavel/noticias/redacao/2016/11/25/veias-saltadas-viram-motivo-de-orgulho-mas-sera-que-essa-mania-faz-mal.htm>. Acesso em: 27. jan. 2017.

dos vasos sanguíneos. De acordo com o médico do esporte Samir Salim Daher, diretor do departamento de medicina esportiva do Clube Pinheiros, em São Paulo, a combinação de três fatores colabora para isso: o baixo índice de gordura corporal, a prática constante de atividade física --principalmente a musculação-- e a propensão genética.

Muitas vezes, ao postarem imagens que mostram a vasodilatação, as celebridades do universo da malhação recebem críticas e questionamentos. Afinal, é prejudicial à saúde? Segundo Daher, não. “Se fizer parte de um processo fisiológico do exercício, não faz mal algum. No entanto, se a pessoa [mulheres, principalmente] é sedentária, fuma, toma pílulas anticoncepcionais e tem vasos salientes, pode ser sinal de alguma patologia, como as varizes. Nesse caso, é indicado procurar um cirurgião vascular.”

Excerto 2: Comum em fisiculturistas, veias saltadas são desejo fitness⁸
Veias aparentes mostram alto desenvolvimento muscular e baixo teor de gordura corporal, mas médicos alertam para o limite que o corpo pode atingir

Além dos músculos, as veias dilatadas e extremamente saltadas também são alvos de comentários. No entanto, o que para muita gente é motivo até de estranheza, para os fisiculturistas é razão de sobra para comemorar. “Os profissionais do esporte buscam isso para uma estética perfeita. Para quem já tem um corpo grande e definido, a dilatação das veias é a cereja do bolo”, comenta o personaltrainer e atleta Adriano Engler.

Excerto 3: “Ter veias saltadas é sinônimo de orgulho”, diz Gracyanne Barbosa⁹

Mulher do cantor Belo falou sobre o assunto em post do Instagram nesta quarta-feira 26.

⁸ Disponível em: <https://beleza.terra.com.br/corpo-em-forma/comum-em-fisiculturistas-veias-saltadas-sao-desejo-fitness,c9b1ea9898bd4410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Acesso em: 27. jan. 2017.

⁹ Disponível em: <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/11/ter-veias-saltadas-e-motivo-de-orgulho-diz-gracyanne-barbosa.html>. Acesso em: 27. jan. 2017.

[...]As veias ficam assim visíveis demais, devido aos treinos e alimentação balanceada, não é moda, e sim, escolha! Não sou fisiculturista, mas foi uma escolha que fiz para a minha vida, e esse meu estilo de vida propicia isso. Talvez seja estranho ou feio para alguns, mas para os bodybuilders e admiradores do esporte como eu, ter as veias dilatadas é motivo de muito orgulho pois sabemos o quanto isso é difícil, sei que muitos que comentam aqui, buscam chegar nesse nível e as vezes acha que não consegue, O desenvolvimento muscular é individual, cada um desempenha conforme seu limite, seu treinamento. É isso! #escolhas #vascularização #vidasaudavel #teamgracyanne #amomeuestilodevida", escreveu.

Na série enunciativa anteriormente expressa, o desejo por apresentar o fenômeno da vasodilatação/vascularização constitui uma prática que se encontra num processo de transição entre um grupo específico que a ostenta (“comum em fisiculturista”, “não sou fisiculturista”, “) para um grupo que se intitula “fitness” e “admiradores do esporte”. Isso parece ocasionar as atitudes de espanto e questionamento em relação à forma física que as celebridades adeptas do *fitness* ostentam nas redes sociais, pois, ainda que elas não se insiram de modo pleno no âmbito da prática do *body-building*, os traços presentes nos seus corpos parecem mostrar o contrário. Considerando, portanto, o poder de influência das celebridades junto ao público, cresce a demanda por obter maiores informações acerca do fenômeno da vascularização, o que explica a emergência das notícias dos primeiros excertos em análise, pois são “motivo de orgulho” e “o novo desejo *fitness*”, além de embasar o terceiro excerto, corporificado na declaração de Gracyanne Barbosa.

Nesse sentido, as notícias buscam esclarecer o que caracteriza as “veias saltadas” e se os modos de obtê-las são totalmente seguros para a saúde, ao mobilizar vozes especializadas, tanto do médico do esporte, no primeiro excerto, quanto de um atleta e *personal trainer*, no segundo. Essas vozes fazem funcionar as modalidades enunciativas (FOUCAULT, 2010), na medida em que se designam lugares por meio dos quais esses sujeitos podem

enunciar. Por meio de saberes específicos (o saber médico e a voz da experiência), tem-se o lugar do esclarecimento acerca da ausência de riscos em função da existência das “veias saltadas”, caso seja um processo oriundo de exercícios físicos, em contraposição ao aparecimento do mesmo fenômeno em pessoas sedentárias, fumantes e usuários de pílulas anticoncepcionais. Assim, conforme destaca Ferraz (2014): “a contínua e ininterrupta preocupação com o *fitness* tanto físico quanto cerebral tornou-se um valor cultural disseminado” (p.33).

Para Ortega (2008), nas práticas modernas da bioascese já não é o corpo a base do cuidado de si, mas o eu existe para cuidar do corpo, o que pode ser constatado, por exemplo, por meio da iteração de determinadas características corporais (“as veias saltadas”), marcadas por um trabalho de adestramento (FOUCAULT, 1999) de forças que incidem sobre a criação de formas desejáveis, entendidas como símbolo de conquista e poder (“meu estilo de vida propicia isso”, “a dilatação das veias é a cereja do bolo”). Assim, concordamos com a visão de Ortega (2008), pois, segundo o autor, sentir-bem fisicamente, maximizar os ganhos de prazer, desafiar os limites da carne e da potência física são equivalentes ao que preconizavam as ascèses clássicas, ao estabelecer o conhecimento de si, a verdade, a coragem, a prudência e governo de si e do outro.

Na bioascese, o corpo é constantemente exposto e o olhar e ao julgamento do outro, o que justifica, portanto, o papel fundamental exercido pelas mídias digitais no sentido de dar visibilidade aos corpos ativos e malhados, num contraponto aos corpos preguiçosos (LIPOVETSKY, 2007) e fora dos padrões hegemônicos de beleza. Vejamos, por exemplo, o trecho do primeiro excerto, em que se alude ao fato de diversas celebridades ostentarem nas redes sociais os corpos “ostentando” as veias dilatadas, bem como os dizeres da postagem de Gracyanne Barbosa no *Instagram* a respeito da aparência das veias que apresentam. Assim, as redes sociais constituem a principal vitrine de exposição dos corpos, de

produção de discursos sobre o corpo malhado, de uma progressiva encenação de corpos desejantes e desejáveis. Esse aspecto elucidada o trajeto que percorremos neste escrito: do *Selfie Gym* às veias saltadas. Tal percurso permite-nos entrever alguns vestígios da relação do sujeito contemporâneo com o corpo, com a imagem e com as tecnologias digitais.

Referências

- ADVERSE, H. O que é “ontologia do presente”?, **Nuntius Quantius**, Belo Horizonte, n.6, dez. 2010. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/nuntius/data1/arquivos/006.09-Helton_Adverse129-152.pdf> Acesso em: 13. maio.2014.
- ANDRADE, C. D. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso por seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COURTINE, J. J. Os stakhanovistas do narcisismo: body-building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. In: SANT’ANNA, D. B. de. (org.) **Políticas do corpo**: elementos para uma história das práticas culturais. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p.81-114.
- _____. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.
- COUTO, E. S. Narrativas pessoais nas redes sociais digitais. In: In: CORACINI, M. J.; CARMAGNAMI, A. M. (Orgs.). **Mídia, exclusão e ensino**: dilemas e desafios na contemporaneidade. Campinas: Pontes Editores, 2014, p. 281-295.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela S. Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EHRENBERG, A. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

FERRAZ, M. C. F. Mutações da subjetividade contemporânea: performance e avaliação, **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v.36, n.30, p. 31-41, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.cprj.com.br/imagenscadernos/caderno30_pdf/03_Mutacoes_da_subjetividade_contemporanea.pdf. Acesso em: 10. jan. 2017.

FLUSSER, V. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Annablume, 2011. (Coleção Comunicações).

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. 8. ed. Trad. Maria Thereza da C. Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal Edições, 2005.

_____. Conversação com Michel Foucault. In: _____. **Estratégia, poder, saber**. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos e escritos, v. IV), p.13-25.

_____. Retornar à história. In: _____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 (Coleção Ditos e Escritos, v.II), p.282-295.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GREGOLIN, M. R. Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na WEB. In: FLORES, G. G.; NECKEL, N. R. F.; GALLO, S. M. L. (Orgs). **Análise do discurso em rede**: cultura e mídia, 2015, p.191-213.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal**: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumismo. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MIKOLSCI, R. Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade, **Contemporânea**, v. 6, n.2, p.257-297, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/422>. Acesso em: 01. jan. 2017.

ORTEGA, F. **O corpo incerto**: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SHIRKY, C. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Trad. Celina Porto-Carrero. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, F. V. **A constituição do sujeito celebridade no site Ego**: (re)configurações da intimidade em tempos de hiperexposição midiática. 212 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2016.

TURKLE, S. **Alone together**: why we expert more from tecnologia and less from each other. New York: Basic Books, 2011.

VIGARELLO, G. Treinar. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; _____. **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. Trad. Ephrain. Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. p.197-252.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

BELA? DA CONSTRUÇÃO DE EVIDÊNCIAS NO DISCURSO SOBRE A MULHER E A BELEZA

Silmara Dela Silva¹

Elaine Pereira Daróz²

Ceres Ferreira Carneiro³

Em abril de 2016, a revista *Veja*, mais antiga publicação semanal em circulação no país, trouxe em uma de suas edições uma matéria perfil sobre Marcela Temer, na ocasião apresentada como aquela que seria a primeira-dama do Brasil, caso se confirmasse o processo de afastamento do cargo da então presidente Dilma Rousseff. Na edição especial, destinada a tratar desse evento a que a publicação chamou de *impeachment*, o título da matéria dedicada a dizer sobre Marcela Temer – “Bela, recatada e do lar” – alcançou grande repercussão.⁴Os adjetivos mobilizados

¹ Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Linguagem, Instituto de Letras, da UFF, e jovem cientista FAPERJ (2015/2017). Pesquisadora do LAS e docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem. É jornalista e doutora em Linguística, com pesquisas na área de Análise de Discurso. E-mail: silmaradela@gmail.com.

² Doutoranda em Estudos de Linguagem da UFF, sob orientação da profa. Silmara Dela Silva, e bolsista nota 10 da FAPERJ. É mestre em Ciências da Linguagem e graduada em Letras – Português/Inglês. E-mail:lainedaroz@gmail.com.

³ Doutoranda em Estudos de Linguagem da UFF, sob orientação da profa. Silmara Dela Silva. Professora de Língua Portuguesa do Colégio de Aplicação da UFRJ. Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, especialista em Planejamento Educacional e em Ciências Humanas e graduada em Letras – Português/Alemão. E-mail: cerescarneiro@gmail.com.

⁴Em apresentação oral, durante as Sextas Jornadas Internacionais de Análise do Discurso (JADIS VI) e o Segundo Congresso Internacional de Estudos do Discurso (CIED II), realizado na Universidade do Porto, em outubro de 2016, Elaine Pereira Daróz (UFF) e Ceres Ferreira Carneiro (UFF) abordaram esses dizeres que circularam em repercussão à reportagem de *Veja* sobre Marcela Temer, em comunicação intitulada “Bela, recatada e do lar? O discurso político e

na construção do título, qualificadores daqueles que seriam atributos de destaque da esposa de Michel Temer, então vice-presidente, deram visibilidade a uma discursividade sobre a mulher que parece restringir a sua atuação ao espaço doméstico, e ao cuidado com o marido e os filhos.

A esse discurso sobre a mulher materializado no dizer de *Veja*, as reações foram inúmeras nas redes sociais. Conforme registra Goes (2016), em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, bastou a revista começar a circular para que muitos *memes* invadissem as redes sociais, trazendo paródias do título de *Veja*, sempre acompanhadas de fotos das mais variadas: “Maria Bethânia ainda bem jovem, com os seios à mostra. Paulo Betti caracterizado como ‘Betti, a Feia’. [...] E mais um montão de anônimas e famosas: caídas no chão, sambando em cima da mesa, bebendo direto da garrafa.” (GOES, 2016).

Para além desses *memes* mencionados por Goes (2016), os quais retomam o dizer de *Veja*, mas fazendo funcionar a polissemia na relação com a imagem, um outro processo chamou-nos a atenção. Trata-se do processo parafrástico que se dá a partir do título “Bela, recatada e do lar”, em suas muitas reformulações. “Bela, debochada e do bar”, “Bela, desbocada e do bar”, “Bela, recatada e dólar” são alguns exemplos. Conforme Orlandi (2005), o processo parafrástico é aquele pelo qual, em todo dizer, algo se repete, sendo retomado de dizeres já-ditos. Na retomada da formulação de *Veja*, pela via do humor, a repetição do dizer não se faz sem um deslizamento, encaminhando à produção de efeitos de sentidos outros, num funcionamento polissêmico.

Nesse processo de reformulação do enunciado, no entanto, há algo que parece sempre se manter: o adjetivo “bela”. Conforme observou Goes (2016), ao tratar da repercussão do enunciado nas redes sociais: “Marcela é indiscutivelmente bela. [...]. O que pegou mesmo foi o ‘recatada’”. Também se observamos as muitas

o imaginário da mulher na atualidade”, no Simpósio Temático 8: “O que se pode, o que se diz e o que se deve dizer no Brasil 2016”.

reformulações do título da matéria nos *memes*, de fato, bela parece ser uma constante, um atributo de Marcela Temer aparentemente indiscutível e desejável a ponto de ser passível de aplicação a todas as mulheres. Ser bela aponta, assim, para uma evidência de sentidos sobre a mulher em nossa formação social.

Ao discorrer sobre o funcionamento da memória, em seus variados aspectos, tratando “da questão do sentido e da vontade de interpretar”, Pêcheux (2010 [1983], p. 54) recorre a um provérbio chinês, afirmando: “‘Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo’”. E questiona: “Com efeito, por que não? Por que a análise de discurso não dirigiria seu olhar sobre os gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações?” (PÊCHEUX, 2010 [1983], p. 54-55). Com esse questionamento, Pêcheux nos encaminha para aquele que seria o propósito da análise de discurso, diferenciando-a em relação às análises de conteúdo, qual seja: analisar o modo com os efeitos de sentidos se constituem; voltar-se ao dedo que aponta e não à lua. É desse modo que, neste artigo, voltamo-nos ao modo como se constituem efeitos de evidência de sentido para a beleza em discursos sobre a mulher, em circulação em nossa formação social.

Tomando o discurso como “efeitos de sentidos” que se constituem quando da inscrição da língua na história (PÊCHEUX, 1997 [1969], ORLANDI, 2001), iniciamos o nosso percurso buscando as condições de produção que sustentam o discurso sobre a beleza, atributo aparentemente tão indiscutível na atualidade. Em um segundo momento, abordamos o dispositivo teórico-analítico que sustenta a nossa reflexão neste artigo, situada na teoria do discurso proposta por Michel Pêcheux. Na discussão teórica que propomos, tratamos, em especial, da memória e do imaginário na produção de efeitos de sentidos para a mulher e a beleza em nossa formação social e do funcionamento do não-dito nesse processo. Numa terceira etapa, apresentamos o nosso *corpus* de análise, constituído por uma exposição de fotografias exibidas

em um *shopping Center* na cidade de Niterói (RJ), no mês de março de 2017, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, bem como o nosso gesto de análise, que tem como foco o modo como se associam mulher e beleza, nesse dizer.

Em nosso percurso, apontamos o modo como o discurso sobre a beleza da mulher produz efeitos de sentidos em relação ao mercado e ao seu funcionamento em nossa conjuntura sócio-histórica, ao se afirmar, de modo insistente, a evidência de sua beleza.

Discorrendo sobre a beleza, um discurso

Iniciamos o percurso que ora propomos buscando recuperar alguns vestígios de como se constitui em nossa formação social um discurso sobre a beleza. O conceito de belo, como qualquer outro, é uma construção sócio-histórica, o que significa que os discursos sobre a beleza e, em especial, sobre a beleza feminina estão atrelados às suas condições de produção.

A compreensão das condições de produção do discurso é um dos pressupostos fundamentais da análise discursiva. De acordo com Pêcheux (1997 [1969], p.77), “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, compreendidas tanto em sentido estrito, condizente com as circunstâncias de enunciação, quanto em consideração às condições sociais, históricas e ideológicas que presidem a produção do dizer (ORLANDI, 2001). Analisar dizeres que associam mulher e beleza, dessa maneira, pressupõe um olhar para o modo como esses dizeres se constituem historicamente, sempre em relação a sentidos em curso.

Em estudo sociológico acerca da relação entre corpo, beleza e relações de gênero, Mota (2008) afirma que, até a queda do Império Romano, dizia-se apenas sobre o corpo masculino, ligado aos esportes, à guerra e à riqueza. O corpo feminino permanecia apagado, silenciado.

A tríade do princípio original elaborado durante o classicismo grego –belo/bom/verdadeiro – é inspirada e inspira (n)a concepção de beleza baseada no corpo do homem rico e nobre. O belo restringia-se ao corpo masculino justamente porque relacionava-se à força e à razão: a sabedoria é bela; a ignorância, feia. A beleza masculina, em contrapartida, simbolizava a bravura, a rudeza, o destemor, a virilidade; aos poucos foram sendo agregados a ela o espírito pragmático, esportivo e despojado.

Na Grécia Antiga, entre os filósofos pré-socráticos, a beleza era entendida como uma proporção áurea: as simetrias eram mais belas para Pitágoras. Platão, por sua vez, punha a beleza em posição de destaque: a ideia acima de todas as ideias, relacionando-a ao amor; Aristóteles, à virtude, ao bom e ao verdadeiro, além de também vinculá-la à objetividade, à ordem e à simetria.

Desse modo, temos que a beleza é também significada como um caminho para se alcançar o amor, uma vez que tanto na filosofia como na literatura, o belo é associado ao amor. Conforme Badiou (2013, p. 16): “No estágio estético, a experiência do amor é a da sedução e da repetição”, o que proporcionará o encontro do corpo feminino com o masculino. Ainda nos termos de Badiou (2013, p. 17): “A experiência amorosa é um impulso para algo que (Platão) vai chamar de Ideia. Assim mesmo quando estou simplesmente admirando um corpo bonito estou rumando para a ideia do belo”.

Essa mesma associação entre o belo e o amor se faz presente na mitologia. Conforme Tiburi (2002, p. 4), Eros, “jovem, flexível e proporcional em suas formas”, o deus grego do amor, é o próprio “amor que nos avassala como desejo do corpo do outro”.

Em outra conjuntura sócio-histórica, durante toda a Idade Média, graças, sobretudo, à mitologia judaico-cristã, o corpo feminino passa a ser associado a sentidos negativos, tornando-se símbolo do pecado: Eva é apetite, tal qual o era Pandora, cujas ações amaldiçoaram a Terra ou levaram à sua destruição. Nesse contexto, o corpo feminino passa a ser tomado como maléfico,

diabólico, algo a ser temido pelos homens. Assim, temos que da Grécia homoerótica até a Idade Média teologizada, o corpo feminino torna-se uma representação do mal (MOTA, 2008).

É no Renascimento que o corpo da mulher é ressignificado, passando a ser considerado belo. *O Nascimento de Vênus*, de Botticelli, é considerada uma das principais representações e personificações da beleza feminina naquele período. A fecundidade e a maternidade deixam de ser os únicos atributos positivos associados ao corpo da mulher, que passa a ser estetizado.

Os racionalistas modernos concebem o feminino como o “belo sexo”, ratificando a proposta renascentista. É importante ressaltar que, apesar da exaltação ao corpo feminino, a posição de inferioridade da mulher em relação ao homem permaneceu. O corpo feminino continuou (e continua) a serviço do homem, objeto de seu prazer: quanto mais bela for a mulher, mais desejável e mais propícia ao encontro do amor ela será. O corpo, até então diabolizado, passa a ser divinizado (LIPOVETSKY, 2000), tendo a si associados sentidos angelicais, sem com isso deixar de ser um corpo submisso e subjugado.

Em contrapartida, a feiura é a miséria da carne, marca dos pobres, dos plebeus. O belo é o perfeito, o desejável, escudo e antítese do feio, algo imperfeito, disforme, a ser evitado (TIBURI, 2002). Mulheres tidas como feias foram (e são) alvo de deboches e apelidos pejorativos, dignas de piedade. À feiura são associados historicamente efeitos de sentidos de azar, deformidade, de algo a ser remediado, consertado. “A fealdade é um tóxico como sulfato de cobre” (NEVES *apud* SANT’ANNA, 2014, p. 75), mas que poderia ser “adocicada” pela beleza da alma.

Em sua história sobre a beleza feminina, Sant’Anna (2014) recupera essa dicotomia entre beleza e feiura no dizer sobre a mulher, mostrando como a beleza é tomada como um atributo feminino que facilitaria o acesso ao amor e à carreira, passos imprescindíveis para se atingir a felicidade. É com o surgimento e

consolidação de um mercado de consumo que o embelezamento se tornou, assim, tão essencial quanto o lar, os filhos e o marido. Como afirma a autora, por muito tempo, “para ser considerada bela e arrumar marido, era preciso ser limpa, cheirosa, prestimosa e, ainda, conhecedora das novidades disponíveis no mercado dos produtos de higiene” (SANT’ANNA, 2014, p. 90). À mulher feia, por sua vez, caberia buscar compensações em qualidades outras, como a honestidade, a retidão e a dedicação aos afazeres domésticos, por exemplo.

Conforme Mota (2008, p. 3): “A mulher emerge na sociedade de mercado como dona de casa e consumidora, sensível e submissa, bela e burra. Beleza essa não mais centrada na face de Deus, mas na face material das riquezas e bens que estruturam a nova cidade”. A beleza da mulher passa, desse modo, a ser relacionada à posição social do marido e dela dependiam seu sucesso amoroso e social.

Em seu trabalho acerca do discurso sobre a mulher na revista *Nova Cosmopolitan*, Rebelo (2017, p. 68) nos mostra como a imagem do rosto e do corpo ideais da mulher é “constituída, ditada por regras e padrões exteriores ao sujeito mulher (e ao mesmo tempo constitutivos destes), e convencionados socialmente”. Rebelo (2017) nos lembra sobre a presença de uma memória hegemônica e de sentidos estabilizados que trazem a bela como o ideal de mulher construído pela sociedade, assim como há sempre um dizer sobre o que pode e deve ser considerado belo em um dado lugar e em um dado momento da história. A autora nos diz ainda de “uma relação estabelecida entre saúde, beleza e juventude no campo do não-dito: a beleza seria um índice de saúde; o corpo belo e jovem seria o saudável e o feio e/ou velho seria o doente.” (REBELO, 2017, p. 67). A velhice seria, assim, temida pelas mulheres não só pelo fim da saúde, mas pelo fim da beleza.

Nesse breve percurso que aqui apresentamos, podemos observar como o discurso que associa mulher e beleza se constitui historicamente, por um lado, pela associação da beleza a valores

como a sabedoria e o amor, em efeitos de sentidos que se constituem desde a Antiguidade, e que, a partir do Renascimento, torna a beleza altamente desejável para o corpo da mulher; por outro lado, temos um fortalecimento dessa associação entre beleza e mulher como uma decorrência da constituição de um mercado de consumo. Em nossa formação social, na atualidade, mulheres de todas as idades são bombardeadas por propagandas, nas diversas mídias, que prometem cabelos, unhas, peles, corpos belos por preços acessíveis e resultados rápidos. Os tratamentos de beleza são recomendados porque imaginariamente colaboram para a afirmação da feminilidade e também do sucesso social. Numa sociedade de consumo, para ser bela é preciso também consumir muitos cosméticos e cirurgias, ambos amplamente “receitados” pelas mídias. Nos termos de Rebelo (2017, p. 72): “há um discurso mercadológico na constituição da beleza”.

É essa relação entre mulher e beleza que buscamos compreender em seu funcionamento discursivo, tomando como referencial teórico-metodológico a análise de discurso proposta por Michel Pêcheux, em seus desdobramentos no Brasil. É sobre essa teoria em sua especificidade que discorreremos a seguir, apresentando o dispositivo que mobilizamos em nosso gesto de análise.

Sobre discurso e ideologia, o dispositivo teórico-analítico

Nesta seção, voltamo-nos à perspectiva teórico-metodológica da análise de discurso, que, como dissemos, preside nossa análise acerca da relação entre mulher e beleza em discursos em circulação na atualidade, em nossa formação social e a construção do ser bela como uma evidência de sentido. Teoria materialista da linguagem, a análise de discurso indaga-se acerca do modo como os sentidos se constituem, focalizando em seus estudos a língua em sua inscrição na história. Trata-se, assim, de pensar o discurso em uma relação linguístico-histórica, de modo a compreender como aquilo

que é dito tem relação com o modo como se diz, em uma conjuntura sócio-histórico-ideológica. Dessa perspectiva, a relação entre linguagem e ideologia torna-se fundamental à nossa reflexão.

Ao propor sua tese sobre Ideologia e os aparelhos ideológicos do Estado, Althusser (1970) desloca a noção marxista de ideologia como sistema abstrato, para uma concepção de ideologia como prática. Enquanto representação imaginária da realidade, a ideologia fornece ao sujeito um efeito de verdade, um sistema de ilusões necessárias aos sujeitos históricos, cujos sentidos estão frequentemente associados a imagens, mitos, ideias ou conceitos concebidos sob a ilusão de transparência da linguagem e evidência dos sentidos.

Diretamente relacionada às posições que os sujeitos ocupam na formação social, para Althusser:

a ideologia é o cimento da sociedade, indispensável para transformar os homens e pô-los em condições de responder às exigências de suas condições de existência, cuja função é de organizar – por meio de normas e regras essenciais à conduta social – e induzir os membros da sociedade a aceitarem, sem resistências, as tarefas que lhes são atribuídas”. (ALTHUSSER, 1970, p. 242).

A ideologia, assim, se materializa na língua(gem) sob a forma da luta de classes, e opera na relação triádica entre pensamento-língua-mundo, atuando diretamente na relação sujeito e sentido com vistas à manutenção dos sujeitos nas posições pré-determinadas em consonância com as demandas das formações ideológicas vigentes. Nessa relação, a língua(gem) é, assim, o elemento fundamental, uma vez que torna possível a estabilização de determinados sentidos a partir de condições de produção específicas.

Localizadas no entrelaçamento entre língua/história/ideologia, as condições de produção caracterizam não só a relação entre o processo discursivo e os discursos prévios, numa relação intrínseca entre a materialidade histórica – formada pelas relações dos

sujeitos discursivos em uma determinada formação social – e uma materialidade simbólica, constitutiva da língua. Advindos dessa relação estão as representações, os mecanismos de projeção e as formações imaginárias inerentes a todo processo discursivo, condizentes com os lugares/posições que os sujeitos ocupam na formação social (PÊCHEUX, [1969]1997). Estabelece-se, assim, a tensão constitutiva da relação entre sujeitos históricos que, afetados por discursos outros, já-ditos anteriormente, formulam os dizeres na ilusão constitutiva de serem “seus”.

Sob esse viés, compreendemos que não há O sentido posto na língua a priori, mas possibilidades de leituras, uma vez que os sentidos se constituem na relação entre sujeito e língua, condizentes com a posição do sujeito do/no discurso, bem como com as condições sócio-histórico-ideológicas em que os sujeitos estão envolvidos na produção do dizer.

A memória possui, assim, um papel preponderante na regularização dos sentidos (re)produzidos historicamente no e pelo discurso, assim como na relação do sujeito com a língua. Na compreensão do sujeito sócio-histórico que produz o seu discurso numa relação entre atualidade/memória, Courtine (1982) formula que, no nível da constituição dos discursos encontram-se os sentidos já-ditos em algum lugar e independentemente. A partir de uma aparente linearidade discursiva, a reprodução de determinados sentidos relativamente estabilizados no eixo interdiscursivo, sob o efeito ideológico de evidência, possibilita uma regularização/naturalização desses sentidos ao longo dos tempos, proporcionando uma memória do dizer.

Contudo, como afirma Pêcheux ([1983] 1990), ao serem resgatados por uma memória discursiva, os sentidos são passíveis de deslizamentos, deslocamentos e pontos de deriva que produzem (ou não) uma ressignificação, fazendo com que um enunciado seja “intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, [1983] 1990, p. 53).

Corpus e gesto de análise

Para pensar discursivamente a relação entre mulher e beleza na atualidade, constituímos o nosso *corpus* por dizeres que acompanham fotografias de mulheres, na exposição “Mulheres de Niterói”, expostas em totens durante o mês de março de 2017, em um *shopping center* dessa cidade. Romão (2011), ao dizer das exposições literárias realizadas no Museu da Língua Portuguesa, tomadas como *corpus* em seu trabalho, afirma que elas “constituem-se no cruzamento e imbricação de dizeres já falados antes em diferentes lugares, produzindo deslocamentos e desarranjos de sentidos antes estabilizados...” (ROMÃO, 2011, p. 24). É desse modo que nos voltamos a essa exposição sobre a mulher: como um discurso, que, enquanto, tal, (re)produz sentidos ao dizer sobre a mulher na atualidade.



Figura 1: Visão geral da exposição “Mulheres de Niterói”

A exposição, concebida pelo estabelecimento comercial como uma homenagem à mulher, por ocasião à celebração do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, foi composta por retratos

de 14 mulheres de Niterói que, conforme consta no texto de apresentação da exposição, “são retratadas aqui e representam outras milhares. (...) que se destacam em nossa cidade sorriso” (Anexo). Na figura 1, apresentamos uma visão geral da exposição.

Iniciamos o nosso percurso de análise por algumas observações acerca das condições de produção do discurso (PÊCHEUX, 1997 [1969]), com foco nas circunstâncias imediatas, ou seja, nas condições de sua circulação. Conforme nos adverte Orlandi (2001a, p. 12), “... os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam (em que meio e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música etc.)”. Assim, a circulação também nos diz de como os efeitos de sentidos se produzem.

No caso das fotografias que ora nos interessam, elas compõem uma exposição em homenagem ao Dia da Mulher e estão localizadas em uma área *gourmet*, considerada nobre, de um *shopping Center* de grande visibilidade na cidade de Niterói. De um modo geral, as mulheres ali apresentadas são pessoas com um nível econômico acima da média e com notoriedade social na cidade. Os totens trazem aparentemente uma heterogeneidade de tipos de mulheres, o que se marca em suas profissões, idades e biotipos diversos. Nos retratos, estão a primeira-dama com formação em pedagogia, uma chefe de cozinha dona de um dos mais famosos restaurantes da cidade, uma médica endocrinologista, uma *designer* de interiores, uma advogada que se dedica à produção de joias, dentre outras. Esse efeito de sentido de particularização de cada mulher se marca logo na apresentação da exposição, como podemos observar na SD1:

SD1: **Cada uma** com sua singularidade. **Cada uma** com sua história de vida, e **com um exemplo** de inspiração e força, que se destacam diariamente na nossa cidade sorriso. (negritos nossos)

Em “cada uma” e “com um exemplo”, expressões que destacamos na SD1, marca-se a singularidade das 14 mulheres

representadas na exposição. Marca-se, assim, um funcionamento próprio do sujeito em nossa formação social: a sua individualização. Ao tratar das formas de individualização, Orlandi (2012) nos mostra como, após a constituição do sujeito como efeito da interpelação ideológica (ALTHUSSER, 1985), ocorrem as “formas de individu(aliz)ação do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições e discursividades”, e que “resultam, assim, em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade, com direitos e deveres e direito de ir e vir.” (ORLANDI, 2012, p. 228). É desse processo denominado pela autora de individu(aliz)ação que resulta a inscrição do sujeito em uma formação social e, por consequência, sua identificação aos sentidos, que o colocam na “sua posição sujeito na sociedade” (ORLANDI, 2012, p. 228).

Assim, singularizadas, é de cada mulher que se trata, mulheres “que se destacam diariamente” naquela cidade, e cujo destaque pode-se inferir que decorre de sua própria trajetória de vida. Isso porque cada um dos 14 retratos de mulheres que compõem a exposição traz uma foto em *close*, acompanhada de um breve texto, no qual se relata algo que se considera relevante dessa mulher ali retratada. De um modo geral, esses textos trazem informações acerca de sua formação e atividade profissional, como se pode observar na SD2:

SD2: A maior referência em endocrinologia e uma das médicas mais renomadas de Niterói. Formada em Medicina pela UFF e pós-graduada em Endocrinologia pela PUC-Rio e pelo Instituto Estatal de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione (IEDE). Em 1990, mudou-se para Nova York (EUA), onde estudou para o teste USMLE (United States Medical Licensing Examination). Regressou ao Brasil em 1995 e, desde então, mantém pacientes fiéis em seus consultórios de Icaraí, em Niterói, além de Ipanema, no Rio de Janeiro.

As mulheres que “estão retratadas aqui e representam outras milhares”, para retomarmos o texto de apresentação da exposição,

são caracterizadas como portadoras de percursos singulares e, ao mesmo tempo, são tomadas como exemplos dessas “outras milhares” presumidas sob o título amplo “Mulheres de Niterói”.

Para que possamos responder à nossa proposta de pesquisa, que se volta à construção discursiva da relação entre mulher e beleza em nosso *corpus*, que toma a beleza como uma evidência, trazemos para análise o modo como se diz sobre a mulher no texto de apresentação da exposição (SD3):

SD3: Feche os olhos e lembre de uma mulher niteroiense. **Ela sorri? Ela lhe emociona? Ela é forte?** O que ela faz? Agora, abra os olhos e **admire:**(negritos nossos)

Na SD3, que traz a parte introdutória do texto que apresenta a exposição, observamos como ponto de partida um imaginário de “mulher niteroiense”, a ser construído pelo sujeito que visita a exposição, que é convidado a fechar os olhos e recuperar uma lembrança. As indagações que se seguem (“Ela sorri? Ela lhe emociona? Ela é forte?”) convidam o sujeito na posição de visitante da exposição a projetar uma formação imaginária de mulher, associando-a a práticas como sorrir, se emocionar e ser forte. Conforme vimos em Pêcheux (1997 [1969], p. 82), as formações imaginárias presidem o funcionamento do discurso, ao estabelecerem “as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)” no discurso. Podemos afirmar que, desse modo, inicia-se, no fio do discurso, a constituição de uma formação imaginária de mulher, por sua associação a atributos como o sorriso no rosto, a capacidade de provocar emoções e de ser forte, considerados admiráveis.

Também com Pêcheux, sabemos que as formações imaginárias não decorrem de uma percepção isolada de um sujeito, mas de “processos discursivos anteriores”, sendo atravessadas “pelo ‘já ouvido’ e o ‘já dito’”, que constituem “a substância das formações imaginárias enunciadas”. (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 85-86). A

projeção da mulher como algo a ser admirado, a partir de uma formação imaginária que a associa ao sorriso, às emoções e ao ser forte, nessa ordem, retomam um já-dito bastante corrente sobre a mulher em nossa formação social. Trata-se de uma memória discursiva que associa a mulher à emoção (e não à razão) e que coloca em destaque a sua força que, por sua vez, traz como não dito a fragilidade. O convite ao sujeito que visita a exposição, marcado no modo imperativo em “abra os olhos e admire:”, produz efeitos de sentidos que associam a figura das mulheres retratadas a algo a ser admirado, logo, ao belo. Temos, nesse dizer, uma retomada de sentidos em curso em nosso contexto sócio-histórico que, como vimos, constitui-se desde o Renascimento, ao associar a mulher à beleza. Trata-se de mulheres cuja aparência deve ser admirada.

É também do funcionamento da memória discursiva o modo como se diz sobre as mulheres no texto de apresentação da exposição, que se marca por um jogo de substituições e deslizamentos, como podemos observar nas duas sequências discursivas que seguem:

SD4: Pelas lentes de David Arrais, as imagens retratam **a força e a essência feminina**. Demonstram **delicadeza, classe e elegância**. (negritos nossos)

SD5: Passeie entre os totens e perceba o contraste entre as cores e os tons de cinza dos elementos, que realça **a leveza e a graça feminina**, ao mesmo tempo em que destaca **sua fibra e seu poder**. (negritos nossos)

Nas SD4 e SD5, destacamos o modo como diferentes nomes são mobilizados para se dizer das imagens de mulheres que compõem a exposição e que, posteriormente, serão retomados ao se dizer sobre o ser mulher. Em um exercício parafrástico dos dizeres das SD4 e SD5, temos que:

- i) As imagens (de mulheres) retratam a **força** e a **essência feminina**.
- ii) As imagens (de mulheres) demonstram **delicadeza, classe e elegância**.
- iii) As imagens (de mulheres) realçam a **leveza** e a **graça feminina**.
- iv) As imagens (de mulheres) destacam sua **fibra** e seu **poder**.

Observamos que nas paráfrases que trazemos das SD4 e SD5 ocorre o que Pêcheux (1997 [1969], p. 96) denomina efeito metafórico, ou seja, um “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual”, que faz com que os sentidos mobilizados nesse dizer sobre as imagens de mulheres deslizem. O dizer, de um modo geral, é organizado em pares de nomes que retomam, via memória discursiva, qualidades costumeiramente atribuídas à mulher em nossa formação social.

Temos a substituição de “força” e “essência feminina” por “delicadeza, classe e elegância”; por sua vez, essa tríade é substituída por “leveza” e “graça feminina”, e, em uma nova substituição, por “fibra” e “poder”. Conforme Pêcheux, na substituição contextual que caracteriza o deslizamento metafórico, o “deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y ” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 96, *itálico do autor*). Nesse caso, sentidos que advém de um discurso de afirmação da mulher, como aqueles que se produzem a partir de termos como “força”, “fibra” e “poder”, funcionam por associação a dizeres outros, que retomam já ditos sobre a mulher característicos do discurso patriarcal, como “essência feminina”, “delicadeza, classe e elegância”, “leveza” e “graça”.

No fio do discurso, temos, assim, dizeres que deslizam: de atributos que destacam características como a força e o poder da mulher, e que condizem com um discurso de afirmação de seus direitos – sobretudo se considerarmos as condições de produção do discurso que analisamos, ou seja, uma exposição em alusão ao Dia Internacional da Mulher –, para um dizer sempre já lá a respeito do ser mulher, que constitui o feminino por oposição ao masculino, ao associá-lo a qualidades como delicadeza, leveza e graça. É nesse

funcionamento que se marca no dizer da exposição o discurso que coloca em relação a mulher (ou, no caso, suas imagens) e a beleza. Dizeres como “delicadeza, classe e elegância”, “leveza” e “graça feminina” funcionam em sua historicidade em relação a dizeres que valorizam a beleza da mulher. Todavia, não qualquer tipo de beleza, mas um padrão intrinsecamente ligado à jovialidade, à delicadeza, à classe e à elegância.

Na SD6, extraída do trecho final de apresentação da exposição, temos essa associação entre ser mulher e ser bela marcada no fio discursivo:

SD6: Ser mulher é ser **exemplo de determinação e garra, sem perder a sensibilidade e a beleza de ser mulher.**(negritos nossos)

Ao dizer sobre a mulher, constrói-se, na SD6, uma formação imaginária a partir de uma retomada de sentidos associados às imagens de mulheres ali expostas, como vimos nas SD4 e SD5. Trata-se de uma mulher “exemplo de determinação e garra”, mas que não pode “perder a sensibilidade e a beleza de ser mulher”. Nesse dizer, reafirma-se que atributos como sensibilidade e beleza são próprios da mulher, já que ela não pode perde-los; ao mesmo tempo, assume-se que mulher não precisaria ir em busca desses atributos, uma vez que, pelo funcionamento do não-dito no discurso, eles já estariam com ela naturalmente. Compreendemos que esses dizeres regulam sentidos acerca do que a mulher pode/deve ser, e o que deve fazer, produzindo, na exposição, um efeito de representação da mulher na atualidade.

Esse discurso que associa mulher e beleza se marca também nas condições de produção, uma vez que, como vemos na ficha técnica que segue ao final do texto que apresenta a exposição (Anexo), trata-se de uma iniciativa do estabelecimento comercial, em parceria com o fotógrafo que registrou as imagens e com um salão de beleza, anunciado como o responsável pelo cabelo das mulheres retratadas.

Essa associação pode ser observada ainda em dizeres que descrevem as mulheres das fotos, como podemos ver nas SD8 e SD9:

SD7: Com a vida renovada resolveu ir em busca de um velho sonho e formou-se em Design de Interiores pela Universidade Cândido Mendes. Acabou reformando uma antiga casa em Icaraí, transformando-a em **um salão de beleza**, o que mudou toda a sua vida outra vez. Há 9 anos **criou um salão cujo nome quer dizer “ser feliz” em sânscrito**.(negritos nossos)

SD8: Mas sua fama vai além dos consultórios: a médica já apresentou um programa na televisão brasileira chamado “Odilza Vital Entrevista”, e **seu trabalho ajuda Niterói, a ter cada dia mais mulheres bonitas e autoconfiantes**.(negritos nossos)

Na SD8, temos uma associação entre a mulher e a beleza que se marca, no dizer sobre uma das mulheres fotografadas, em sua ação de abrir um salão de beleza e nomeá-lo com uma palavra que, em sânscrito, seria equivalente a “ser feliz”. A beleza, a ser alcançada em um salão, espaço destinado ao cuidado com os cabelos e a aparência de um modo geral, passa a ser relacionada, dessa maneira, a um ideal de felicidade da mulher.

É esse mesmo imaginário de beleza, associado à utilização de recursos artificiais, como cosméticos diversos e procedimentos cirúrgicos estéticos, por exemplo, que se marca na SD9, quando se diz sobre o trabalho realizado pela profissional da endocrinologia como um trabalho que “ajuda Niterói a ter cada dia mais mulheres bonitas e autoconfiantes”. Conforme trouxemos de Rebelo, ao discorrermos brevemente a respeito do discurso sobre a beleza da mulher em sua constituição histórica, “há um discurso mercadológico na constituição da beleza” (REBELO, 2017, p. 72), um discurso que, associado ao mercado, valoriza um imaginário de beleza que se conquista via intervenções externas. Trata-se, também, de um dizer sobre a beleza que produz efeitos de

sentidos aliado a um discurso sobre como deve ser a aparência da mulher, produzindo um efeito de naturalização de sentidos, funcionamento da ideologia.

Para fechar...

Nesse breve percurso que empreendemos, mobilizamos o quadro teórico-metodológico da análise de discurso proposta por Michel Pêcheux, em seu desenvolvimento no Brasil, para analisarmos o modo como se constituem sentidos que associam mulher e beleza em discurso sobre a mulher, em circulação na atualidade. Constituindo o nosso dispositivo de análise por noções teóricas centrais na análise de discurso, como condições de produção, formações imaginárias, memória discursiva, efeito metafórico e ideologia, constituímos o *corpus* para análise recorrendo a uma exposição em homenagem à mulher, na qual buscamos mostrar como se constitui um efeito de evidência de mulher bela.

O imaginário sobre a mulher em nossa formação social se marca em inúmeros discursos, direcionando os sentidos a partir de uma rede de filiações ideológicas e regulando uma memória, um já-dito sobre a mulher na atualidade. Nesse embate de forças na luta pela estabilização de uma memória, determinados sentidos são postos em circulação ao mesmo tempo em que sentidos outros possíveis permanecem não-ditos. É nesse movimento entre o já-dito e o não-dito que dizeres sobre a mulher em uma exposição em um estabelecimento comercial de Niterói dialogam com dizeres outros, como aqueles que reafirmam a beleza como atributo indispensável à mulher, e que ganhou as páginas da revista *Veja* e as redes sociais no primeiro semestre de 2016, ao se dizer sobre Marcela Temer. É assim que, como nos afirma Orlandi (2001a, p. 14): “... o discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular. Outras coisas foram ditas antes e outras

serão ditas depois. O que temos são sempre ‘pedaços’, ‘trajetos’, estados do processo discursivo”.

Indissociável do caráter ideológico no e pelo qual os sentidos se regularizam na formação social, compreendemos que a (re)produção desses sentidos acerca de mulher e beleza na atualidade funciona de modo a (re)afirmar o que pode e deve ser dito e lembrado a esse respeito, em nossa formação social. As mulheres em destaque nos totens da exposição tornam-se, assim, modelos a serem seguidos... mulheres que imaginariamente representariam “outras milhares”, como afirmado no texto da exposição; ditas em dizeres que se repetem... e que podem, enfim, deslocar sentidos.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

_____. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BADIOU, A.; TRUONG, N. **Elogio ao amor**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

COURTINE, J. J. **Définition d’orientations théoriques et construction de procédures em analyse du discours**. *Philosophiques*, v.IX, n.2, 1982.

GOES, T. **Reação a “bela, recatada e do lar” mostra que machismo não tem mais passe livre**. *Folha de S. Paulo*, 20 abr. 2016. Disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/columnistas/tonygoes/2016/04/10001669-reacao-a-bela-recatada-e-do-lar-mostra-que-machismo-nao-tem-mais-passe-livre.shtml>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOTA, M.D.B. De Vênus a Kate Moss; reflexões sobre corpo, beleza e relações de gênero. **Actas de Diseño**, v. 5, p. 100-104, 2008.

ORLANDI, E. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes Editores, 2012. p. 213-234.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3 ed. Campinas: Pontes Editores, 2001.

_____. **Discurso e texto**. Formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes Editores, 2001a.

_____. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **RUA**, Campinas. n. 4, p. 9-19, 1998.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et al.] **Papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 3 ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2010. p. 49-57.

_____. [1969]. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethânia Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 61-161.

_____. [1983]. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.p. 53

REBELLO, A.C.T. **Mulher de Nova, Mulher de Fases: o jogo da vida nas páginas de *Cosmopolitan* Brasil**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Instituto de Letras. Rio de Janeiro-RJ: [s.n.], 2017.

ROMÃO, L.M.S. **Exposições do Museu da Língua Portuguesa: arquivo e acontecimento e(m) discurso**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

SANT'ANNA, D. B de. **História da Beleza da Mulher**. São Paulo: Contexto, 2014.

TIBURI, M.A. **Toda a beleza é difícil: esboço de crítica sobre as relações entre metafísica, estética e mulheres na filosofia**. Porto Alegre-RS, 01 fev. 2002. Disponível em: <<http://www.antropos>

moderno.com/antro-version-imprimir.php?id_articulo=709>.

Acesso em: 15 mar. 2017.

VEJA: **Edição Especial Impeachment**. São Paulo: Ed. Abril, n. 2.474, abr. 2016.

ANEXO

Texto de apresentação da exposição “Mulheres de Niterói”

Feche os olhos e lembre de uma mulher niteroiense. Ela sorri? Ela lhe emociona? Ela é forte? O que ela faz? Agora, abra os olhos e admire: 14 delas estão retratadas aqui e representam outras milhares. Cada uma com sua singularidade. Cada uma com sua história de vida, e com um exemplo de inspiração e força, que se destacam diariamente na nossa cidade sorriso.

Pelas lentes de David Arrais, as imagens retratam a força e a essência feminina. Demonstram delicadeza, classe e elegância. Sem abandonar a luta que é de cada uma e de todas, ao mesmo tempo, e escolhemos exibi-las em composições fortes no estilo preto e branco.

Passeie entre os totens e perceba o contraste entre as cores e os tons de cinza dos elementos, que realça a leveza e a graça feminina, ao mesmo tempo em que destaca sua fibra e seu poder.

Mulheres: sintam-se hoje e sempre homenageadas pelo Plaza Shopping! Pois ser mulher é festejar a vida. Ser mulher é ser autora de sua própria história. Ser mulher é ser exemplo de determinação e garra, sem perder a sensibilidade e a beleza de ser mulher.

Sejam muito bem-vindos à exposição Mulheres de Niterói.

FICHA TÉCNICA

Realização: Plaza Shopping Niterói

Fotógrafo: David Arrais

Cabelo: Walter's Coiffeur

A INCLUSÃO/EXCLUSÃO DO SUJEITO TATUADO NAS REDES DA MÍDIA

Edileide Godoi¹

Da norma para o sujeito

Conforme Foucault (2001) existe uma norma cultural cuja exigência postula que o sujeito seja, ou não, de determinada forma, esteja, ou não, dentro de uma determinada ordem, e esse tipo de ordem é marcada pelo/no corpo. Para esse filósofo, o corpo é o lugar de constituição do indivíduo, onde atua as relações de saber-poder, lugar sobre o qual atuam os discursos e práticas sociais na escola, nas prisões, nos hospitais. Em *Vigiar e Punir*, o corpo aparece como um produto, um objeto infinitamente maleável do poder. A fabricação de corpos dóceis fabricados e governáveis é o alvo das disciplinas. Entretanto, é importante pensar que a forma de subjetividade almejada na contemporaneidade não pode ser apenas vinculada às singularidades somáticas das disciplinas, mas nas lógicas das relações de poder em que governar pressupõe a legitimação do outro, a aceitação dos governados e, sobretudo, a possibilidade de resistência.

Entretanto, embora as resistências sejam presentes nesse processo de constituição de si, segundo Ortega (2008), encontramos nas práticas de bioasceses pós-moderna uma vontade de uniformidade, de adaptação à norma e a constituição de modos de existência conformistas que visa à saúde e o corpo perfeito. Nessa mesma direção Pereira (2013, p.173) salienta que, na hodiernidade, pode-se visualizar um movimento incessante de procura de

¹ Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Substituta do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: edileidegodoi17@hotmail.com.

apagamento das marcas das diferenças em favor da construção de um mundo harmônico e que, por isso, “busca desativar o que difere, marcando com uma identidade anormal o que burla, desenquadra, rompe, destoa dos enclausurados parâmetros de normalidade que engessam os sujeitos e seus corpos”.

Retomando mais uma vez Ortega (2013) diz que os avanços tecnológicos e científicos direcionados ao corpo, a partir do século XX, tornaram as modificações corporais um fato especial na tentativa de personalização do sujeito, pois

não podendo mudar o mundo, tentamos mudar o corpo, o único espaço que restou à utopia, a criação”. *Body-building*, tatuagens, piercings, transplantes, próteses, clonagem, e até mesmo a última moda das amputações voluntárias representam avanços na conquista do último continente, o corpo, e tentativas personalizá-lo. (ORTEGA, 2013, p.48)

Essas modificações, no limite da normalidade, são inscritas na norma do biopoder que são incessantemente acolhidos e divulgados pela mídia. Se o biopoder, diferentemente do poder disciplinar se preocupa com as populações é oportuno pensar que, além de diversos mecanismos reguladores, citados por Foucault (controle de natalidade, fecundidade, higiene, saúde pública, etc.), existe a partir do século XX o controle dos cuidados com a saúde da pele que se estende à população.

Nesse ínterim, focando nosso objeto de estudo (a tatuagem) sabe-se, de modo geral, que essa prática não é algo novo ou inovador, mas que passou por significações distintas com a evolução do homem, dos meios de comunicação e das tecnologias voltadas para o corpo, estando dentro e fora dos padrões normalizadores de inclusão/exclusão criados pelas relações de saber-poder circulantes na sociedade.

Mauss Marcel (1934), entendendo a tatuagem como uma técnica corporal pontua, em sua obra “Técnicas corporais”, que as marcas corporais são maneiras como os homens de cada sociedade

sabem-se servir de seus corpos. Acrescenta ainda que toda sociedade tem hábitos, regimes, regras que são próprios de cada tempo, e exemplifica isso a partir da maneira distinta como o exército Britânico marcha diferentemente do nosso. Assim, indiferentemente de outras técnicas corporais, a tatuagem, também, tem suas particularidades influenciadas pelos valores sociais, culturais e temporais da sociedade a que está inserida. Fato que justifica mais uma vez, neste trabalho, que se analise o sujeito conforme propõe Foucault (2004): os sujeitos precisam ser compreendidos como sendo produzidos em locais históricos e institucionais específicos, porque eles são construídos dentro e não fora dos discursos.

Dessa forma, buscando compreender como a mídia produz discursos que justificam a exclusão/inclusão de determinado sujeito tatuado, acredita-se que ela surge em decorrência de uma regra sociopolítica que vai classificar os indivíduos em *normais* e *anormais*, inseridos em discursos verdadeiros que buscam governar e direcionar a vida e os corpos dos sujeitos.

Mas, para que não exista dúvida quanto à exclusão ou não exclusão, é necessário buscar as formas de emergência dessa dicotomia, partindo da premissa de que ele é elaborado como reprodução dos efeitos do poder de normalização que se espalha na sociedade. Para tanto, toma-se Foucault em sua obra *Os Anormais*, curso do Collège de France, (1974 -1975), especialmente aula de 15 de janeiro de 1975, em que ele define que a norma

não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Por conseguinte, a norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade. É um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado. [...] a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário ela está sempre ligada a uma técnica

positiva de intervenção e de transformação a uma espécie de poder normativo. (FOUCAULT, 2001, p.62)

Quando Foucault trata da normalização, dizendo que é um tipo de poder, relaciona necessariamente esse poder a um conhecimento, que, segundo ele, só pode funcionar graças à formação de um saber, que é um efeito como condição de um exercício de poder. Por isso, a positividade dessa normalização está diretamente ligada ao conhecimento.

Do ponto de vista histórico, as anormalidades estavam ligadas ao crime, ao mal, às aberrações (FOUCAULT, 2001), sendo, discursivamente resultado de práticas discursivas e não discursivas, fruto de processos históricos e culturais. Na atualidade, os rótulos direcionados aos sujeitos tatuados que fogem do padrão ideal têm o mesmo valor estigmatizador e excludente. As tatuagens, marcadas na prisão, por exemplo, são associadas a acontecimentos discursivos, já instalados na memória cultural que são retomados constantemente nos meios midiáticos como aquelas que estão a favor da desordem social.

Na perspectiva foucaultiana, a relação de poder de corpos normais/corpos anormais remete um tempo histórico ainda bastante atual, encoberto apenas pelo discurso da oportunização e da acessibilidade. Assim, não se importa se o sujeito é tatuado, marginal, malhado, gordo ou deficiente, o que está em jogo são as relações de poder que tomam esses sujeitos aceitáveis ou não. O efeito de flexibilidade da norma funciona como uma oportunidade para que esses sujeitos se encaixem nela. No livro, *Os Anormais*, Foucault (2001) afirma que essas relações podem desdobrar-se em locais de poder a favor da hegemonia da norma.

Assim, no domínio constituído pelo corpo tatuado, de um lado está à necessidade de um controle fundamentado nas disciplinas dos biopoderes, tal como vem acontecendo nas últimas décadas, especialmente com a divulgação de uma política do corpo jovem, bonito e sensual e, por outro lado, registra-se um governo do próprio corpo que, muitas vezes, foge às regras da biopolítica

social. Esse, logo é reconhecido e silenciado nas práticas discursivas de cunho positivo.

Nesses pontos, as ideias de Foucault sobre o assunto são vitais para as nossas análises, visto que convergem com aquilo que a mídia discursiviza como verdade, ou não para o corpo na atualidade, ou seja, “princípios de correção e legitimação”. Ela faz circular mecanismos disciplinares em direção ao corpo, símbolos e representações sociais sustentados por um discurso científico e jurídico que espetaculariza o corpo na sociedade, e ao mesmo tempo silencia outros discursos que rompam com os padrões sociais “corretos” e “perfeitos”.

De acordo com Fischer (2012) e Le Breton (2010), o corpo cujas formas causam mal-estar social é o corpo transgressor, é o corpo desgovernado dos sujeitos. Os corpos desgovernados são corpos que, por funcionarem pelo excesso (de obesidade, de magreza ou de multiplicidade de formas), fogem à sociedade da perfeição. Os corpos desgovernados fazem parte de elementos que estão do lado da transgressão na medida em que “subvertem uma ordem pré-estabelecida seja dada sócio culturalmente, seja fixada pelas leis da natureza, acusando lugares para o impossível e para o proibido”. (MILANEZ, 2013, P.14)

Le Breton (2010, p.64) salienta, em direção ao discurso estético, que a transgressão está na deformação, no estranho, em corpos como o do *Franskentein*, que é o corpo de vida e de morte ao mesmo tempo. Para o autor, esse corpo transgride os limites do simbólico e de todas as leis que permitem nomeá-lo, classificá-lo, identificá-lo. Nas palavras do autor: “a condição do homem é corporal. Subtrair-lhe alguma coisa ou lhe acrescentar, coloca esse homem em posição ambígua, intermediária. As fronteiras simbólicas são rompidas [...] toda modificação de sua forma engaja outra definição de sua humanidade”.

Sujeito tatuado: nas redes da (ex/in)clusão

Na sociedade contemporânea, a prática da tatuagem é transmitida pela mídia como discurso anormal e transgressor quando rompem com as normas de boa conduta social, ou com as normas pré-estabelecidas físicas e estéticas vigentes e ratificadas pelos discursos médico, jurídico ou estético, ou seja, esse corpo tatuado marginalizado contém em si um caráter de exclusão e desconfiança que não está dentro dos padrões biopolíticos, estéticos e culturalmente corretos em uma determinada época. Para Pereira (2013), na sociedade contemporânea “os corpos anormais”, além de serem discriminados, terminam frustrados por não serem capazes de atingir o ideal socialmente imposto.

O “normal” tatuado, o incluído pelas lentes da mídia enquadra-se em significados simbólicos pré-construído da sociedade imaginária e de um real dito pela sociedade, ou seja, é preciso alinhar-se aos padrões da moda, da arte, do estilo e sensualidade que são discursivizados midiaticamente como lugares ideais para a prática da tatuagem. Esse trabalho tenso no simbólico, segundo Silva (2001) é lugar de luta: luta pela inclusão, luta pelos sentidos, luta por significar enquanto sujeito da/na sociedade que o exclui para incluir. Sentidos que instauram contemporaneamente aos processos de subjetivação. Assim, constroem-se pelo discurso da inclusão da tatuagem na mídia, que inclui atitudes e comportamentos, uma identidade de um grupo sob o prisma de uma normalidade que reduz tudo e todos ao mesmo.

Conforme, Gregolin (2003, p. 54), na atualidade, a mídia é um espaço de circulação das normas sociais e culturais vigentes de representação do sujeito, este “na ausência de grandes referências nas quais se apoia, vincula à mídia sua possibilidade de acesso ao mundo e de construção de laços sociais”. Logo, a questão da representação que circula nos meios de comunicação emerge no processo de constituição do sujeito. Enquanto a prática de significação, a representação envolve relações de saber-poder

direcionadas a governar a vida das pessoas, sobretudo o poder-saber que define quem é incluído e quem é excluído. Nas palavras de Woodward.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio de significados produzidos pelas representações que damos sentido a nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem sou eu? O que eu poderia ser? Quem quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2003, p.17).

Considerando ainda que a identidade é formada socialmente por sistemas de diferença, ou seja, constitui-se a partir do lugar de onde não sou, as representações dão sentido as desigualdades sociais, justificando a exclusão, estigmatizando alguns grupos.

Assim, vê-se a mídia como dispositivo normalizador que inclui/exclui os sujeitos tatuados ao adotar uma positividade que se liga a práticas sociais verdadeiras de uma época. A prática da tatuagem discursivizada pela mídia como verdade passa pela positividade da normalização por meio dos discursos jurídicos, médico e estético, a exemplo das leis que regularizam a prática da tatuagem como propondo uma idade mínima; pelo discurso médico, ao normalizar o uso de produtos descartáveis para a perfuração da pele, atestado pela ANVISA e, ainda, pelo discurso estético que toma o corpo desenhado, tatuado, bonito como corpo ideal, sensual, na moda e “estiloso”.

A Mídia como reprodutora de práticas sociais, toma esses discursos e propõe aos sujeitos tatuados modos de expor o corpo que normatizam as construções identitárias dos tatuados e modificam os processos de subjetivação desses sujeitos. Entretanto, isso não significa que, em sua essência, as propostas normalizadoras da Mídia sejam todas negativas, pois “a norma não

tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, uma espécie de poder normativo” (FOUCAULT, M, 2001, p. 43), que interfere na produção de identidades.

No caso da normalização da tatuagem, a positividade está em manter a ordem, a saúde física e o bem-estar do sujeito que se tatua. No entanto, as construções identitárias atuais dos tatuados e outros sujeitos que destoam do padrão do corpo ideal têm o mesmo efeito de marcar negativamente e excluir esses corpos alheios à norma. Nesse caso, considere-se, por exemplo, a tatuagem “marginalizada” como aquela que foge do padrão da anormalidade, “anormal”, no sentido de que fora entendida como instituído, fora da norma, do que é considerada culturalmente “correto”, em uma determinada época.

Veja-se, por exemplo, a reportagem da revista **Super Interessante**, exposta a seguir.



Figura 1: Superinteressante, dezembro, 2008

Embora a revista de alguma forma inclua a tatuagem marginal nos meios midiáticos, apresenta-se cheia de significados negativos, divulgando, fazendo conhecer o sujeito marginal. Os enunciados

verbais e imagéticos reatualizam e ratificam dizeres pré-construídos socialmente na memória coletiva e cultural. Conforme Gregolin (2011, p.90), alguns acontecimentos discursivos retornam constantemente, pois estão instalados com muita força na memória cultural.

A reportagem, “Cadeia Ink” (tinta na cadeia) é um exemplo desse insistente retorno para a prática da tatuagem com valores negativos. A exposição de tatuagens, usadas por detentos e seus significados, insere essa prática dentro de um conjunto de valores marginalizados. A princípio, o enunciado verbal que introduz a reportagem: “Cadeia Ink”, juntamente com o enunciado imagético, já impõe determinados efeitos de sentidos que circulam no imaginário social. Vejam que o sujeito tatuado exposto aqui não é o sujeito tatuado inscrito a partir do modelo de ornamentação corporal que todos devem aderir às similaridades, mas o sujeito tatuado que foge do padrão (norma) identitário midiaticizado, aquele que está longe de uma “identidade de consumo pós-moderna, em que se tem um predomínio da mídia” (KELLNER, 2001, p.25). São tatuagens mal definidas, borradas, feitas com recursos precários, com mínima condição de higiene. Biossocialmente², essas tatuagens estão fora dos padrões normalizadores da pós-modernidade, tendo em vista que na atualidade o autoaperfeiçoamento físico, que passa pelo olhar vigilante do outro, tornou-se um significante por meio do qual os indivíduos demonstram sua competência para cuidar de si e construir sua identidade.

Numa época de “espetacularização” da prática da tatuagem, essa reportagem surge como uma espécie de alerta que faz emergir determinados sentidos em relação ao sujeito tatuado, ou seja, é preciso saber diferenciar quem é o tatuado marginal de quem não

² Para Ortega (2008) na biossociabilidade criam-se novos critérios de mérito e reconhecimento, novos valores com base em regras higiênicas, regimes de ocupação de tempo, criação de modelos ideias baseados no desempenho físico e práticas de saúde.

é, quem está na ordem discursiva dessa prática e quem transgride a ordem. Esses efeitos de sentidos de inclusão e exclusão materializam-se no conjunto enunciativo proposto na reportagem que busca mostrar por meio de signos verbais e não verbais como se dá o uso das tatuagens no interior da cadeia, e quais seus significados dentro daquele grupo. Isso de certa forma é uma espécie de alerta a outros grupos adeptos à prática da tatuagem de como não ser incluído dentro dessa (des)ordem.

Conclusão

Apresentar a tatuagem, a partir de uma desordem social, efeito de sentido produzido pelo próprio enunciado “Ink de cadeia”, (no senso comum “estar na cadeia” significa “fora da lei”, ou ao menos já foi fora da lei), antecipa dizeres pré-estabelecidos no imaginário social que estão fora dos padrões de orientação da prática cotidiana. Unidade consistente que se repete nos meios midiáticos — protagonista incansável que mantém sua visibilidade para além da reportagem da Super Interessante, pois é regular esse fio condutor em diferentes meios de comunicação (reportagens, livros, artigos, magazines, sites, blogs, propagandas, depoimentos em redes sociais etc.). Essa repetição e essa insistência sobre os corpos tatuados produzem certos conhecimentos a respeito do corpo e os sujeitos tatuados marginalizados, inserindo-os dentro de padrões reguladores excludentes.

Sendo assim, entende-se que as relações de resistência estão na base de formação dos poderes que regem a construção discursiva do corpo tatuado, tornando o corpo um lugar de circulação de poderes, pois se há a necessidade de constituir determinados padrões discursivos (jurídicos, estéticos, religiosos) é porque há um discurso divergente, baseado em práticas as quais a mídia e instituições governamentais não valorizam. Nessa relação, cria-se uma tensão entre a imagem que se propõe a desejar e o corpo que ainda não foi totalmente moldado pelos biopoderes.

Referências

- FISCHER, R. M. B. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- FOUCAULT, M. Aula de 22 de janeiro de 1975. In; FOUCAULT, M. **Os anormais**. Curso no College de France (1974-1975) Tradução: Eduardo Brandão - São Paulo: Martin, Fontes. 2001.
- _____. **A Hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- GREGOLIN, M. R. Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (orgs.). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011, p.83-105.
- _____. M. R. (org). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.
- Le BRETON, D. **A sociologia do corpo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- KELLNER, D. **A cultura da Mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**; tradução de Ivone Castilho Benedetti, Bauru, SP: EDUSC, 2001. Resenha: Marisa Viana Pereira.
- MAUSS, M. **As técnicas corporais**. 1943, 2003. Disponível em <http://www.4shared.com/office/XOBrNpWW/livro_-_antropologia_ii_-_as_t.html> Acesso em: 27/09/2012.
- MILANEZ, N, Transgressão, autores e problematizações: notas breves em torno do discurso do sobrenatural. In: MILANEZ N.; SANTOS, J. S. (org). **Modalidades da transgressão: discursos na literatura e no cinema**. Vitória da Conquista: LABEDISCO, 2013.
- ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 2013.
- _____. **O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea** - Rio de Janeiro : Garamond, 2008.
- _____. “Da ascese à bio-ascese ou do corpo submetido à submissão ao corpo”. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B.

Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo. **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.139-173.

PEREIRA. T. M. A. **O espetáculo de imagens na ordem do discurso midiático: o corpo em cena nas capas da revista Veja**. 203 f. Tese (doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, M.P. Modos de subjetivação de professores afrodescendentes: técnicas de si ante práticas de inclusão/exclusão; In: MUNIZ-DURVAL,J, VEIGA-NETO, FILHO, A.S. (orgs.) **Cartografias de Foucault**. 2ªed.- Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 7-72.

SE NÃO CABE AO ESTADO DEFINIR UM CONCEITO DE RELIGIÃO, O QUE É UM CRIME DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA? UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Mailson Fernandes Cabral de Souza¹
Gilbraz de Souza Aragão²

Introdução: do espectro da intolerância religiosa à criação do CNRDR

Na contemporaneidade, encontrar formas de diálogo em meio à diversidade cultural e religiosa é um dos grandes desafios para a convivência social. Por longo tempo, inexistiram políticas públicas que estivessem voltadas para essa demanda no Brasil, sendo a realidade do país marcada por diversas formas de preconceito e intolerância. A título de exemplo, convém recordar o caso emblemático que levou à criação do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído no dia 21 de janeiro de 2007, em homenagem a Mãe Gilda, vítima de intolerância religiosa. Em outubro de 1999, o jornal Folha Universal, pertencente à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), associou a imagem da Ialorixá Gildásia dos Santos e Santos, conhecida como Mãe Gilda, com a seguinte manchete: Macumbeiros charlatões lesam o bolso e vida dos clientes (REGO, 2008). Em decorrência da repercussão da matéria, Mãe Gilda teve seu terreiro invadido e depredado. Após o

¹ Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (2017) e membro do grupo interinstitucional de pesquisa Religiões, Identidades e Diálogos. O presente artigo é o desdobramento de uma das análises realizadas na dissertação de mestrado do pesquisador. E-mail: mailsoncabral@yahoo.com.br

² Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2004). Professor e Pesquisador da Universidade Católica de Pernambuco, onde atua na área dos estudos de religião. Coordenador do grupo interinstitucional de pesquisa Religiões, Identidades e Diálogos. E-mail: gilbraz@unicap.br

agravamento de problemas de saúde, afetados por esses incidentes, mãe Gilda veio a falecer em 21 de janeiro de 2000 (RAMOS, 2006).

A respeito desse problema, cumpre apresentar um importante dado: em média, entre os anos de 2011 e 2015, a cada três dias, uma denúncia de intolerância religiosa é recebida pela SDH/PR, por meio do Disque 100, serviço destinado a receber demandas relativas à violação dos direitos humanos (SANT'ANNA, 2015). O acolhimento dessas denúncias acontece desde 2011, sendo reportado, no ano 2015, o maior número de casos registrados, 556, o que corresponde a um aumento de 273% em relação a 2014, quando foram feitas 149 denúncias. A partir desses dados, é possível inferir que há uma diminuição do silenciamento sobre os casos de intolerância religiosa e maior visibilidade pública para essas ocorrências ao longo do tempo, como também a cobrança de diversos setores da sociedade por um posicionamento mais efetivo do Estado na garantia do direito à liberdade de crença. Apesar disso, a ascensão dos casos de intolerância religiosa se impõe como um problema social, haja vista que o seu crescimento se tem tornado notório nos últimos anos, conforme aponta o Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (REVIR), entre os anos de 2011 e 2015.

Nesse sentido, a intolerância religiosa figura-se como uma violação do direito à liberdade, uma vez que ela se caracteriza como: “um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas, discriminatórias e de desrespeito às diferentes crenças e práticas religiosas ou a quem não segue uma religião” (SDH/PR, 2013, p. 9). Ela fere o princípio de liberdade religiosa tal como é assegurado no artigo 5º, inciso VI da Constituição Federal: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de cultos e suas liturgias” (BRASIL, 1988).

Uma das formas de garantir a efetivação desse direito é por meio de políticas públicas que tenham por objetivo a defesa da liberdade religiosa, uma vez que o conjunto de programas e ações

desenvolvidas pelo Estado influencia diretamente a vida civil. As políticas públicas correspondem à afirmação de direitos assegurados constitucionalmente à medida que sua formulação: “constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 26).

Nesse sentido, foi instituído, em 2014, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), o Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa (CNRDR). Um colegiado foi formado por vinte membros titulares com mandato de dois anos, sendo dez representantes da sociedade civil e dez representantes do governo, cada um deles com o seu respectivo suplente. O CNRDR surgiu com o intuito de auxiliar a SDH/PR na elaboração de políticas para a liberdade e diversidade religiosa e lhe conferir caráter participativo. São estabelecidos pelo artigo 2º, da Portaria nº 18, de janeiro de 2014, como os objetivos do comitê:

I – promover o reconhecimento da diversidade religiosa do país e defender à liberdade religiosa e o direito a liberdade de crença e convicção;

II – auxiliar e propor iniciativas, ações e políticas de enfrentamento à intolerância por motivo de crença ou convicção;

III – contribuir no estabelecimento de estratégias de respeito à diversidade e liberdade religiosa e do direito de não ter religião, da laicidade do estado e do enfrentamento à intolerância religiosa³ (BRASIL, 2014, p. 3).

O CNRDR assume o papel de aproximação entre duas demandas sociais: a de tolerância religiosa e a de políticas públicas, o que, por sua vez, insere-se na estruturação de um modelo de gestão governamental que amplia a participação da sociedade organizada no espaço público. Sendo assim, ele se compromete em

³ Uma Portaria anterior, a nº 18 de Janeiro 2013, instituiu uma primeira versão do comitê, porém foi substituída pela Portaria nº 18, de Janeiro de 2014.

seu discurso com valores que se articulam por meio da relação entre direitos humanos e diversidade religiosa. Caucionado por essa temática, o colegiado se delinea na especificidade do combate à intolerância religiosa e a promoção da diversidade religiosa, sendo sob essa demarcação que a sua atuação se pautará.

Em razão da importância política que o CNRDR assume, cumpre investigar o seu discurso norteador e suas implicações para a promoção da liberdade e da diversidade religiosa. Para isso, será apresentada na próxima seção a Análise do Discurso de linha francesa como teoria e procedimento metodológico para análise.

A Análise do discurso de linha francesa como marco teórico-metodológico

A Análise do Discurso francesa (doravante AD) é uma disciplina que surge na França, no final da década de 1960, e tem como o seu principal expoente e fundador Michel Pêcheux e, posteriormente, é desenvolvida por Eni Orlandi e seguidores que estão no Brasil. A AD tem como seu objeto de estudo o discurso, sendo ele concebido como portador de materialidade sócio-histórica, uma vez que, para a teoria, convergem componentes linguísticos e socioideológicos no discurso, sendo esse vínculo concebido como substancial para a constituição dos sentidos.

A AD procura estabelecer a relação entre um discurso e as condições de produção que permitiram que ele gerasse determinados efeitos de sentido em detrimento de outros:

A análise do discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessam. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: como estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2001, p. 15).

Sob essa perspectiva, é possível entender como funcionam os discursos e, a despeito da sua não evidência, também os efeitos da história e da ideologia neles marcados, porém não evidentes, uma vez que a linguagem não é tomada como neutra ou transparente, porém marcada pela manifestação ideológica (BRANDÃO, 2012).

Desse modo, o discurso passa a ser compreendido simultaneamente como objeto linguístico e histórico. Para Pêcheux e Fuchs (1997, p. 188 [grifos do autor]) essa especificidade da AD ocorre porque: “o objeto a propósito do qual ela produz seu ‘resultado’ não é um objeto linguístico, mas um objeto sócio-histórico onde *o linguístico intervém como pressuposto*”.

Assim, não se busca na AD o sentido verdadeiro, porém o real do sentido, isto é, a materialidade histórica e linguística em que se inscreve o processo de significação. (ORLANDI, 2001). Isso porque no quadro teórico a AD a relação língua-discurso-ideologia é concebida como estruturante, sendo a língua a materialidade específica do discurso, e o discurso a materialidade específica da ideologia (ORLANDI, 2001). É sob esse viés que Pêcheux (2014) estabelece o vínculo entre ideologia e linguagem, sendo ele um ponto nodal para o estudo dos processos discursivos:

[...] é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como dispositivo de retomada do jogo (PÊCHEUX, 2014, p. 146 [grifos do autor]).

O discurso passa a ser entendido como uma materialização da ideologia decorrente da organização dos modos de produção social. Com isso, o sujeito do discurso é considerado como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, circunscrito em um processo histórico que lhe regula o que pode ser dito ou não. Em outras palavras: “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2001, p. 39).

Cabe aqui fazer uma importante demarcação teórica a respeito da AD: a noção de ideologia. Na AD, ela não é concebida enquanto ocultação da realidade ou visão de mundo, porém como modo de funcionamento imaginário da relação entre linguagem e mundo, sendo a ideologia compreendida como: “mecanismo estruturante do processo de significação” (ORLANDI, 2001, p. 96).

Para Pêcheux (1997), é a ideologia que fornece as evidências do caráter material do sentido à medida que faz com que uma palavra ou enunciado queiram dizer o que realmente dizem e ocultam, sob a impressão de transparência da linguagem, a materialidade do sentido das palavras e dos enunciados. Dito de outro modo: o sentido de um discurso não existe em si mesmo, como um dado *a priori*, todavia se inscreve em posições ideológicas que estão em concorrência no processo sócio-histórico em que ele é produzido:

[...] *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas* (PÊCHEUX, 2014, p. 146-147 [grifos do autor]).

Desse modo, o termo discurso designa um efeito de sentido entre os interlocutores. O efeito de sentido corresponde à constituição do sentido na relação existente entre os processos discursivos e a língua: “estando os processos discursivos na fonte de produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o *lugar material* onde se realizam os efeitos de sentido” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 172 [grifos do autor]).

Sob essa perspectiva, o sujeito não é concebido como senhor de sua vontade, no entanto, tendo como referência a ideologia, ele é concebido na AD enquanto efeito ideológico elementar (PÊCHEUX, 2014). O sujeito sofre as coerções de uma formação discursiva e ideológica e é submetido à sua própria natureza inconsciente, isto é, ao interdiscurso, aquilo que determina a

perspectiva do dizível, daquilo que, das condições de produção, é relevante para a discursividade (ORLANDI, 2001).

Dessa forma, Pêcheux e Fuchs (1997) irão afirmar que a ideologia sempre se realiza através de conjunto complexo determinado de formações ideológicas (FIs). Uma FI se caracteriza como um elemento possível de intervir em uma formação social como uma força em confronto com outras forças em uma conjuntura ideológica específica:

[...] cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166).

Nesse sentido, cumpre assinalar que o sujeito na AD será entendido enquanto uma posição. Segundo Courtine (1999), ele não possui nenhum lugar que lhe seja assinalável, mas ressoa como uma voz sem nome no interdiscurso, funcionando como posições-sujeito “que regulam o próprio ato da enunciação” (COURTINE, 1999, p. 20). Uma posição-sujeito será sempre um local a ser ocupado no discurso, sendo ela atravessada constitutivamente pela ideologia. Assim, a posição-sujeito está ligada a noção de FI.

Uma FI comporta como um dos seus elementos uma ou mais formações discursivas interligadas que regulam o que pode e deve ser dito em uma dada conjuntura ideológica, uma vez que elas intervêm nas FIs enquanto componentes. Dessa forma, todos os dizeres do sujeito estão inseridos em uma formação discursiva (FD). A FD é definida por Pêcheux (2014) como:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 2014, p.147).

Desse modo, a FD é entendida como o lugar de constituição do sentido, posto que por meio dela os indivíduos são interpelados em sujeito do seu discurso, e ela exprime, na linguagem, as FIs que lhe são correspondentes (PÊCHEUX, 2014). As FDs intervêm nas FIs como elementos capazes de materializar a contradição entre diferentes posições ideológicas, uma vez que: “É no interior de uma FD que se realiza o ‘assujeitamento’ do sujeito (ideológico) do discurso” (COURTINE, 2009, p. 73).

As FDs e FIs ocorrem dentro de condições de produção (CP) determinadas. Para Brandão (2012), a noção de CP compreende o domínio de constituição dos sentidos de um discurso, posto que os sentidos não dependem unicamente das palavras, mas possuem relação com as condições sócio-históricas em que são produzidos: “constituem a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente” (BRANDÃO, 2012, p. 105).

Tendo exposto até aqui um breve itinerário teórico da AD e alguns dos principais conceitos da teoria, na próxima seção serão apresentados os procedimentos metodológicos para a análise.

Procedimentos metodológicos, delimitação do *corpus* e conceitos operativos

Para a análise, foi selecionada a primeira nota pública do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa (CNRDR). Trata-se do primeiro pronunciamento oficial do órgão, nele o CNRDR marca uma posição contrária à uma sentença judicial afirma que as religiões de matriz africana não seriam religiões por não possuírem um sistema organizacional semelhante ao das religiões confessionalmente cristãs.

A noção de *corpus* utilizada na análise foi a formulada por Courtine (2009). Para o autor, o plano de estruturação de constituição de um *corpus* discursivo em AD deve estar em relação

com as condições de produção do discurso, sendo um *corpus* definido da seguinte forma:

Definiremos um *corpus discursivo* como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em um certo estado das CP do discurso. A constituição de um *corpus* discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa (COURTINE, 2009, p. 54 [grifos do autor]).

Uma vez estabelecido um conjunto potencial de discursos, delinea-se um campo discursivo de referência do qual serão extraídas sequências discursivas⁴ em processo de homogeneizações sucessivas que restringem o campo discursivo de referência, caucionado pelas condições de produção definidas no processo. A partir da extração sucessiva de sequências discursivas, compõe-se um *corpus* discursivo em um processo de restrição e demarcação.

Para a composição do *corpus*, foram selecionadas três sequências discursivas para funcionarem como referência para a análise. O acesso a esse material se deu por meio da página do CNRDR localizada no *site* da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Os conceitos da AD mobilizados para a análise foram os de formação discursiva e ideológica, posição-sujeito e efeitos de sentido.

⁴ As sequências discursivas são conceituadas por Courtine (2009, p. 55) como: “sequências orais ou escritas com dimensão superior à frase”. Apesar disso, o autor considera que essa noção é flexível, tendo em vista que a forma e natureza das sequências discursivas podem variar, a depender do tipo de abordagem que elas serão submetidas em cada análise.

Formações Ideológicas em confronto na constituição do discurso do CNRDR

Em 28 de abril de 2014, foi proferida uma sentença pelo juiz federal da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Eugênio Rosa de Araújo, em resposta a um processo que pedia a retirada de vídeos em circulação na internet que ofendiam as religiões de matriz africana. O juiz afirmou, em sentença, que as religiões de matriz africana não são religiões, sob o argumento de que elas não contêm os elementos que caracterizam uma religião, que, para ele, seriam: um texto base, sistema hierárquico e um Deus a ser adorado. Ele decidiu pela permanência dos vídeos na internet, alegando que se tratava de um caso de exercício da liberdade religiosa e não um ato de intolerância religiosa.

Diante da repercussão do seu posicionamento, o magistrado fez uma adequação argumentativa, passando a considerar os cultos afro-brasileiros como religiões, todavia ele manteve o indeferimento da liminar sob a alegação que sua decisão pautava-se na liberdade de expressão e reunião, ambas asseguradas pela Constituição.

Tendo como marco esse episódio, o CNRDR elaborou a sua primeira nota pública em defesa da diversidade religiosa, expondo o seu posicionamento no caso referido. A primeira nota pública do CNRDR se constitui a partir de um posicionamento contra ideológico a sentença do juiz federal da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, como pode ser observado a seguir:

Sequência discursiva 1

O Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa vem a público manifestar-se sobre o conteúdo da sentença do processo 0004747-33.2014.4.02.5101, da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que negou a retirada de vídeos da internet que ofenderiam as religiões afro-brasileiras. *Em sua sentença, o magistrado também definiu o conceito de religião.*

Apesar de posterior retratação por parte do magistrado, reconhecendo as crenças afro-brasileiras como religiões, a avaliação do Comitê é sobre a necessidade de maior aprofundamento sobre liberdade religiosa, liberdade de expressão e laicidade em todas as instâncias do poder público (CNRDR, 2014c, p.1 [grifos do pesquisador]).

Na sequência discursiva apresentada, é possível perceber que há o embate entre duas formações ideológicas. Elas serão denominadas de FI da diferença e de FI conservador/colonial. A primeira remete à presença da democracia no âmbito da política, conferindo ênfase à pluralidade e a diferença como valores democráticos de uma sociedade, inserindo-se nesse espaço a defesa da diversidade religiosa. Já na FI conservador/colonial, reproduz-se um posicionamento ideológico sustentador de que, no Brasil, a única forma de culto permitida, regulamentada e tida como oficial pelos representantes do Estado era a de matriz cristã. Esse sentido se cristaliza na forma como a liberdade religiosa foi regulamentada na história das constituições brasileira, isto é, as liberdades de consciência e de crença eram garantidas desde que não se violasse a *ordem pública* e os *bons costumes*, conforme aparece insculpido no Inciso 5º do Artigo 113 da Constituição de 1934:

É inviolável a liberdade de consciência e de crença e garantido o livre exercício dos cultos religiosos, desde que não contravenham à ordem pública e aos bons costumes. As associações religiosas adquirem personalidade jurídica nos termos da lei civil (BRASIL, 1934 apud REIMER, 2013, p. 60).

Ora, essa restrição que se impôs à liberdade religiosa, ou seja, os *bons costumes*, situava a *ordem pública* no nível da lei moral, o que, por sua vez, incidia diretamente sobre o exercício dos cultos de matriz africana, tal como afirma Reimer (2013):

Na prática, isso provavelmente significava que determinadas expressões religiosas estavam alijadas do pleno exercício da liberdade religiosa, o que, em regra, afetava os cultos de matriz

africana. Esses, por conta de sua ritualidade envolvendo tambores, danças, sacrifícios de animais, etc., não raras vezes podiam dar causa para queixas, vindo a ser frequentemente “caso de polícia”, com enquadramento na Lei das Contravenções Penais (REIMER, 2013, p. 61).

A fim de melhor elucidar a posição-sujeito na qual os dizeres do juiz se inscrevem, convém apresentar um trecho da resposta do magistrado à petição em que ele afirma que as religiões de matriz africana:

[...] não contêm os traços necessários de uma religião a saber, um texto base (corão, bíblia etc) ausência de estrutura hierárquica e ausência de um Deus a ser venerado. Não se vai entrar, neste momento, no pantanoso campo do que venha a ser religião, apenas, para ao exame da tutela, não se apresenta malferimento de um sistema de fé. As manifestações religiosas afro-brasileiras não se constituem em religiões (BRASIL, 2014, p. 154).

Outro elemento que corrobora esse gesto de leitura está presente na forma como a liberdade religiosa era concebida nas condições de produção das constituições anteriores a de 1988, isto é, sob a forte influência da Igreja Católica junto ao poder público. Essa atuação da Igreja se mostrou duradoura ao longo da história, influenciando as relações entre religião e Estado em questões referentes ao ensino leigo na escola pública, laicização dos cemitérios, casamento e formas de financiamento de instituições, como escolas e hospitais pertencentes à Igreja sob a forma de interesse coletivo (DELLA CAVA, 1975).

Nesse sentido, só a partir da Constituição de 1988, houve o respaldo legal para que outras expressões religiosas fossem abrangidas dentro da noção de liberdade religiosa, sendo ela subdividida em pelo menos quatro aspectos: a) liberdade de consciência: liberdade matricial, isto é, dela derivam todas as liberdades, ela remete ao âmbito do direito subjetivo e da autonomia moral-prática; b) liberdade de crença: liberdade de uma

consciência livre determinar-se em ter uma crença religiosa ou não, sendo essa decisão de foro íntimo; c) liberdade de culto: trata-se da garantia de exteriorização comunicativa de crença ou fé individual; e d) liberdade de organização: refere-se à dimensão coletiva da liberdade de culto para reunião ou associação com fins religiosos (REIMER, 2013).

Apesar de o juiz e o comitê enunciarem de lugares ideológicos distintos, eles são identificáveis no interior da FD, sendo possível perceber as FIs antagônicas no interior da FD do comitê na nota pública. O comitê, na posição-sujeito em que assume, defende que não cabe ao Estado definir o conceito do que é religião, e quais as competências do poder público em relação à diversidade religiosa. Esse posicionamento se constitui a partir da negação do dizer do magistrado e, ao fazer isso, o seu discurso é recuperado como parte constitutiva do discurso do CNRDR. Em outras palavras, nessa nota pública, é negado o discurso do juiz, no entanto, essa negação remete, necessariamente, ao discurso do juiz, sendo ele percebido como a presença do interdiscurso, no interior do discurso que o nega (ORLANDI, 2001).

Nesse pronunciamento, o comitê afirma existir a necessidade de um maior aprofundamento sobre as noções de liberdade religiosa, liberdade de expressão e laicidade em todas as instâncias do poder público. Apesar de afirmar essa necessidade, ele não propõe na nota nenhuma forma de como deveria acontecer esse aprofundamento, tão somente indica como deve ser o trato do Estado com a diversidade religiosa:

Sequência discursiva 2

De acordo com Lei nº 9459/1997, praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional são considerados crimes passíveis de punição.

A discriminação entre os seres humanos por motivos de religião ou de convicções constitui uma ofensa à dignidade humana e deve ser condenada como uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais

proclamadas na Declaração Universal de Direitos Humanos (CNRDR, 2014c, p. 1[grifos do pesquisador]).

Além disso, também defende que não compete ao Estado uma definição para o termo religião:

Sequência discursiva 3

A função do Estado é zelar pelas escolhas individuais, garantindo o respeito à diversidade das religiões existentes no país para que todos convivam em igualdade de direitos, não cabendo definir o conceito de religião (CNRDR, 2014c, p. 1 [grifos do pesquisador]).

Há nisso um efeito de contradição que se materializa no discurso do CNRDR: como punir um indivíduo por um crime de intolerância religiosa, se não cabe ao Estado definir um conceito de religião? Isso decorre da tentativa de o comitê tentar se eximir de demarcar a sua definição para a noção de religião e a diversidade religiosa, sendo essa última uma das especificidades das quais o comitê se ocupa.

Um gesto de leitura possível de ser feito é que o problema que levou ao pronunciamento do comitê não foi a competência ou não competência do Estado em definir o conceito de religião, mas o fato de a sentença do juiz ter dado um caráter pejorativo aos cultos de matriz africana, definindo-as como não religiões, acentuando dessa forma o problema da intolerância religiosa. A nota pública pode ser compreendida, como uma tentativa de defesa da diversidade religiosa no espaço público por parte do colegiado.

Considerações finais

Embora o comitê tenha a defesa à diversidade religiosa e o combate à intolerância religiosa como prioridades em sua pauta, ele não desenvolve uma conceituação para os termos. Por mais que o sentido dado à intolerância religiosa no discurso do CNRDR seja o de impedimento para a diversidade religiosa, tal como em seu

pronunciamento referente à sentença do juiz da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, não há um entendimento assumido como oficial pelo CNRDR do que seja a diversidade religiosa. Como consequência, o não aprofundamento do conceito dificulta a própria atuação do órgão, uma vez que reflete uma carência de parâmetros para o assessoramento da SDH/PR na elaboração de políticas públicas que contemplem a promoção da liberdade religiosa e do combate à intolerância religiosa.

Pelo que precede, é possível afirmar que a diversidade religiosa é uma noção heterogênea e aberta que torna possível a inserção da religião no âmbito das políticas públicas, contudo, sem ter o seu desenvolvimento ampliado. Apesar disso, essa constatação indica, muito mais um ponto de partida do que um ponto de conclusão para a pesquisa. Pensada a partir da AD, a diversidade religiosa pode intervir enquanto gesto de leitura para o entendimento dos embates ideológicos que se realizam em torno da relação entre religião e política no espaço público, sendo essa relação pensada a partir do seu funcionamento discursivo.

Assim, a diversidade religiosa pode ser compreendida como uma posição-sujeito que faz reverberar a luta ideológica pela valorização da diversidade de crenças no espaço público. Nela, inscreva-se a reivindicação da religião como elemento constitutivo da vida pública, pondo em questão o confinamento da religião à esfera particular. No discurso, ela é o local a ser ocupado na disputa por políticas públicas que protejam a pluralidade das religiões e que combatam a intolerância religiosa, marcando um lugar de confronto, de disputa por significação na política.

Diante do que foi exposto até aqui, espera-se que a presente pesquisa possa ter contribuído para fazer progredir os estudos sobre a religião no campo da Análise do Discurso francesa, servindo como ponto de interlocução com os demais estudos que também se ocupem da temática.

Referências

- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 31 jan. 2014. Seção 1, p. 3.
- _____. Ministério Público Federal. **Petição Inicial**. Agravo de Instrumento. Processo Originário 0004747-33.2014.4.02.5101. Trâmite na 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 09 de maio de 2014.
- COMITÊ NACIONAL DE RESPEITO À DIVERSIDADE RELIGIOSA. **Nota Pública nº1**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 27 mar. 2014. Disponível em: <www.sdh.gov.br/noticias/2014/maio/nota-de-comite-defende-diversidade-religiosa>. Acesso em: 21/07/2016.
- COURTINE, J.J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda; FERRERIA, Maria Cristina. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p. 15-22.
- _____. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- DELLA CAVA. R. Igreja e estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916-64. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 12, p. 5-52, abr./jun. 1975. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/igreja_e_estado_no_brasil.pdf>. Acesso em: 06/10/2015.
- ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. **Análise do discurso: três épocas** (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma**

introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 311-319.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-252.

RAMOS, C. Salvador celebra combate à intolerância. **Jornal a Tarde**, Salvador, 21 jan. 2006. Disponível em: <atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1281698-salvador-celebra-combate-a-intolerancia>. Acesso em: 24/07/2015.

REGO, J. Caso mãe Gilda. **Revista Tempo e Presença**. Ano 3, n. 13, 11 dez. 2008. Disponível em: <www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=256&cod_boletim=14&tipo=Artigo>.

Acesso em: 24/07/2015.

REIMER, H. **Liberdade religiosa na história e nas Constituições do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

SANT'ANNA, E. A cada 3 dias o governo recebe uma denúncia de intolerância religiosa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jun. 2016. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1648607-a-cada-3-dias-governo-recebe-uma-denuncia-de-intolerancia-religiosa.shtml>.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Diversidade religiosa e direitos humanos**. Brasília: Editora União Planetária, 2013.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 10/03/2016.

CONFIGURAÇÕES DO SERVIDOR PÚBLICO *POLICIAL* NO DISCURSO DE CAMPANHA POLÍTICA DO CANDIDATO FLÁVIO DINO

Ilza Galvão Cutrim¹

Maxhemiliano Silva Marques²

Introdução

A configuração que o Brasil possui, hoje, sobre o funcionalismo público é resultado de uma historiografia que tem suas bases na organização administrativa da coroa portuguesa e que, com as mudanças históricas, promovidas por diversos acontecimentos, vai adquirindo novos contornos.

De uma concepção patrimonialista, que tem como reflexo o clientelismo, herança portuguesa, o funcionalismo público absorve num segundo momento aspectos de uma administração de caráter burocrático e, num terceiro momento, ganha os contornos de uma administração pública gerencial.

Tais concepções constroem, por extensão, subjetivações sobre o sujeito funcionário público. Discursivizado pela lei como “pessoa legalmente investida em cargo público” (BRASIL, 1939; 1990), com a competência de servir bem o público, de modo a colaborar com o bom funcionamento da máquina pública, o funcionário público, em diferentes momentos da história, foi subjetivado como barnabé, burocrata, marajá.

¹ Professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Araraquara-SP. E-mail: ilzagal@uol.com.br.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: max_lavigne@hotmail.com.

Esses lugares que lhe foram atribuídos o torna parte da engrenagem do Estado. Apesar de ser visto por uns como aquele que atravanca o serviço público, outros o reconhecem como ator importante para o bom andamento da administração pública.

Estar investido em cargo público tem significado, até o momento, gozar de certos direitos e conquistas garantidos por lei. Dentre eles, destacamos a estabilidade, uma garantia constitucional que pode assegurá-lo no cargo para sempre, decorridos três meses de estágio probatório. Um país como o Brasil, que viveu longos anos de recessão, com altas taxas de desemprego, atravessou um período de estabilidade econômica na década de 2000. Nesse período, ocorreu a proliferação de vagas em setores da administração pública, com salários muito atrativos, impulsionando a realização de concursos e a geração de empregos.

A efervescência desse período possibilitou a muitos brasileiros a realização do sonho de ter um emprego fixo, com garantia de estabilidade, permitindo o debate sobre boas condições de trabalho, salários melhores e planos de cargos e carreiras. Com a oferta de muitas vagas nos setores do legislativo, executivo e judiciário, a serem preenchidas via concurso público, a administração vai assumido o combate ao apadrinhamento político, uma prática ainda comum no Brasil. É nesse contexto que muitas vagas ocupadas por apadrinhados passam a ser ocupadas por aqueles que realizaram exame de suficiência para o cargo, mensurada por meio de concurso público. Muitos cursos preparatórios para concurso ganham o mercado e a figura do funcionário público estável, ganha visibilidade.

O discurso em defesa da realização de concursos públicos, com base na isonomia e garantia de remuneração crescente, promove no cidadão o desejo pelo acesso a cargos públicos, que como é de senso comum, trata-se de salário certo e em dia. Nessa modalidade discursiva, o funcionário público, também conhecido como servidor público, não é discursivizado como um sujeito que onera a máquina pública, mas como peça importante dessa engrenagem.

Vale lembrar que, embora a História nos mostre que o termo servidor público veio a substituir a expressão funcionário público, ambas as acepções referem-se por força da lei à pessoa investida em cargo público. Ao discorrer sobre esses sujeitos, tomaremos ambos os termos por sinônimos.

Esse servidor, alvo de tantos olhares no decorrer da História, recebe atenção de candidatos a cargos públicos durante campanhas políticas, como a de Flávio Dino, que em 2014, em plena campanha ao governo do Estado do Maranhão, apresentou aos seus eleitores “PROPOSTAS PARA *um* MARANHÃO *com* DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL”. Nelas, Flávio Dino abrange vários setores da administração pública e, por consequência, servidores públicos.

Dentre as sessenta e cinco propostas, damos ênfase às relativas à segurança pública, um dos alvos da campanha, que dá ênfase ao servidor público policial. Destacamos a criação de dois programas: *Programa Segurança para Todos* e programa *Pacto pela Vida*. Uma das metas do primeiro programa pretende aumentar o quantitativo de policiais e bombeiros no atendimento aos cidadãos; o segundo propõe um novo modelo de governança da segurança pública no Estado.

Nosso objetivo consiste em analisar as práticas discursivas que instauram o servidor público policial, a fim de verificar como elas envolvem os conceitos e de que formas corroboram o sujeito enunciador. Nossas análises incidem sobre a Proposta de Governo do candidato Flávio Dino, mais especificamente os dois programas anteriormente mencionados.

Nossas discussões serão pautadas na Análise do Discurso de orientação francesa, a partir das contribuições da fase arqueológica de Michel Foucault (1979; 2008a; 2008b, 2008c) sobre conceitos relevantes para as discussões desse trabalho, como enunciado, função enunciativa, prática discursiva, arquivo, a fim de observar a constituição dos enunciados nos discursos.

Assim, neste artigo localizaremos as discussões de Michel Foucault para o exame das materialidades discursivas. Em seguida,

delinearemos um arquivo de constituição do funcionalismo público, considerando a emergência de discursos localizáveis no curso da História para esse profissional. Ao fazer a genealogia, pretendemos revelar as relações de poder que alinhavam os discursos sobre o funcionário público. Por último, analisamos as propostas de governo do Flávio Dino.

Michel Foucault: uma arqueologia

Michel Foucault goza cada vez mais de prestígio acadêmico entre os pesquisadores do campo das ciências humanas e sociais. É notável a presença dos conceitos advindos do pensador francês para o exame de questões sociais, políticas, históricas e discursivas. Foucault transitou pelas diferentes áreas do saber sob o manto de filósofo e problematizou questões relacionadas a ciências como a História, a Linguística, o Direito e a diversas outras áreas do conhecimento. Causando pequenas “explosões” por onde passava, ganhou muitos adeptos e também muitos inconformados, pois suas ousadas indagações questionavam os modos como operavam essas ciências. O desconcertante pensamento de Foucault, para nos valer de uma expressão cunhada pela revista *Tempo Social* (1995), aparece em um momento histórico de reconstrução das certezas, que passaram a ser caracterizadas como ilusórias.

O trabalho de Foucault tem enorme interferência sobre a reelaboração dos conceitos da Análise do Discurso (AD) de vertente francesa. A disciplina, pensada por Michel Pêcheux no auge da presença do materialismo histórico nas ciências da linguagem, recebe as influências do pensamento de Foucault e passa a repensar seus métodos e seus conceitos fundantes.

Se antes o objeto da AD era fundamentalmente o discurso político, as ideias de Foucault vão permitir que novas discursividades sejam passíveis de serem examinadas. O próprio Pêcheux, em *Papel da Memória e Discurso: Estrutura ou Acontecimento* (2006), vislumbra a necessidade de convocar Foucault para

rediscutir os pilares da Análise do Discurso e pensar como os movimentos linguageiros do homem permitem significar o mundo e significar-se, abrindo, dessa forma, a AD para o exame de novas discursividades.

Delimitamos nosso lugar de fala pensando os deslocamentos desse campo. Filiamo-nos a uma Análise do Discurso que sofre fortes reelaborações a partir das contribuições de Michel Foucault, embora seja claro que ele não se supôs analista do discurso. Para Foucault, o interesse de seus postulados recai sobre a problemática do discurso como fundante de verdades (o filósofo não pensa, por exemplo, num sujeito capaz de fundar as verdades). Tal interesse permite amarrá-lo à Análise do Discurso, uma vez que suas teses podem ser articuladas no interior da disciplina para atingir respostas que exigem análise de materialidades que ultrapassam o discurso político, objeto da primeira fase da AD.

Ademais, nossas análises utilizam-se do fértil trabalho de Foucault sobre o exame das discursividades. Vale pontuar que Foucault não teve como propósito construir uma “teoria do discurso”. Ele estava interessado em questões de amplitude maior, como a constituição e transformação dos saberes na sociedade. Seu interesse é o de “investigar os saberes que embasam a cultura ocidental”. (GREGOLIN, 2004, p. 55).

Em sua primeira fase, denominada arqueológica, Michel Foucault mostra-se bastante preocupado com o discurso das ciências humanas. Seu interesse recai sobre o modo como essas ciências instauram os objetos de que falam. Ele se dispõe a compreender o funcionamento dos discursos que sustentam essas ciências e como os objetos do conhecimento são remodelados por meio de práticas discursivas detectáveis na descontinuidade da História. O método arqueológico

se constitui na busca de elementos que possam ser articulados entre si e que fornecem um panorama coerente das condições de produção de um saber em certa época. Analisando a extensa rede que constitui as positivities do saber, a arqueologia procura não as ideias, mas

os próprios discursos enquanto práticas descontínuas que obedecem a certas regras; centrando-se nas práticas discursivas. (GREGOLIN, 2004, p. 71-72)

O método arqueológico está presente na História da Loucura, em *O Nascimento da Clínica*, em *As Palavras e as Coisas*. Em *O Nascimento da Clínica*, Foucault estuda as mudanças ocorridas nas modalidades enunciativas do discurso médico no decorrer das épocas valendo-se da descontinuidade. Em *As Palavras e as Coisas* a abordagem incide sobre o estudo das regras que formam os conceitos (MACHADO, 2006). Em *História da Loucura*, Foucault observa o sistema de formação dos objetos, a fim de assinalar o discurso sobre a loucura a partir de um conjunto histórico que inclui noções, instituições, medidas jurídicas e policiais, conceitos científicos. História da loucura é feita pela busca de documentos – o arquivo – como jogo de regras que determinam numa cultura o aparecimento e o desaparecimento dos enunciados, sua permanência e sua extinção, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas (FOUCAULT, 2000).

Os objetos são construídos discursivamente e como tal é preciso compreender as condições de aparecimento de determinados discursos, considerando o aparecimento como singular. O discurso organiza-se segundo um mesmo princípio e segundo procedimentos que fazem aparecer um conjunto de regras relativo à prática discursiva (FOUCAULT, 1997). Assim, colocar-se em uma prática discursiva é enunciar segundo determinadas regras, e fazer manifestarem-se as relações que ocorrem dentro de um discurso.

Pensar com Foucault, nesses termos, significa crer que as instâncias discursivas instauram os objetos sobre os quais enunciam, circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadores e fixam as estratégias sérias que rareiam os atos discursivos (BARONAS, 2011). Para compreender como as instâncias enunciativas delimitam os objetos, Foucault propõe um olhar para o átomo da constituição de todo discurso: o enunciado.

A questão do enunciado recebe grande atenção em *A Arqueologia do Saber* (2008a). O enunciado é o ponto em que suas teses se encontram com o projeto da Análise do Discurso. Ao refletir sobre o conceito de enunciado, Foucault (2008a, p. 136) vai se referir a ele como “coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos, para as quais preparamos circuitos preestabelecidos [...]”. O teórico afirma que a materialidade do enunciado é repetível; o que o faz raro e singular é o exercício de sua função enunciativa. A emergência de um enunciado se inscreve então naquilo que Foucault chamou de ordem do discurso, um conjunto de enunciados considerados verdadeiros em dado tempo e espaço definido.

Ao compreender o que Foucault entende por enunciado, um empreendimento de uma análise do discurso de base arqueológica visa a

compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação, de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciados exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que diz e em nenhuma outra parte? (FOUCAULT, 2008a, p. 31).

Dessa forma, empreender uma descrição dos enunciados visa a tratá-los como acontecimentos históricos. Segundo Foucault, é dada existência a alguma coisa que não existia antes de falar e que não existirá mais depois. Essa existência singular é dada a partir de leis de possibilidade. Ao produzir um enunciado, este se inscreve numa ordem, e interdita o aparecimento de outros (FOUCAULT, 2006). A arqueologia dos enunciados que Foucault propõe trata de

uma análise histórica das condições de enunciabilidade ou, mais especificamente, [...] uma análise das condições de possibilidade que fizeram com que, em determinado momento histórico, apenas alguns enunciados tenham sido efetivamente possíveis – isto é, tenham sido efetivamente produzidos – e outros não. (MUSSALIM, 2011, p.132)

Em síntese, Foucault define discurso como aquilo que é constituído de um número limitado de enunciados. Para esse conjunto limitado é possível definir possibilidades de aparecimento de determinado enunciado na coexistência da exclusão de outros. Dessa forma, a produção efetiva de um enunciado está em consonância a um projeto de poder, pois é o exercício do poder que dita o que deve ser excluído, ampliando assim as análises linguísticas para o campo das relações sociais. Assim, Foucault não se refere ao indivíduo como instância produtora, mas pensa o enunciado como função do sujeito. A partir do exame dos enunciados é possível visualizar as posições-sujeito ocupadas pelos enunciadores.

A arqueologia propõe um extenso tratamento com o enunciado, organizando-o não numa linha cronológica, como se um determinasse o outro, mas organizando-o por meio de práticas discursivas que, ao se referirem ao mesmo objeto, produzem enunciados que se avizinham. Esse feixe de enunciados, datados no tempo e pertencentes a um regime de enunciabilidade específica, organiza-se no arquivo e é condição para que novos regimes sejam possíveis a partir da retomada ou deslocamento daquilo que compõe o arquivo. Ao compreendê-lo como a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares, Foucault propõe que a arqueologia se assente na descrição do arquivo. Dessa forma, somos levados a pensar a organização do arquivo sobre o funcionalismo público, para chegarmos a uma compreensão da construção discursiva sobre o policial servidor público.

Uma genealogia do funcionalismo público

Ao lançarmos nosso olhar para a história do funcionário público no nosso país numa perspectiva genealógica, perceberemos uma dispersão de saberes assentados numa negatividade que dão sentido ao trabalho desses sujeitos. Um passeio na História nos permite localizar práticas discursivas tais como: “eles são ineficientes”, “não têm mérito para a função pública”, “todo funcionário público trabalha pouco e ganha bem”. Ao observar esses enunciados pela ótica foucaultiana, observamos que o aparecimento desses discursos de paradigma negativo estão associados a fenômenos políticos, culturais e sociais que marcaram a trajetória do funcionalismo público do Império, a partir da herança portuguesa, à República.

O patrimonialismo que, segundo Holanda (1995), pode ser resumido pela pouca ou quase nenhuma distinção entre o patrimônio público e o privado, trouxe contornos à administração pública do primeiro e o segundo reinado, como também as primeiras décadas do Brasil República. A prática patrimonialista é muito ampla, mas *patrimônio*, no que diz respeito ao funcionalismo público, consiste em distribuir cargos sem mérito algum, apenas baseado em troca de favores. Tal fato permitiu a incursão de amadores na máquina pública, fazendo surgir a figura do funcionário que desempenha suas funções com preguiça e não é qualificado para atender ao público.

Porém, a cronologia do patrimonialismo vem de mais longe, uma herança portuguesa. Essas práticas, que Holanda (1995) denomina patrimonialismo, têm raízes nos costumes socioculturais da Coroa Portuguesa. Todos os cargos públicos pertenciam ao rei, o que reafirmava sua supremacia no poder. Assim, a posse da função pública representava instrumento de troca de favores entre a Coroa e seus súditos. Em recompensa à lealdade, o rei transferia a posse dos cargos públicos a seus aliados. Não havia, dessa forma, uma linha que separasse os bens públicos dos bens privados. As

funções públicas eram consideradas propriedades, podiam passar de pai para filho e servir como objetos para agenciamento de favores. No reino de Portugal, a questão do desempenho não tinha relevância: os cargos públicos eram atributos dos nobres de boa linhagem, do homem fidalgo, de limpo sangue (FAORO, 1996).

Esse servidor desqualificado para o trabalho, mas vitalício no cargo, figura tão comum nas repartições públicas do Brasil durante o século XX, é denominado numa marchinha carnavalesca, de 1947, de barnabé. As práticas discursivas sobre o funcionário “barnabé” o constituem como aquele funcionário de pequeno escalão, que está sempre com um terno preto surrado, uma gravatinha vagabunda e um jornal debaixo do braço, e que passa o dia lendo jornal e tomando cafezinho. Ou então deixa o paletó na cadeira e sai, voltando na hora de assinar o ponto. Esse discurso apresenta uma continuidade com a ideia de funcionário público da Coroa Portuguesa, ao discursivizar os detentores dos cargos públicos como aqueles que não têm vontade de crescer na carreira, nem de oferecer uma prestação de serviço excelente, pois está apenas preocupado em garantir sua remuneração ao fim do mês.

Durante a década de 30, pouco após o período conhecido por República Velha, o Brasil estava sob o comando de Getúlio Vargas, conhecido como presidente que instituiu inúmeras conquistas trabalhistas. No que tange ao funcionalismo público, a maior delas foi o surgimento do primeiro Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, regulamentado pelo Decreto Lei n.º 1.783/1939. O texto inaugurava a obrigação de concursos para o provimento de cargos públicos num movimento de eliminação do patrimonialismo com a profissionalização da máquina pública, apoiada sobre os princípios burocráticos de Max Weber³. Essa reforma exigiu que a administração

³Em síntese, a burocracia é um conjunto de procedimentos técnicos que visa à profissionalização da administração pública. Ao estudar o fenômeno do patrimonialismo nos regimes absolutistas, Max Weber sugeriu um modelo racional-legal, que deve se assentar sob normas, procedimentos, regulamentos, que não advêm das vontades pessoais dos agentes políticos. Assim, é instituído

pública se pautasse pela obediência às normas e preceitos legais. Nesses termos, o trabalhador público devia segui-las cegamente para garantir a eficiência na prestação de seus serviços. As novas práticas discursivas sobre o serviço público primam pela profissionalização da burocracia e possibilitam o aparecimento de sentidos para o funcionário como um burocrata, um sujeito não racional, cuja função se resumia a carimbar papéis em instituições que apenas dificultavam o acesso aos serviços públicos (BRESSER-PEREIRA, 1996).

A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, valendo-se dos princípios da administração gerencial, num movimento contrário à reforma burocrática que pouco contribuiu para a modernização e eficiência da máquina pública, apresenta uma ruptura com as práticas patrimonialistas ao instituir nova discursivização aos serviços públicos. Pautando-se pelos princípios de eficiência, ética e qualidade, o funcionário público passa a ser ressignificado como servidor público, num movimento linguageiro que nega as subjetivações dispersas pela História – o burocrata, o barnabé – e pretende inaugurar novos sentidos à máquina pública, convocando o servidor a fazer parte dela, e a oferecer serviços de qualidade para o exercício da cidadania.

Porém, a era Collor de Melo constrói, discursivamente, uma imagem sobre o servidor público como funcionário com altos privilégios, gordos salários e pouco trabalho: os “marajás”, considerado o fardo oneroso do país. O marajá vai adquirindo sentido em meio a um país massacrado pela corrupção e inflação. Extirpar os marajás da máquina pública seria a condição para uma política de redução do Estado por meio da privatização. Collor fica conhecido como “o caçador de marajás”. Essas práticas discursivas emergem em consonância aos princípios do neoliberalismo, que age na lógica do enxugamento da máquina pública.

Apesar das inúmeras reformas que atualizaram a administração pública e subjetivaram o sujeito funcionário público,

um princípio básico necessário ao funcionamento do aumento da eficiência no setor público: a impessoalidade.

ao impor critérios justos de admissão no serviço público, as diversas subjetivações apresentadas convivem numa descontinuidade histórica: até hoje, sobrevivem por meio da memória essas discursivizações sobre o funcionalismo público. Improdutivos, exímios burocratas, marajás. Esse feixe de sentidos se organiza numa ordem de entrelaçamento entre o histórico e o cultural, possibilitando-nos visualizaras práticas que se dão em torno do objeto de discurso servidor público.

Se o servidor público mantém relação direta com as origens do Estado brasileiro, ele irrompe como uma figura utilizada pelos governos como um mecanismo de geração de renda, em especial para a população mais pobre. Utilizados largamente no decorrer da História como artifício para ganhar votos, os regimes jurídicos brasileiros autorizam alcançá-los por meio dos concursos públicos. Esse é um discurso que só se apresenta como verdadeiro após a redemocratização do país. Em um país com uma estrutura econômica ainda frágil, incursionar pela máquina pública garante “emprego fixo, com rendimentos certos”, bem como outros direitos que a iniciativa privada não é capaz de provisionar.

Paralelamente, os discursos dos candidatos a cargos públicos precisam se acomodar a essa ordem: é preciso prometer a oferta contínua desses cargos com salários ainda mais atrativos, é preciso garantir prestígio profissional aos ocupantes desses cargos, bem como é preciso discursivizar a máquina pública como capaz de manter as necessidades de seus servidores.

Configurações sobre o servidor público policial

A genealogia do funcionalismo público nos permitiu observar as instâncias e as práticas discursivas que subjetivaram o funcionário/servidor público ao longo da história. Ser um fardo oneroso, um sujeito que se aventura pela máquina pública em busca de rendimentos certos ou um profissional habilitado para o exercício da função pública advém de instâncias discursivas que

legitimam o lugar desse sujeito e o tratamento que deve ser dispensado a ele. Mas as mudanças no decorrer da história irão produzir novos olhares sobre esse objeto de discurso, como as que foram produzidas na Proposta de governo de Flávio Dino, para o Maranhão.

Apresentamos essa proposta, com destaque para os programas Segurança para Todos e Pacto pela Vida, a fim de analisar as práticas discursivas que instauram o servidor público policial, observando, como elas envolvem os conceitos e legitimam o sujeito enunciador.

É importante ressaltar que a segurança pública recebeu atenção especial da campanha política de Flávio Dino. Motivada pelas reivindicações da população que clamava por segurança, após as incontáveis rebeliões no presídio de Pedrinhas, entre os anos de 2012 e 2013, e os ataques incendiários a ônibus coletivos da capital do estado, em 2013, a campanha de Dino chamava atenção para a necessidade de dobrar o número de policiais e destacava o Maranhão como um Estado com um dos menores números de policiais por habitante. Esse discurso teve apoio das mídias aliadas que, à época desses acontecimentos, repetiram incessantemente a necessidade de repensar o modelo de segurança pública do Estado, ressaltando que o aumento dos índices de violência era resultado de uma administração pública falha, responsável pela promoção de um descompasso entre o crescimento da população e o efetivo policial.

Esse é um cenário fértil para essa campanha do candidato Flávio Dino, que ressaltava ser “hora de uma política moderna e transformadora”. Tais elementos dão vida ao texto, isto é, às Propostas registradas em cartório, em afirmação de um compromisso com a sociedade maranhense.

O Programa Segurança para Todos propõe:

Dobrar o número de policiais e bombeiros disponíveis para atender aos cidadãos maranhenses. Aumentar o investimento em equipamentos, Polícia Científica e Inteligência. Motivar e comandar

as equipes do sistema de segurança. Os novos policiais que forem contratados atuarão, prioritariamente, em programas de Policiamento Comunitário, conjugando planejamento, prevenção e repressão – sempre com a intensa participação das comunidades.

O Programa Pacto Pela Vida:

O programa estabelecerá um novo modelo de governança da segurança pública no Estado. Elaborado em Pernambuco, o Pacto é reconhecido como uma das políticas públicas mais bem sucedidas na área de segurança no País. No Maranhão, irá articular as políticas de prevenção e repressão ao crime, numa ação conjunta entre governo e comunidade. Trata-se de política pública transversal e integrada, construída de forma pactuada com a sociedade, em articulação permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Assembleia Legislativa, os municípios e a União. O Maranhão será dividido em Áreas Integradas de Segurança, que receberão recursos e efetivo policial de acordo com suas necessidades. Cada uma dessas áreas terá uma meta de redução de crimes, que será acompanhada diretamente pelo governador em reuniões mensais com as Polícias Civil e Militar, na presença de líderes políticos e comunitários de cada região.

Os direitos hoje negados aos policiais serão concedidos mediante negociação, abrangendo: critérios justos e transparentes para promoções; fim da aplicação do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE); aumentos de remuneração compatíveis com as necessidades; respeito à jornada de trabalho e demais direitos trabalhistas.

Considerando o que afirma Foucault (2008a),

O discurso [...] não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. (2008a, p. 61).

O discurso abriga enunciações, que provêm de lugares diversos. No Programa Segurança para Todos é possível observar o

estatuto do sujeito que fala: o *candidato*, aquele que, opondo-se a outro(s), concorre a um cargo, a um lugar. Na condição de opositor, o candidato se projeta como a melhor opção ao eleitor. No caso em tela, esse enunciador, ao propor “Dobrar o número de policiais e bombeiros disponíveis para atender aos cidadãos maranhenses. Aumentar o investimento em equipamentos, Polícia Científica e Inteligência” tem garantido o *status* de atuar sobre os saberes, já que profere enunciados que os instauram, já que maneja técnicas que os consolidam e também porque exerce verdade em suas práticas: uma cidade com um efetivo policial, equipado, adequado é uma cidade segura.

O emprego do verbo no infinitivo “dobrar”, “aumentar” projeta um sentido de uma proposta a ser cumprida. Essa condição de exercício da função enunciativa produz práticas discursivas sobre o servidor policial como um sujeito atuante junto à comunidade, como um sujeito que terá à sua disposição as ferramentas para desempenhar seu trabalho – um servidor equipado. Assim, o aumento em equipamentos, em polícia científica e inteligência tornam o servidor policial apto para combater a violência.

A isso soma-se a proposta de “Motivar e comandar as equipes do sistema de segurança. Os novos policiais que forem contratados atuarão, prioritariamente, em programas de Policiamento Comunitário, conjugando planejamento, prevenção e repressão – sempre com a intensa participação das comunidades. ” Como servidor público, o policial ganha destaque pois ele é discursivizado segundo práticas que se instalam em um outro momento da história. Se, no passado, ele era visto como barnabé, burocrata, marajá, houve uma mudança nessa série de enunciados. Se antes a série de conceitos o constituíam como um servidor relapso, agora a formação discursiva que o significa, de acordo com a proposta do candidato Flávio Dino, é a de um sujeito que planeja seus atos, previne e reprime a criminalidade. Ele agora é um co-administrador, pois trabalhará em parceria com o governador, e se

reunirá mensalmente “na presença de líderes políticos e comunitários de cada região”. Há um deslocamento de uma imagem negativa, que foi se constituindo na história sobre o papel do funcionário/servidor público na sociedade e que se transforma em imagem positiva ao conjugar o trabalho do policial aos anseios da população que o elegerá.

Ele agora é visto com um certo prestígio, pois é um parceiro da comunidade. E está inserido em um grande projeto, que se apresenta como “um novo modelo de governança da segurança pública no Estado. “Seu trabalho terá a garantia de direitos, tais como promoções, reajuste de remuneração, “respeito à jornada de trabalho”, dentre outros direito trabalhistas, segundo as “necessidades”, “mediante negociação”.

A instância discursiva que permite ao candidato o direito de enunciar, discursiviza um serviço público eficiente, moderno, baseado no diálogo com a população e com políticas salariais justas para os servidores e para aqueles [eleitores] que ainda entrarão no serviço público após ele se tornar governador do estado do Maranhão.

Essa nova série de enunciado vai significando por meio de regras de formação à medida que o estatuto do sujeito que a produz detém um estatuto de fala, ligado a um lugar institucional: Flávio Dino se pronuncia do lugar do candidato, que é também professor de Direito, juiz federal e ex-deputado federal, ou seja, a Lei lhe autoriza dizer sobre o servidor público policial.

Algumas Considerações

Pensar o funcionalismo público brasileiro é analisar as práticas discursivas que formataram continuamente o lugar do servidor desde a colonização, a independência e constituição da República do Brasil. Apesar de a Constituição Federal legitimar o lugar desse sujeito como a peça fundamental da oferta de serviços públicos, dando-lhe assim visibilidade nas práticas sociais, a História nos mostra que esse sujeito também é subjetivado como barnabé,

burocrata e marajá. Sob as lentes da descontinuidade histórica, o surgimento de um dispositivo legal em 1988 que reconhece a importância do funcionalismo público para o exercício da democracia não foi capaz de coibir os sentidos negativos associados ao serviço público e seus servidores.

Ao apreciarmos um arquivo que organiza os sentidos para o funcionalismo público, estamos acompanhando as práticas discursivas na sociedade. A organização do funcionalismo público é herança do estado português. Longe da cultura meritocrática que a Constituição brasileira atual apregoa, o reino de Portugal distribuía os cargos públicos com base em lealdade e prestação de favores. Os cargos passavam de pai para filho, podiam ser negociados e constituíam o status social daqueles que o possuíam. Essa prática, conhecida como patrimonialismo, foi recorrente ao longo da formação do Brasil como monarquia e como república.

Todavia, houve políticas que tentaram romper com a prática patrimonialista, como a reforma burocrática instituída por Getúlio Vargas, que previa o fim do patrimonialismo da máquina pública. Porém, além de não conseguir superar essa prática, a burocracia no serviço público atuou como condição para o aparecimento do funcionário burocrata, aquele cuja atribuição resume-se em carimbar papéis e arquivá-lo. A administração burocrática, conforme destacou Bresser-Pereira, é lenta, cara, autorreferida, pouco ou nada orientada para o atendimento das demandas dos cidadãos.

Em nosso arquivo, também percebemos o aparecimento do termo *servidor* na Constituição Federal que renomeia o funcionário público para negar as subjetivações negativas que esse sujeito recebeu ao longo da História. É como se o funcionário público renascesse no interior de uma ordem discursiva que apregoa a excelência dos serviços públicos. Esse discurso emanou na mesma época de Collor de Melo. Como candidato, Collor construiu discursivamente a visão de um estado brasileiro repleto de “marajás”. A descontinuidade histórica nos mostra que esse

discurso tem em sua base efeitos que o antecedem e possibilitam novos regimes de enunciabilidade sobre o sujeito servidor público.

Consideramos o funcionário/servidor público como construção histórica, no interior de práticas discursivas singulares. Dessa forma, pensamos como o sujeito enunciador candidato edifica o sujeito servidor público policial em suas propostas de governo e o lugar que ocupa ao enunciar sobre esses sujeitos.

A leitura das propostas também nos possibilita visualizar como ele constrói a figura do servidor público policial. Não é mais o funcionário público clássico (barnabé, marajá ou burocrata), mas um sujeito amigo da comunidade, qualificado para o trabalho, bem remunerado, personagem articulador entre o governo e a comunidade. Essas novas subjetivações estão de acordo com a emergência constitucional de um serviço público moderno, capaz de atender os interesses da sociedade.

Referências

BARONAS, R. L. Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura para discussão. **Anais do V SEAD**, 2011. Disponível em <<http://anaisdosead.com.br/5SEAD/SIMPOSIOS/RobertoLeiserBaronas.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.713, de 28 de Outubro de 1939**. Dispõe sobre o Estatuto dos funcionários públicos civis da União. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1713.htm>. Acesso em: 08 abr. 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990**. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1713.htm>. Acesso em: 08 abr. 2016.

- BRESSER-PEREIRA, L. C.. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 47, n.1, p. 7-40, 1996.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. São Paulo: Globo, 1996.
- MUSSALIM, F. Análise do Discurso. IN: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2011.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.
- _____. **Sobre a Arqueologia das ciências: reposta ao círculo de epistemologia**. In: Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (p. 82-118).
- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.
- _____. **História da Loucura: na idade clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 8. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2008b.
- _____. **O Nascimento da Clínica**. Trad. Roberto Machado. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.
- _____. **A ordem do discurso**. 13 ed., São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- GREGOLIN, M. do R. V. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006. p. 07-23.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. São Paulo: Pontes Editora, 2006.

O ESTATUTO DA FAMÍLIA E UM BREVE EXERCÍCIO DE ANÁLISE DE DISCURSO

Agnaldo Almeida¹

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem-sucedida (PÊCHEUX, 2012, p. 56).

Primeiramente...

Começo por dizer que este texto não é somente meu. Além do saber discursivo, constitutivo de todo e qualquer dizer, aqui se entrecruzam diferentes vozes que podem ser especificadas por nomes próprios. São de sujeitos determinados que, por sua vez, trazem consigo a marcar incontornável da incompletude da linguagem, do sentido e deles mesmos(sujeitos), em sua relação com a língua e a história. Intervém o interdiscurso, a memória do dizer, como também a ideologia. De algumas vozes-com-nome-próprio, passamos para vozes-sem-nome de um saber discursivo, necessariamente esquecido, que nos atravessa, nos determina, nos segrega e reparte (simbólico-politicamente; de modo real), nos une (imaginariamente).

O presente trabalho não começa aqui, nas primeiras linhas destas palavras iniciais; nem finda com os últimos caracteres imprimidos pelo autor. Deriva de *um* curso, *em* curso, sobre o *dis-*

¹ Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: ag.nal@hotmail.com.

curso, na graduação em Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulado *Introdução à Teoria Materialista do Discurso*.

Neste espaço discursivo, a sala de aula de uma universidade pública, com sua estrutura e funcionamento determinados na sociedade e na história, propus, do lugar de docente, depois de discutir o texto *Análise de discurso: princípios e procedimentos* de Eni Orlandi (2009), a realização de uma análise dos sentidos do termo “família” em um debate televisivo. Dentre os quais, um será (ou continuará a ser...) empregado no/pelo Estatuto da Família. Uma prática institucional do Estado.

O debate foi realizado entre dois deputados. Um, o relator da proposta na Comissão Especial do Estatuto da família. Segundo ele, um conservador (uma pessoa de bem?) em defesa da *família*. Tradicional. Natural. O outro, um parlamentar que se coloca contrário (um mau sujeito?) a esse sentido dominante do que é uma família, argumentando em direção do fato de que há *famílias*. Reais. Plural!

Pretendemos, desse modo, mostrar como se dá a passagem da *superfície linguística* (material de linguagem bruto coletado; materialidade linguística; texto) para o *objeto discursivo* (objeto teórico; relação do discurso com as formações discursivas) e desse para o *processo discursivo* (relação das formações discursivas com as formações ideológicas, com a ideologia), trabalhando as relações, os embates de sentidos do que deve ser considerado, pelo Estado, uma família.

Passemos, então, ao trabalho...

Algumas linhas de teoria

Ao definir o discurso como efeitos de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 2009), como estrutura (língua) e acontecimento (história) (PÊCHEUX, 2012), M. Pêcheux nega à língua a sua suposta homogeneidade e autonomia absoluta. O discurso, um objeto linguístico-histórico, é produzido em determinadas

condições de produção, nas quais estão incluídos o sujeito e a situação: contexto imediato e conjuntura sócio-histórica e ideológica. Língua e história se entrecruzam em seus reais.

Nesse viés, instala-se a falha, o equívoco. Este, definido como a falha da língua inscrita da história (ORLANDI, 2012a), refere-se à possibilidade de as mesmas palavras serem passíveis de sentidos contraditórios, de gestos de interpretações diferentes. Nas palavras de Pêcheux (2012, p. 53), todo enunciado, ou toda sequência de enunciados, é “intrinsecamente suscetível de torna-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Com essa afirmação, o autor mostra-nos que todo enunciado tem pontos de derivas possíveis, oferecendo lugar à interpretação.

Há uma injunção à interpretação. O sujeito está condenado a interpretar, ensina-nos Orlandi (2012a, 2012b). A produção de gestos de interpretação, atos no nível simbólico, mostra que os sentidos não estão colados/contidos nas palavras. Eles mudam de acordo com as posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Porém, a interpretação nega-se no momento mesmo em que acontece, fazendo com que os sujeitos apenas se reconheçam nos sentidos por eles produzidos. Naturais. Naturalizados. Isso se dá pelo mecanismo ideológico de constituição dos sujeitos e dos sentidos.

Em seu constructo teórico, Pêcheux (2009) afirma que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. É ela, a ideologia, que fornece as evidências do sentido, como se fossem naturais. Uma prática definida como a relação imaginária entre os sujeitos e suas condições materiais de existência. Os discursos são governados pelas formações ideológicas (PÊCHEUX, 2009) que, por sua vez, são projetadas na linguagem pelas formações discursivas. O imaginário en-forma o discurso (ORLANDI, 2015).

Em termos pecheutianos, enquanto as formações ideológicas (FI) são definidas como um conjunto de atitudes e representações que não são universais nem individuais, pois estão ligadas mais ou

menos a posições de classes, as formações discursivas (FD) são aquilo que, a partir de uma FI dada, determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 2009).

As FDs, desse modo, são espaços onde as palavras “ganham” seus sentidos. Heterogêneas em relação a si mesmas, as FDs se constituem em relação a outras FDs, em relações de diferentes naturezas: aliança, oposição, sustentação etc. Uma mesma palavra, em uma determinada conjuntura sócio-histórica, pode (e geralmente o é) ter sentidos contrários. São gestos de interpretação diferentes. Identificação do sujeito a FDs diferentes. Recortes de memória distintos.

O interdiscurso, o saber discursivo; o dito e já esquecido que constitui e intervém no nosso dizer para que ele produza sentido é entendido pela Análise de Discurso como a memória discursiva. Constitutiva. Pêcheux e Fuchs (2010) afirmam que ela se estrutura pelo esquecimento. Esquecer não é algo que o sujeito um dia soube e esqueceu. O esquecimento como estruturante refere-se à necessidade de o dizer de um determinado sujeito passar para o anonimato, componha o conjunto de enunciados estratificados, para ser considerado um saber discursivo, ao qual não temos acesso direto (nossa relação com os sentidos é mais indireta, mas determinada historicamente), nem ele (o interdiscurso) está alocado em um local específico.

Para explicar esta posição teórica, os autores distinguem dois tipos de esquecimentos: o esquecimento número 2 e o esquecimento número 1.

O primeiro é da instância da enunciação. Ao falar, diz-se de uma maneira e não de outra. Formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. Ele produz a impressão da realidade do pensamento, uma *ilusão referencial*, pois acreditamos, por meio dele, que há uma relação direta entre pensamento, linguagem e mundo. O que se diz só pode ser dito com aquelas palavras e não outras. Ele é parcial, ou seja, semi-inconsciente, visto que muitas vezes, há por parte do sujeito um

retorno a famílias parafrásticas para melhor especificação do que se diz. Exemplo: “ou seja, o que eu acabei de falar quer dizer...”; “quando eu falei que X significa isso, eu queria dizer que...”.

O esquecimento número 1, por sua vez, é ideológico; da instância do inconsciente. Ele resulta do modo como somos afetados pela ideologia. Ilusão de ser a origem do que dizemos, quando retomamos sentidos pré-existentes. Reflete o sonho adâmico – ilusão de estar na inicial absoluta da linguagem (*ilusão subjetiva*), o primeiro ser, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas o que queremos. No entanto, nossas palavras significam além de nossas intenções imediatas, elas significam pela memória, que faz intervir sentidos que não controlamos e, muitas vezes, sentidos que nem conhecemos.

Conforme nos ensina Pêcheux (2009, 2012), o trabalho do analista consiste em trabalhar (ultrapassar) essas evidências (ilusões), do sujeito e do sentido, e isso se dá no batimento, na alternância, entre a descrição e a interpretação. Para isso, Orlandi (2009) afirma a necessidade de distinguirmos o dispositivo teórico da interpretação e o dispositivo analítico. Enquanto o primeiro refere-se às noções gerais da Análise de Discurso, o segundo é um dispositivo individualizado, construído a partir das questões e objetivos colocados pelo analista. Sendo assim,

O dispositivo, a escuta discursiva, deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentido: descrever a relação do sujeito com sua memória. Nessa empreitada, descrição e interpretação se inter-relacionam (ORLANDI, 2009b, p. 60).

De acordo com Orlandi (2009), os procedimentos da Análise de discurso seguem duas etapas: a passagem da superfície linguística para o objeto discursivo e, desse, para o processo discursivo. Em que consiste esses movimentos? Vejamos:

A primeira etapa diz respeito à passagem do material bruto coletado, o texto ou o conjunto de textos selecionados para análise,

para o objeto discursivo por meio da de-superficialização, ou seja, da análise da materialidade linguística, questionando-nos: quem diz, como se diz, em quais circunstâncias etc. Buscamos, nesse passo, compreender como o discurso se textualiza, por meio dos vestígios deixados pelas formações imaginárias (relações de sentido, relações de força, antecipação) no fio do discurso.

Nessa empreitada, procuramos trabalhar o esquecimento número dois (enunciativo, como vimos acima), que nos fornece a impressão ao sujeito que aquilo só poderia ser dito daquela maneira e não de outras. Dar conta desse esquecimento é desfazer essa ilusão, desnaturalizar a relação palavra/coisa. Para isso, procuramos trabalhar com as paráfrases, sinonímia, relação do dito e não dito, ao que é dito em outros discursos, em outras condições, sob efeito de memórias discursivas distintas etc. Esse lance analítico permite vislumbrar a configuração das formações discursivas que dominam a prática discursiva em análise. O objeto discursivo, desse modo, não é dado *a priori*, exige o trabalho do analista de converter o *corpus* bruto para um objeto teórico.

Com esse objeto teórico constituído, passamos dele para o processo discursivo. Inaugura-se a segunda etapa de análise. Nesta, procuramos analisar propriamente as discursividades. Os processos discursivos são responsáveis pelos efeitos de sentidos produzidos no material simbólico em questão. Então, delineadas as formações discursivas, relacionamo-las às formações ideológicas, à ideologia, o que nos permite compreender como se constituem os sentidos do dizer em análise. É possível analisar as filiações de sentido à memória do dizer. Seus compromissos, efeitos que os próprios locutores podem des-conhecer. Analisar os efeitos metafóricos (transferência, substituição contextual), ao lado do mecanismo parafrástico, é importante para compreender o processo de produção dos sentidos e de constituição do sujeito.

O analista, com seu dispositivo analítico, ao trabalhar a de-superficialização e, depois, o processo discursivo, mostra o trabalho da ideologia. Ou, como diz Orlandi (2009, p. 68): “Observa

os efeitos da língua na ideologia e a materialização desta na língua. Ou, o que, do ponto de vista do analista, é o mesmo: é assim que ele apreende a historicidade do texto”.

Passemos, então, ao exercício de análise...

O Debate

Afirmamos anteriormente que a nossa unidade de análise (texto) é um debate televisivo sobre a definição do termo “família” a ser utilizada no/pelo Estatuto da Família e, conseqüentemente, institucionalizada. Muitas vezes promovendo uma desigualdade, dos sujeitos e dos sentidos, pelo suposto funcionamento igualitário do Estado: de todos, com os mesmos direitos...

Uma observação inicial importante é a de que analisar o discurso *do* Estatuto da Família não é o mesmo que analisar o discurso *sobre* o Estatuto da Família. No âmbito da análise deste último (o discurso *sobre*), não correspondem a análise do discurso midiático e do discurso dos parlamentares sobre o Estatuto, por exemplo, visto que diferentes posições do sujeito podem vir a ser ocupadas. Isso não quer dizer, porém, que os discursos acima elencados se constituam e funcionem isoladamente. Ao contrário, eles se atravessam, se recortam. Relacionam-se de diferentes maneiras.

A constituição e delimitação do *corpus*, como nos mostra Orlandi (2009, 2012b), já faz parte da análise. Quais textos são importantes para analisar uma questão X? Quais textos excludo ao selecionar determinados textos? As questões se multiplicam. Em nossa análise, por exemplo, poderiam ser incluídos textos como a Constituição Federal, textos midiáticos, textos religiosos etc. Aqui, exporemos nosso olhar leitor somente ao debate televisivo.

O debate em questão foi promovido pelo programa Repórter Brasil, da TV Brasil, uma rede televisiva pública pertencente à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que se autodetermina como “uma instituição da democracia brasileira: pública, inclusiva, plural

e cidadã”. Em seu site, a EBC diz veicular em suas oito emissoras de rádio, na TV e na internet “conteúdos diferenciados que a singulariza por espelhar de maneira mais fidedigna a complexidade cultural brasileira, ocupando um espaço complementar, não preenchido pelos canais privados”.

Essa forma de significar-se já demonstra uma tomada de posição em relação aos modos como o espaço social brasileiro, em sua “complexidade”, é significado. Porém, é necessário ressaltar que a mídia não é um *espelho* do mundo, ela, em conjunto com gestos de interpretações de outras instituições como a escola, a religião etc., *significa* o mundo, constrói a história. E isso não se dá de forma neutra, nem sem consequências para os sujeitos e para a própria organização social.

A passagem da superfície linguística para a o objeto discursivo, como vimos acima, dá-se ao relacionarmos o texto às suas condições de produção, que incluem o sujeito e a situação, além do interdiscurso.

Ambos os sujeitos ocupam o lugar de deputado, o que confere ao seu dizer uma legitimidade. Desse lugar, eles podem enunciar de diversas posições. Isso que nos interessa. As imagens que fazemos desses sujeitos. Membros do poder Legislativo, os deputados, em nossa formação social, são representantes eleitos pelo povo para o Parlamento. Além de representantes, os deputados são considerados a “voz do povo”. É incumbida a eles a responsabilidade de “elaborar as leis e proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta” (BRASIL, 2017). Desse modo, na Câmara dos Deputados, temos os “representantes do povo brasileiro”, no Senado Federal, os “representantes dos Estados e do Distrito Federal”, e no Tribunal de Contas da União, aqueles que prestam “auxílio ao Congresso Nacional nas atividades de controle e fiscalização externa”.

O primeiro deputado (doravante S_1) é membro do Partido Republicano da Ordem Social (PROS), partido de centro-direita,

nacionalista, que tem como principal objetivo promover uma “nova ordem social”. Já o segundo deputado (S₂, daqui em diante) é um representante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), filiado às redes de sentido da esquerda e significado como um partido socialista.

No que diz respeito à situação imediata, o debate acontece no ano de 2014, televisionado, como já afirmamos. Em relação ao contexto sócio-histórico, estamos situados em um país com regime político republicano, com suas instituições, suas hierarquizações, ou seja, uma formação social com suas formas de estrutura e funcionamento determinadas.

Nesse momento de passagem do material linguístico bruto para o objeto discursivo, como afirma Orlandi (2009), é fundamental o trabalho com as paráfrases, sinonímia, relação do dizer não dizer. Desse modo, abaixo, reproduzimos uma família parafrástica de como o termo família é significado pelos sujeitos do debate.

Família é...

- (1) “o casamento civil ou a união estável [que] deve ser entre um homem e uma mulher” (S₁);
- (2) “núcleo familiar constituído por papai, homem, mamãe, mulher” (S₁);
- (3) “natural, tradicional” (S₁);
- (4) “baseada no afeto, no vínculo duradouro” (S₂);
- (5) “diferentes arranjos familiares” (S₂);
- (6) “reais e em sua diversidade” (S₂);

Família não é...

- (7) “somente aquela do comercial de margarina” (S₂);

Como podemos observar, a palavra família comporta sentidos distintos e contraditórios, o que atesta a equivocidade constitutiva da língua. Os sentidos acima produzidos mostram que, pelo menos, duas posições ideológicas estão em jogo. No objeto discursivo, a relação palavra-coisa deve estar desnaturalizada, pois

é possível mostrar, como fizemos acima, que aquilo que foi dito poderia sê-lo de outras maneiras. Há vários modos de significar por meio de gestos de interpretação diferentes. Poderíamos incluir aí ainda outras formulações que não foram ditas, ou ditas em outros lugares, por outros sujeitos, em outras condições de produção.

Tomando as formulações acima, pudemos definir duas (principais) formações discursivas às quais os sujeitos se identificam. S₁ se identifica à FD₁, nomeada por nós de FD conservadora. S₂, por sua vez, inscreve seu dizer numa segunda FD, a FD₂: socialista democrática². Com essas formações discursivas delineadas, passamos a trabalhar a passagem do objeto discursivo para o processo discursivo, colocando as FDs em relação às FIs que governam, regem as relações entre elas.

Um princípio básico da Análise de Discurso é o de que as FDs se constituem, sempre, em relações (a contradição é o seu princípio de funcionamento) com outras FDs. As FDs aqui analisadas (FD₁ e FD₂) encontram-se em relação, por exemplo, com a formação discursiva religiosa (FD₃). Pudemos observar que a FD₁ se constitui em uma relação de aliança e de sustentação em função à FD₃. Os argumentos mobilizados pelo sujeito que se identifica à FD₁ provêm sobretudo do discurso religioso cristão, como o fato de a procriação ser somente possível entre casais heterossexuais (família natural). No texto bíblico, em Genesis 1:27,28 lê-se que: “Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos”.

A relação da FD₂, por sua vez, com a FD₃ é marcada pela oposição, justificada pela FD₄, que nomeamos de científica. As FDs,

² Na sala de aula, tivemos dificuldade de nomear a FD₂, o que mostra que nem sempre é fácil estabelecer um nome para caracterizar a movência dos discursos e dos sujeitos e, sobretudo, das formações discursivas, que são heterogêneas em si mesmas, lugares mais ou menos provisórios de determinação dos sentidos. Tendo a contradição como base de seu(s) funcionamento(s).

como afirma Orlandi (2009, 2012b), significam aquilo mesmo que elas negam. Para S₂, F₁ é um fundamentalista religioso com uma “visão de mundo estreita e preconceituosa”. Em termos discursivos, retomando a definição de formação ideológica estabelecida por Pêcheux e Fuchs, a fala de S₂ produz o efeito de sentido de que a formação ideológica representada na linguagem pela FD₁ (conservadora) é constituída um conjunto complexo de atitudes e de representações “estreitas e preconceituosas”, pelo forte traço religioso e conservador de seu discurso (de S₂). Estas práticas, como sabemos, não são nem universais nem individuais, estão relacionadas “mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito uma em relação às outras” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p. 102, apud PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 163).

As diferentes posições ideológicas, a disputa pelos sentidos, são materializadas nas respostas à questão sobre as bases legais que levam à definição de família como aquela constituída por um homem, uma mulher e os filhos, em um casamento. S₁ cita os artigos 226 e 1514 da Constituição Federal e do Código Civil, respectivamente, para afirmar que “está muito claro em termos de constituição” que o casamento civil ou a união estável “deve ser” entre um homem e uma mulher. S₂ também retoma o artigo 226 da Constituição, além do artigo 1º, que diz respeito ao princípio de igualdade humana, do artigo 5, que dispõe sobre o princípio da igualdade, e um dos objetivos da República: promover o bem de todos sem discriminação de qualquer tipo.

Interessa-nos aqui os gestos de interpretação do inciso terceiro do artigo 226: “Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento” (BRASIL, 1988). Ambos os sujeitos o convocam para sustentar suas posições, porém, de modos diferentes. Para S₁, o que não consta no texto da Constituição de forma dita, explícita, é uma proibição. Ou seja, se a constituição dispõe somente sobre a união estável entre o homem e

a mulher, o que está fora desse “padrão”, é proibido, é “anormal” (palavras dele).

S₂, levando em consideração uma decisão favorável do Supremo Tribunal Federal sobre a união “homoafetiva”, argumenta que, se a proibição não está explícita na Constituição, é porque ela permite, é lugar de possibilidade. Se a constituição não proíbe (de forma dita) a união estável homoafetiva, ela é permitida. São as conhecidas lacunas da lei ou, para S₂, um “silêncio eloquente” que permite outras interpretações.

Vale lembra que o silêncio, para a perspectiva discursiva, é fundante (ORLANDI, 2007), ou seja, é um horizonte de sentido. Com sua materialidade específica, o silêncio significa. Ele é sentido indistinto, contínuo. As palavras, desse modo, são atravessadas de silêncio, produzem silêncio. Como também silenciam. Para S₁, o que está na Constituição silencia, interdita os sentidos outros que não foram ditos. S₂, ao contrário, mostra que o silêncio que transpira nas palavras constitui as possibilidades outras de o sujeito (se) significar.

Os gestos de interpretação produzidos pelos sujeitos mostram, como diz Pêcheux (2012), que todo enunciado tem pontos de derivas possíveis, de deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro, fazendo lugar para a interpretação. S₁ defende a família *tradicional*, a família *natural*, tomando como argumento a possibilidade de procriação. Aqui, mais uma vez, observamos as retomadas de dizeres do discurso religioso. Já S₂ argumenta no sentido de a lei se “dilatar e acolher” os casais homoafetivos, ou seja, dar-lhes direitos hoje negados.

O embate de sentidos continua quando, das formações discursivas às quais se identificam, os sujeitos afirmam que *casamento entre pessoas do mesmo sexo...* é “uma entidade familiar homoafetiva”, “não é uma sociedade, é baseado no afeto, no vínculo duradouro”; é “impor uma ditadura de uma minoria” (S₁).

Para justificar o seu posicionamento, S₁ recorre à sociedade. Para ele, a sociedade, a doutrina e a literatura tratam a família

como tradicional, como a natural. Então, ele “propõe” um debate com a sociedade, da qual ambos os deputados são representantes. S₁ afirma:

(8) “é o que queremos discutir com a sociedade. Quem precisa dar a última palavra é a sociedade. E a sociedade está clamando por uma resposta porque, na verdade, o que é conceito de família hoje? Nós precisamos dar uma resposta para a sociedade” (S₁).

Colocando o dito em relação ao não dito, que constitui igualmente os sentidos das palavras de S₁, sabe-se que o “debate” que ele propõe com a sociedade não é propriamente um debate. Ele parte das representações imaginárias da sociedade brasileira. Pesquisas têm mostrado que o Brasil é um dos países mais religiosos do mundo³. O discurso religioso e o discurso conservador, como já mostramos, estão intrinsecamente ligados, em relações de aliança, de sustentação. Logo, S₁ ressalta o papel da sociedade na tomada de decisão do que deve ser ou não o conceito de família apoiando-se nessas imagens (jogo de relações imaginárias) de que o povo brasileiro é religioso e conservador. Logo, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a “ditadura de uma minoria” (somente em direito, eu diria!), não deve constar no Estatuto da Família.

Por outro lado, S₂ mobiliza argumentos a fim de mostrar que as famílias “reais e em sua diversidade” existem e precisam ser “protegidas pelo Estado”. Os sentidos aqui são de inclusão, de reconhecimento das famílias homoafetivas pelo Estado e, por isso, de garantia de direitos que são concebidos atualmente às famílias “tradicionais”.

³ Na pesquisa da WIN/Gallup, feita com 64 mil pessoas em 65 países, em 2015, o Brasil ficou no 23º lugar. 79% dos brasileiros entrevistados afirmaram que são religiosos.

Portanto, mobilizam-se diversas regiões do interdiscurso. Os sujeitos filiam-se a diferentes redes de memória, com duas direções de efeitos de sentido: a de que eles, os sentidos, permaneçam estabilizados (S₁): família é um “núcleo familiar constituído por papai, homem, mamãe, mulher”, ou a de que eles se deslocem, deslizem: os “diferentes arranjos familiares” baseados “no afeto, no vínculo duradouro” são “reais e em sua diversidade”.

Algumas considerações

Propomo-nos, no presente texto, realizar um breve exercício de análise de discurso, tomando como unidade de análise um debate sobre a noção de família a ser adotada no/pelo Estatuto da Família. O que podemos compreender é que sentido e sujeito se constituem pela língua, na história, tendo os efeitos ideológicos em sua constituição. As duas formações discursivas dominantes acima mostram que, pelo fato da equivocidade da língua, as palavras são passíveis de sentidos contraditórios, de interpretações diferentes.

Definir o que é ou não uma “família” não é uma questão puramente linguística, ao contrário, é política e simbólica. Em nossa sociedade, supõe-se que o Estado deve agir pelo bem de todos, porém, sabemos que essa suposta “unidade” funciona pela desigualdade, fazendo com que alguns sejam excluídos, marginados, silenciados. Em outras palavras, são interditados de circular em determinados processos de significação.

Ao atravessar a espessura da evidência ideológica, mostrando que os sentidos podem sempre ser outros, é possível que o sem-sentido faça sentido. Que o novo se produza.

Por fim, vale pontuar que a comissão especial da Câmara aprovou, no segundo semestre de 2015, a definição de família somente como aquela constituída por um homem e uma mulher. A proposta seguiu para o Senado, onde, provavelmente, será também aprovada. Em tempos de conservadorismo, golpes e governo ilegítimo, crescimento do fundamentalismo religioso em diversas

partes do mundo, são necessários, cada vez mais, gestos de resistência. Se comecei com uma epígrafe de Pêcheux, é com ele que termino: “não há dominação sem resistência”. É preciso “ousar se revoltar”. (PÊCHEUX, 2009).

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 01 mar. 2017.
- BRASIL. O papel do Poder Legislativo. **Câmara dos deputados**. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/o-papel-do-poder-legislativo>>. Acesso em: 01 mar. 2017.
- ESTATUTO da Família é debatido no Repórter Brasil. **TV Brasil**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CGHIq2uC2IY>>. Acesso em: 01 mar. 2017.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012a.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012b.
- ORLANDI, E. P. Análise de discurso. In: _____; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (orgs.) **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015. p. 13-35.
- PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. E. P. Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, M. (1983). **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 159-249.

“CONTOS PROIBIDOS DO MARQUÊS DE SADE”: INTERDIÇÃO E SUBJETIVAÇÃO

Karoline Machado Freire Pereira¹
Ilderlândio Assis de Andrade Nascimento²

Introdução

O filme *Contos Proibidos do Marquês de Sade*, dirigido por Philip Kaufman, começa focalizando o espaço da rua. A pouca luz indica tempos ainda mergulhados em trevas de ignorância. Na rua, espaço de exposição espetacular dos corpos, uma multidão suja e mal vestida aglomera-se no patíbulo para presenciar a guilhotina em ação – um instrumento moderno, projetado no início da Revolução Francesa por Joseph Ignace Guillotin (em 1738).

Na cena, uma mulher jovem é sentenciada e levada à guilhotina. A cena se desenvolve lentamente, dramatizando o acontecimento... O carrasco faz subir a lâmina, uma gota de sangue cai sobre os lábios da jovem como que indicando que pelo uso da palavra proferida ela estava sendo punida, interditada (ver figura 1). Sem piedade e diante do povo espectador o carrasco solta a lâmina e mais uma cabeça cai...

O filme em questão abre inúmeras possibilidades de análise. Neste trabalho, discutiremos de que modo a interdição e a subjetivação perpassam a construção de sujeitos situados em um tempo histórico determinado, atentando para as relações entre saberes e poderes. Assim, buscaremos responder às seguintes questões: Como são construídos os modos de subjetivação nesse

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: kalfreire@yahoo.com.br.

²Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: ilderlandionascimento@yahoo.com.br.

discurso? Como ocorre o procedimento de interdição da palavra no filme? Quais as relações que se estabelecem entre os saberes e poderes?



Figura 1 – O sangue nos lábios da condenada

Para empreender este gesto de leitura, mobilizaremos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD), principalmente as contribuições oriundas dos estudos de Michel Foucault. A percepção de Foucault diante das formas de poder interferindo na constituição do sujeito, sendo que os modos de subjetivação atuam como fatores de legitimação da ordem, da dominação e da construção dos corpos faz desse estudioso uma figura importante para o desenvolvimento deste trabalho.

O filme *Contos Proibidos do Marquês de Sade* foi produzido no ano de 2000, mas focaliza um período de grandes revoluções na França (século XVIII), período de ascensão de Napoleão Bonaparte, da monarquia absolutista e do alto poder da Igreja Católica.

O filme faz um recorte temporal do período em que o Marquês de Sade encontra-se confinado no asilo de Charenton. Nesse confinamento, o Marquês de Sade passa por uma espécie de tratamento que, segundo a psicóloga Sandra Caselato (2008), retrata a moral burguesa dominante na época, tendo em vista os métodos empregados para a *cura da loucura*.

Convém dizer que Foucault (2005), em *História da Loucura*, mostra que a loucura nem sempre teve o mesmo estatuto, que de objeto de exclusão passou a ser encarcerada nos hospitais. O autor

destaca que, desde a fundação do Hospital Geral de Paris, em 1650, a loucura é tomada como um dos aspectos da desrazão, tendo o significado de imoralidade. Desse modo, a instituição *hospital* nasce como uma instância da ordem monárquica e burguesa e é utilizada como mecanismo de controle e adestramento dos corpos. Sendo assim, a loucura deve ser silenciada, encarcerada, para que dê lugar ao mundo da razão; e o louco é aquele que deve ser odiado e apartado do convívio em sociedade.

Dito isso, discutiremos, em seguida, algumas noções importantes para essa investigação. Assim, apresentaremos noções de discurso, interdição, corpo e subjetividade numa perspectiva foucaultiana. Logo em seguida, empreenderemos uma leitura do filme, objetivando mostrar os modos de subjetivação e interdição e, por fim, destacaremos alguns pontos importantes como considerações finais.

Discurso, Corpo, Interdição e Subjetivação

Inicialmente, é imperativo destacar a noção de *discurso* como a “produção de sentidos, realizada por sujeitos histórico-sociais, por meio da materialidade da linguagem” (GREGOLIN, 2008, p. 27). Em *A ordem do discurso* (aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970), Foucault mostra que o discurso causa inquietação e é tido como desconhecido, como também o seu poder. Diante disso, duas questões interessam a Foucault: primeiro, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?; segundo, onde, afinal, está o perigo?

Ele argumenta que os discursos não são produzidos aleatoriamente, mas têm seu processo de construção controlado, selecionado, organizado. A distribuição do discurso é feita por “certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2012, p. 08-09).

Conforme Foucault (2012), cada sociedade mantém certos *procedimentos de exclusão*, sendo a *interdição* a mais conhecida. Mas o que isso significa? Primeiro, ele diz que *não se tem o direito de dizer tudo*, ou seja, o procedimento de interdição impõe limites sobre a produção dos discursos dos sujeitos. Segundo, é dito que *não se pode falar de tudo*, isso remete para o conteúdo do que é dito. Desse modo, o procedimento de exclusão controla a produção de discurso de tal forma que alguns assuntos são reprimidos, rechaçados, proibidos, interditados, excluídos. Terceiro, não se pode falar de tudo *em qualquer circunstância*.

Em síntese, esses três procedimentos são denominados por Foucault (2012) de: (i) *tabu do objeto* (não se pode falar de tudo); (ii) *ritual da circunstância* (não se pode falar de tudo em qualquer circunstância); (iii) *direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala* (não se tem o direito de dizer tudo). Conforme o autor citado, “temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar” (FOUCAULT, 2012, p. 09).

Ademais, além da *interdição*, existem outros princípios que funcionam como *sistemas de exclusão* e que atingem o discurso, quais sejam: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. Ele destaca a vontade de verdade como a que atravessa os outros sistemas de exclusão, recuperando-os, transformando-os, fundamentando-os. Ocorre que a vontade de verdade é inseparável e está estritamente ligada ao desejo e ao poder. Cabe nesse ponto, recuperar os dizeres de Foucault (2012):

O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; ea vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la (FOUCAULT, 2012, p. 19).

Não podemos reconhecer a vontade de verdade que nos é imposta e a ignoramos em seu poder de maquinaria que exclui.

Esses mecanismos citados são procedimentos de controle e delimitação do discurso e funcionam exteriormente ao discurso, sendo, portanto, mecanismos de exclusão, pondo em jogo o desejo e o poder.

Existem, além desses procedimentos externos, procedimentos internos ao discurso, visto que o discurso exerce seu próprio controle. São “procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso” (FOUCAULT, 2012, p. 20).

Outro princípio de limitação do discurso elencado por Foucault (2012) diz respeito às *disciplinas*. Além disso, os discursos que não se adequam a certa ordem são excluídos e ficam “no espaço de uma exterioridade selvagem”, mesmo sendo verdadeiros. Esse espaço pode ser compreendido como sendo as margens da ordem discursiva, sendo que o discurso das margens é tratado, pela disciplina, como não-verdadeiro. Em sua *genealogia do poder*, Foucault focaliza as práticas do poder, bem como as relações entre poderes e saberes. Ele analisa a *sociedade disciplinar* com seus dispositivos de controle dos corpos (prisões, fábricas, escolas). Esses dispositivos atuam na construção dos corpos e na construção das subjetividades, tendo em vista que envolvem poderes e saberes em práticas discursivas.

É importante destacar que a escrita de Sade foi construída durante esse período e que a sexualidade deve ser pensada a partir das técnicas de poder que lhe são contemporâneas, por isso, segundo Foucault (2006, p. 370), Sade formulou um “erotismo próprio a uma sociedade disciplinar: uma sociedade regulamentada, anatômica, hierarquizada, com seu tempo cuidadosamente distribuído, seus espaços quadriculados, suas obediências e suas vigilâncias”.

Foucault (2011), em aula proferida em 1º de fevereiro de 1984, trata dessa relação complexa entre três elementos distintos: (i) *os saberes*, estudados na especificidade da sua veridicção; (ii) *as*

relações de poder, estudadas nos procedimentos pelos quais a conduta dos homens é governada; e (iii) *os modos de constituição do sujeito*, estudados através das práticas de si. Seguindo essa trajetória, ele analisou as relações entre verdade, poder e sujeito.

Com relação à noção de *corpo* na perspectiva da AD, na atualidade, o corpo está em ênfase por conta do constante movimento discursivo que se opera sobre ele. Nas mais diferentes materialidades, a recorrência da linguagem verbal e imagética que trata sobre o corpo faz-nos pensar a sua relação com o sujeito.

A partir dos pressupostos teórico-metodológicos da AD, consideramos o corpo não enquanto um corpo fisiológico, mas enquanto produtor de discursos, ou seja, o corpo discursivizado, que, afetado pela relação saber/poder, entra na ordem dos acontecimentos e possibilita construir vontades de verdade em diferentes enunciados. Assim, partimos da premissa de que o corpo é o lugar onde os discursos e os poderes se manifestam, em diferentes campos sociais.

Do ponto de vista dos estudos foucaultianos, o processo de subjetivação do corpo engloba três eixos: o *ser-saber*, da formação dos saberes; o *ser-poder*, dos sistemas de poder que regulam suas práticas; e o *ser-si*, das formas de subjetivação sobre as quais se dá a constituição do sujeito.

Nesse ínterim, a relação do indivíduo com o corpo é articulada por esse processo que inclui um sistema de regras e coerções. E, assim, não fazemos o que queremos, mas o que podemos, de acordo que a posição sujeito que ocupamos na sociedade (MILANEZ, 2004).

No que diz respeito à noção de *construção de subjetividades*, Gregolin (2004) nos diz que Foucault investigou essa questão em uma “ética e estética da existência”, sendo que a construção da subjetividade é algo histórico e está articulada a reflexão sobre os discursos. Desse modo, por exemplo, para Foucault, a construção de subjetividades envolve o poder e construção de saberes de uma época.

Foucault (1984), em *História da sexualidade 2*, ao discorrer sobre a moral, explica que não existe uma conduta moral que “não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral; nem tampouco constituição do sujeito moral sem ‘modos de subjetivação’, sem uma ‘ascética’ ou sem ‘práticas de si’ que as apoiem” (FOUCAULT, 1984, p. 28).

Conforme Gregolin (2004, p. 55), é na terceira época que esse estudioso vai investigar a subjetivação a partir de *técnicas de si*, da *governamentalidade*, “isto é, do governo de si e dos outros, orientando suas pesquisas na direção da sexualidade, da constituição histórica de uma *ética e estética de si*”. Nos estudos empreendidos por Foucault, segundo Gregolin (2004, p. 58), o sujeito é “o lugar para onde Foucault olhará na construção de sua obra. Ele é o objeto, seja enquanto objeto de saber, seja enquanto objeto do poder, seja enquanto objeto de construção identitária”.

Assim, uma relação bem marcada nos estudos de Foucault ocorre entre *discurso e sujeito*. Conforme entende Granjeiro (2007, p. 37), a preocupação de Foucault não era com o poder, mas tinha como objetivo “produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura”.

Foucault constrói uma *arqueologia do sujeito*, analisando três modos de objetivação, a partir de certas práticas: a) práticas objetivadoras, as quais permitem pensar um sujeito normalizável como objeto da ciência; b) práticas discursivas que cumprem o papel de fundadoras epistêmicas; c) práticas subjetivadoras, por meio das quais o sujeito pode pensar-se enquanto tal, tais como a prática da confissão, da picanálise etc. (GRANJEIRO 2007).

Sobre a subjetivação, ainda, é propício citar os dizeres de Uyeno (2011) ao estudar esse assunto a partir de uma perspectiva foucaultiana. Ela menciona dois *processos de subjetivação*, a saber: (i) “pelos modos de objetivação que engendram os sujeitos, por um lado, e (ii) pelas maneiras por meio das quais o indivíduo se constitui como sujeito de sua própria existência, por outro” (UYENO, 2011, p. 206). Comentando os escritos de Foucault, essa

mesma autora, menciona que, na fase genealógica, esse estudioso analisa processos sócio-históricos de submissão do corpo ao confinamento em espaços destinados à observação do delituoso para se obter seu disciplinamento.

Além do mais, esses estudos postularam a relação entre poderes e saberes, ou seja, “o exercício de poder sobre um indivíduo produz um saber sobre ele. *Daí se falar na subjetivação foucaultiana como produto do exercício de poder: a subjetivação se constituiria dos processos de objetivação do indivíduo*” (UYENO, 2011, p. 206, grifo nosso). Esse entendimento é relevante para a análise que fazemos do filme *Contos proibidos do Marquês de Sade*, tendo em vista a relação poder-saber atuando, docilizando, constituindo os sujeitos.

Fazendo uma leitura do sujeito em Foucault, mas especificamente da Subjetividade, Silva (2008) tece alguns comentários pertinentes. Segundo ele, Foucault pensou o sujeito como sendo constituído a partir de dois processos, a saber: o processo de objetivação e o processo de subjetivação. Ambos os processos estão relacionados com o poder e com as práticas que constituem os sujeitos.

Cabe dizer, ainda, que os processos de objetivação e subjetivação que constituem o sujeito explicam, como entende Silva (2008), a produção das identidades. Assim, o processo de objetivação produz identidades fixas, padrão, objetivadas pelo discurso da verdade e, com isso, reconhecida e privilegiada socialmente.

Por outro lado, o processo de subjetivação “corresponderia às atitudes de resistência em relação aos mecanismos de exclusão das identidades marginais no jogo das relações de força existentes na sociedade” (SILVA, 2008, p. 30). Esses dizeres sinalizam para o entendimento de que a subjetividade é construída em meio a lutas, embates e tensões em que os sujeitos se transformam em sujeitos de si.

Feito esse apanhado teórico acerca de algumas noções relevantes trabalhadas no âmbito da AD, passaremos à análise do filme, ou seja, à análise de certo número de práticas e instituições de saber-poder que perpassam a sociedade no período representado pelo filme. Não se trata, de modo algum, de analisar quais são as formas do discurso proferido por Sade tais como são reconhecidos como profanos, mas sim: sob que forma, em seu ato de produzir discurso, Sade se constitui e é constituído pelos outros como sujeito profano, doente, imoral.

Interdição e subjetivação em *Contos proibidos do Marquês de Sade*

A leitura do filme nos permite observar que saberes e poderes estão entrelaçados de forma a exercer domínio sobre os sujeitos, fabricando-os, modelando-os. Assim, saberes do campo discursivo da medicina, da religião, por exemplo, legitimam o Estado no exercício de poderes sobre os sujeitos. Desse modo, os procedimentos mobilizados para produção dos sujeitos efetuam-se a partir da vontade de verdade de uma época, sendo que essa vontade de verdade se apoia sobre um suporte institucional, legitimando-a a agir sobre os sujeitos.

Ademais, a construção dos sujeitos ocorre, considerando-se que esses estão inscritos em um espaço sócio-histórico em que se contrapõem ao discurso do desejo, associado à sexualidade, materializado em Sade, e ao discurso do poder institucional, materializado naqueles que o representam.

Ao mesmo tempo, inscritos nesse meio sócio-histórico, é possível perceber a construção da subjetivação nas fendas, nas fissuras. No filme, Sade mantém uma identidade e na construção dessa identidade existem as várias possibilidades de subjetivação.



Figura 2 – O Marquês de Sade em seu processo de escrita

Nessa figura 2 em destaque, temos Sade em um momento de escrita. Sua palavra é tida como perigosa, profana, libidinosa. Não apenas seus textos escritos, mas a palavra falada de Sade violava todos os princípios estabelecidos, principalmente, aqueles defendidos pela igreja. Na voz da camareira, a personagem Madeleine: “*Ele fala como escreve*”. É possível perceber nessa forma de ser, de pensar, de agir um modo de subjetivação.

Quanto à interdição, percebemos que a palavra interdita é aquela tida como profana, ligada, principalmente, ao campo da sexualidade. Tal palavra é interdita porque *não se pode falar de tudo* (tabu do objeto). Além disso, por ‘falar como escreve’, Sade quebra uma ordem estabelecida pelas instituições, qual seja, não se pode falar de tudo *em qualquer circunstância* (ritual da circunstância).

Geralmente, cada circunstância tem seus mecanismos de interdição, controlando a produção dos discursos dos sujeitos. Foucault (1984, p. 16) diz que a questão não é o que dizer ou saber sobre o sexo, “mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as

instituições que incitam a fazê-lo que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o ‘fato discursivo’ global, a ‘colocação do sexo em discurso’”.

Por ser considerado um “transgressor da ordem e da moral”, a palavra profana do Marquês sofreu a interdição. Assim, o rei – que era detentor do poder sobre a vida e a morte das pessoas – utiliza uma forma de excluir o Marquês da sociedade, ou seja, a segregação pela loucura. Para isso, Sade é atestado como louco e internado no asilo de Charenton. Essa repressão política era comum nos regimes ditatoriais. E os saberes que legitimavam a interdição sobre os sujeitos provinham do campo religioso e da ciência.

A vontade de verdade – aquilo que é considerado verdadeiro numa época –, que dominava a época do filme, estava atrelada ao discurso governamental, médico, jurídico, religioso, científico. Esses discursos fazem circular as vontades de verdade. “Essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional” (FOUCAULT, 2012, p.16). Assim, no filme, quem as estabelecia eram as instituições da igreja, da monarquia, da medicina, da justiça e da ciência.



Figura 3 – O homem da ciência e o homem de Deus

Contudo, mesmo com a interdição, Sade se rebela, resistindo aos modos de objetivação instituídos. Ele se opõe ao poder do soberano, instaurando pontos de resistência. Foucault diz que onde há poder, há resistência. Essa resistência, podemos dizer, constitui um aspecto da individualidade de Sade. Sua identidade é construída nesse embate, nessa luta. E ele sabe que, ao resistir, ele está assumindo um risco, que pode ser a sua própria vida.

A subjetividade é construída imersa a saberes e poderes que constituem os sujeitos. O saber e o poder estão entrelaçados de forma a exercer domínio sobre os sujeitos. A imagem retirada do filme (ver figura 3) ilustra a presença dos representantes da medicina e da igreja. Dessa forma, os saberes da medicina, representados pelo psiquiatra Royer-Collard, fazem a separação entre “louco” e “não-louco” e os saberes da igreja, por outro lado, representados pelo Abade Coulmier, fazem separação entre “santo” e “profano”, entre “moral” e “imoral”.

No filme, esses saberes estão sempre ligados a poderes que, por sua vez, pertencem a alguma instituição, como a igreja, o governo, a ciência, sendo essas legitimadas pelo estado. Para exercerem poder, essas instituições utilizam-se de certos saberes que fundamentam suas práticas, legitimando-as para tais. Assim, por exemplo, o saber religioso ampara a instituição no momento de exerce poderes sobre os sujeitos, proibindo a palavra profana.

Nesse sentido, a *verdade não existe fora do poder ou sem o poder*. E tudo aquilo que não estiver de acordo com os ditames desse saber, dessa verdade, sofre interdição.

Na cena em destaque (ver figura 4), Sade tenta seduzir a jovem camareira, tocando e abraçando seu corpo e pronunciando palavras sensuais ao ouvido dela. Ao fazer uma análise dos escritos do Marquês de Sade, Foucault (1984, p. 139) conclui: “O sexo em Sade é sem norma, sem regra intrínseca que possa ser formulada a partir de sua própria natureza; mas é submetido à lei ilimitada de um poder que, quanto a ele, só conhece sua própria lei”. Além disso, Foucault (2012) mostra que há duas regiões discursivas que sofrem

intensamente com a questão da interdição: a região da política e a região da sexualidade.



Figura 4 – A cena entre o Marquês de Sade e a Camareira

Sade era um transgressor dessas duas regiões ao mesmo tempo, pois seus escritos iam de encontro aos poderes monárquico e religioso vigentes. Seu discurso, além de esnobar o governo, tratava de perversidades e prazeres sexuais ligados à violência. Porém, “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2012, p. 9), por isso o Marquês precisava ser urgentemente calado.

Outro aspecto importante é que o corpo aparece no filme sendo disciplinado. Nesse sentido, o médico psiquiatra, valendo-se de um arsenal tecnológico, tenta “curar” o doente, o obcecado por sexo, o pervertido, que é assim considerado por negar os valores morais. O Marquês de Sade passa por um processo de “recuperação mental”, onde são adotados artifícios técnicos para

disciplinar o corpo e a mente do sujeito, sendo esses procedimentos semelhantes aos dispositivos de punição (ver figura 5).



Figura 5 – Recuperação mental do Marquês de Sade

Foucault, ao analisar o poder disciplinar, revela-nos que o *poder*, ou melhor, as *relações de poder* perpassam todo o fio social e que não têm um centro de controle. O poder disciplinar, rede que perpassa todas as relações sociais, é tratado como sendo um *dispositivo*, um *mecanismo* que permite o controle e sujeição dos corpos, tornando-os dóceis e úteis.

Nas investigações que empreende, Foucault percebe a transição histórica da *sociedade disciplinar* para a *sociedade de controle*. Passa-se do emprego de aparelhos ou dispositivos que produzem e regulam os costumes para o exercício de um poder que organiza o cérebro e os corpos em atividades monitoradas, regulando a vida, os corpos, as mentes dos cidadãos, sendo algo imanente a eles. Assim, o poder se estende *pelas profundezas da consciência e dos corpos da população*.

Acerca da fabricação de sujeitos pelo poder e o processo de subjetivação, são pertinentes as palavras de Silva (2008), ao tecer o seguinte comentário explicativo:

Pelo processo de objetivação, o sujeito é uma fabricação do poder e, nesse sentido, ele deixa-se identificar com as práticas discursivas que o constituem. Trata-se aqui do sujeito preso a uma verdade produzida pelo poder e, nesse sentido, ele deixa-se identificar com as práticas discursivas que o constituem. Já por meio do processo de subjetivação, o sujeito desenvolve estratégias para se constituir como sujeito de uma identidade que lhe é própria 'tomando atalhos por onde o discurso que determina a verdade do sujeito não entra' (SILVA, 2008, p. 30).

A partir desse comentário e levando em conta os aspectos percebidos no filme, fica evidente que (i) o sujeito é sempre uma construção, é uma fabricação do poder; (ii) o sujeito é constituído por processos históricos e sociais; (iii) a subjetivação envolve um trabalho do sujeito buscando uma identidade, uma individualidade. A subjetivação é compreendida como uma relação do sujeito com o poder, com o discurso que determina a verdade. Ao encontrar esse 'atalho' o sujeito desenvolve uma forma de resistência, instaurando uma nova maneira de existência (SILVA, 2008).

Nessa figura 6, Sade escreve seus textos com sangue em sua própria roupa, após ter sido impedido de utilizar papel, tinta e pena (instrumentos de escrita). Logo que o abade descobre esse meio de fazer com que os textos cheguem ao público, ele retira todas as roupas de Sade, mas, mesmo assim, Sade encontra uma maneira de registrar a palavra: faz do seu corpo o suporte da palavra proibida.

A nudez de Sade, juntamente com a inscrição em sua própria pele da palavra profana, revela aquilo que estava encoberto e que causa vergonha, violando a ordem, a moral, os bons costumes. Ao mesmo tempo, mostra que aquilo que é encoberto, reprimido,

silenciado, ao ser revelado, viola a ordem estabelecida pelo discurso da verdade sustentado pela instituição.



Figura 6 – A retirada dos instrumentos de escrita

Nessa busca pelos discursos, o que motiva é “reencontrar o jogo desses discursos, como armas, como instrumentos de ataque e defesa em relações de poder e de saber” (FOUCAULT, 1977, p. XII). Assim, a proibição do contato com os instrumentos de escrita (papel, tinta e pena) visa interditar o uso de *armas*, já que tais instrumentos de escrita podem ser perigosos nas mãos daquele que pode fazer o uso da palavra com fins pervertidos. Essa é uma maneira, portanto, de *desarmar* o sujeito, tendo em vista que *sua palavra é mais poderosa e mais temida que uma espada*. Desse modo, a proibição do acesso aos meios, aos suportes de veiculação da palavra, apresenta-se como procedimentos de interdição.

Considerações Finais

Neste trabalho, tendo como base teórica a Análise do Discurso, principalmente as contribuições oriundas dos estudos de Michel Foucault, analisamos o filme *Contos proibidos do Marquês de Sade*,

objetivando investigar seus mecanismos de interdição e seus modos de subjetivação. Assim, buscamos responder a questões como: Como são construídos os modos de subjetivação nesse discurso? Como ocorre o procedimento de interdição da palavra no filme? Quais as relações que se estabelecem entre saberes e poderes?

A análise mostrou que o processo de subjetivação do sujeito é perpassado por relações de saberes e poderes, por meio de técnicas disciplinares e estratégias de biopoder que favorecem a construção dos modos de subjetivação. Ademais, uma análise mais acurada do filme pode constatar o corpo como suporte, como material veiculador da palavra proibida.

A nudez de Sade, juntamente com a inscrição em sua própria pele da palavra profana, revela aquilo que estava encoberto e que causa vergonha, violando a ordem, a moral, os bons costumes. Ao mesmo tempo, mostra que aquilo que é encoberto, reprimido, silenciado, ao ser revelado viola a ordem estabelecida pelo discurso da verdade sustentado pela instituição.

A palavra profana, geralmente ligada ao campo da sexualidade, é constantemente interditada. Cabe aqui citar os dizeres de Foucault (1984, p. 24): “A interdição de certas palavras, a decência das expressões, todas as censuras do vocabulário poderiam muito bem ser apenas dispositivos secundários com relação a essa grande sujeição: maneiras de torná-la moralmente aceitável e tecnicamente útil”. Conforme esse mesmo autor, as proibições, as recusas, as negações funcionam como *peças táticas numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber*.

Os procedimentos mobilizados para produção dos sujeitos efetuam-se a partir da vontade de verdade de uma época, sendo que essa vontade de verdade se apoia sobre um suporte institucional, legitimando-o a agir sobre os sujeitos. Ademais, a construção dos sujeitos ocorre, considerando-se que esses estão inscritos em um espaço sócio-histórico em que se contrapõem o

discurso do desejo, associado à sexualidade, materializado em Sade, e ao discurso do poder institucional, materializado naqueles que o representam.

Portanto, na construção da subjetivação, o sujeito é interpelado por dispositivos de governo, incluindo procedimentos técnicos que são adotados para disciplinar o corpo e a mente desses sujeitos, tais procedimentos, cabe dizer, assemelham-se a instrumentos de punição, pois visam moldar, corrigir, curar, os sujeitos conforme certa vontade de verdade. Lembrando as palavras de Foucault (2012), encontramos-nos no verdadeiro quando obedecemos às regras de uma "polícia" discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. A disciplina é entendida, então, como princípio de controle de produção do discurso.

Referências

CASELATO, S. A loucura na idade clássica, **Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 2, n. 1, 2008, p. 163-168.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**. São Paulo: WFM Martins Fontes, 2011.

_____. **A ordem do discurso**. 22. ed. São Paulo: Editoras Loyola, 2012.

_____. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **História da loucura: na idade clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. Sade, sargento do sexo. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Coleção Ditos

e Escritos III. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 366-370.

GRANJEIRO, C. R. P. Foucault, Pêcheux e a formação discursiva. In: BARONAS, R. L. (Org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 33-45.

GREGOLIN, M. do R. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

GREGOLIN, M. R. No diagrama da AD brasileira: heterotopias de Michel Foucault. In: NAVARRO, P. (org.). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p. 23-36.

KAUFMAN, P. **Os contos proibidos do Marquês de Sade** (*Quills*). EUA: 20th Century Fox Film Corporation, 2000. 124 minutos (DVD).

MILANEZ, N. A disciplinaridade dos corpos: o sentido em revista. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos, SP: Claraluz, 2004. p. 183-200.

SILVA, F. P. da. “Quem és tu para querer manchar meu nome?”: a produção identitária das mulheres profissionais do sexo como trabalhadoras. In: FREITAS, A. C. de; RODRIGUES, L. de O.; SAMPAIO, M. L. P. (Org.). **Linguagem, discurso e cultura**: múltiplos objetos e abordagens. Pau dos ferros: Queima-bucha, 2008, p. 25-34.

UYENO, E. Y. Memória e diáspora globalizada: a nova cartografia e a identidade múltipla do descendente do imigrante. In: CORACINI, M. J.; GHIRALDELO, C. M. (Org.). **Nas malhas do discurso**: memória imaginário e subjetividade. Campinas, SP: Pontes Editora, 2011, p. 193-220.

POSIÇÃO-SUJEITO E DISCURSO DO COTIDIANO NO JORNALISMO POPULAR

Felipe Casado de Lucena¹

Introdução

Conforme os pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD), não existe discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. Dessa forma, o sujeito é afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Para Pêcheux (1995), o sentido de uma palavra / expressão / proposição é determinado pelas posições ideológicas que fazem parte do processo sociohistórico no qual é produzida / reproduzida. Essas palavras são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas.

Ele considera o inconsciente como um vestígio de linguagem que surge a partir da historicidade interna do sujeito. Quando se manifesta, o inconsciente é interpelado pelos fatores sociais, históricos e ideológicos que o colocam em alteridade descontínua, situando-se ora como forma-sujeito, ora como lugar social, ora como lugar discursivo. No processo de produção do discurso, é possível se criar imagens do sujeito, assim como do objeto do discurso, no jogo imaginário que envolve a troca de palavras.

Este trabalho é o resultado de uma análise das características do discurso do sujeito-jornalista, no jornalismo popular, quando ele, via forma-sujeito, recorta do interdiscurso elementos do senso comum e traz à ordem intradiscursiva. Esse “saber popular” é representado pelas fórmulas fixas, como as citações, os clichês e as

¹ Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), professor do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e doutorando em Ciências da Linguagem (Unicap).

frases feitas, que, segundo Carvalho (2014), podem se tornar elementos de valorização de um texto, despertando a adesão do leitor por meio de algo já conhecido, que estimula sua memória e causa um efeito de proximidade entre enunciador e destinatário.

Considero aqui que há diferentes posições de sujeito (relação de identificação entre o sujeito enunciador e a forma-sujeito) em uma formação discursiva, levando em conta os efeitos discursivos. Portanto, optei por dar enfoque na posição-sujeito definida por Grigoletto (2007) de *aderência ao discurso do cotidiano*, pois os dizeres pertencentes ao senso comum são associados ao discurso jornalístico da informação, autorizado em função do lugar social que o sujeito ocupa como jornalista.

A Análise do Discurso

A Análise do Discurso (AD) leva em consideração o homem inserido em seu contexto histórico, os processos e as condições relacionadas à produção de linguagem, a relação entre língua e sujeito e as situações em que se produz o dizer. Ou seja, deve-se considerar a linguagem e sua exterioridade.

Segundo Orlandi (2012), no discurso observa-se a relação entre língua e ideologia e, a partir disso, compreende-se como a língua produz sentidos para os sujeitos. As palavras comuns em nosso cotidiano são carregadas de sentidos, dos quais desconhecemos as origens, mas que têm significado para nós. Sendo assim, para Pêcheux (1995), o discurso é efeito de sentido entre os interlocutores, uma vez que a linguagem se estabelece a partir das relações de sujeitos e de sentidos, e os efeitos são diversos. A AD procura compreender de que forma os objetos simbólicos produzem esses sentidos, como eles vêm carregados de significância para os sujeitos.

O sujeito na AD não é um sujeito empírico, é um sujeito do discurso que traz consigo marcas sociais, ideológicas, históricas e acredita ser a fonte do sentido. No entanto, o dizer não é

propriedade particular, pois as palavras não são apenas nossas: o sujeito diz e pensa que sabe o que diz, mas ele não tem controle e acesso sobre a forma como esses sentidos são constituídos. No estudo sobre discurso, trabalha-se a ilusão desse sujeito nos processos discursivos e a não transparência da linguagem e dos sentidos produzidos. Segundo Pêcheux (1995), o sujeito do discurso se constrói por meio do esquecimento daquilo que o determina, e isso é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos: o sujeito se ilude duplamente por esquecer que ele mesmo é assujeitado pela formação discursiva em que está inserido (esquecimento 1) e por crer que tem plena consciência do que diz (esquecimento 2).

Pêcheux utiliza a expressão formação discursiva, criada por Foucault em *Arqueologia do Saber*, para se referir à relação de enunciados com regularidades, numa formação ideológica dada, a partir de uma posição numa conjuntura sociohistórica dada, determinando o que pode e deve ser dito. Assim, conforme Pêcheux (1995, p.199), as práticas discursivas estão inseridas no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância em condições históricas dadas. O lugar do sujeito não é vazio, pois é afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia, sendo preenchido por aquilo que designa de forma-sujeito, ou sujeito do saber de uma determinada Formação Discursiva (FD). É pela forma-sujeito que o sujeito do discurso se identifica com a FD que o constitui. Ainda segundo Pêcheux (1995, p.167), “a forma-sujeito tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso”. Quando realiza o movimento de incorporação-dissimulação dos saberes que circulam no interdiscurso, por meio da forma-sujeito, o sujeito do discurso produz o efeito da unidade / evidência.

Pêcheux (1995) traz a noção de posição-sujeito como um objeto imaginário ocupando seu espaço no processo discursivo. Essa posição-sujeito é a relação de identificação entre o sujeito que

enuncia e o sujeito do saber (forma-sujeito). Nesse caso, o sujeito não é um, pois apresenta diferentes posições-sujeito, que variam de acordo com as formações discursivas e ideológicas em que o sujeito se inscreve. Uma vez que as posições-sujeito são parte do sujeito descentralizado, o sujeito se constitui em posições-sujeito. É essa posição-sujeito que determina o que pode e deve ser dito. Ela também pode afetar o mecanismo de interpelação ou o sentido de outras formações discursivas, acarretando a mudança de Formação Ideológica na posição-sujeito. Portanto, em função das condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção e das relações de contradição-desigualdade-subordinação a posição sujeito possui um caráter heterogêneo.

As condições de produção do discurso incluem o sujeito e a situação. Elas funcionam de acordo com certos fatores. A relação de sentidos é um deles. Um dizer se relaciona com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis, que o sustentam. Outro fator é que todo sujeito tem a capacidade de se colocar no lugar do seu interlocutor, antecipando, dessa forma, o sentido de suas palavras para o outro. Essa é uma forma de regular a argumentação, possibilitando ao sujeito dizer algo com base no efeito que pretende produzir ao seu ouvinte.

A relação de forças também faz parte de todo o processo de produção do discurso. O lugar de onde fala o sujeito é constitutivo do que ele diz, uma vez que a sociedade é construída por relações hierarquizadas que se sustentam no poder desses diferentes lugares (a fala do padre, do professor, do jornalista etc.).

Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*. (PÊCHEUX, 1997, p.82)

Esses mecanismos responsáveis pelo funcionamento do discurso são compostos por formações imaginárias que

determinam o lugar que destinador e destinatário se atribuem cada um para si e para o outro, a imagem que eles constroem do seu próprio lugar e do lugar do outro. Grigoletto (2007) retoma os pressupostos da AD os quais dizem respeito à formação do sujeito por meio de um trabalho de rede de memória, acionado por diferentes posições discursivas, que no interior do discurso representam diferentes posições-sujeito, fruto das contradições, dispersões, descontinuidades, lacunas, pré-construídos existentes no discurso. Ainda segundo a autora, dessa maneira, a imagem do jornalista, por exemplo, já está determinada pelo lugar empírico que é atribuído a ele por uma determinada formação social. Para Pêcheux (1995), tudo isso contribui para a construção do discurso e o seu processo de significação, pois na AD não se menospreza a força que a imagem tem na constituição do dizer, já que o imaginário faz parte do funcionamento da linguagem. Sendo assim, verificamos que o sentido é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sociohistórico em que se produzem as palavras.

O sujeito, ao se subjetivar, ocupa determinada posição no discurso, ou seja, ao passar para a ordem do discursivo, ele já é tomado enquanto posição. Sendo assim, Grigoletto (2007) propõe que entre a passagem da materialidade do lugar social do sujeito para a sua posição discursiva existe um lugar discursivo onde operam diferentes posições-sujeito. A autora cita Foucault (1997) para trazer a definição de discurso como um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a ele, além de ser um espaço de exterioridade no qual se desenvolve uma rede de lugares distintos. Assim, Grigoletto (2007) conclui que podemos pensar na noção de lugar discursivo a partir do viés da configuração do discurso como um espaço que abriga distintos lugares, assim como a dispersão do sujeito. A autora reforça:

Os lugares discursivos são construídos pelo sujeito na sua relação com a língua e a história. Mas essa discursivização só acontece por

que há uma determinação da formação social que institui determinados lugares, os quais podem e devem ser ocupados por sujeitos autorizados para tal. (GRIGOLETTO, 2007, p.7)

Ela também sintetiza os conceitos de lugar social e de lugar discursivo:

A formação social compreende o espaço empírico que, por sua vez, abriga as diferentes formações ideológicas, as quais interagem com as relações de poder institucionais [...] determinando o lugar social que o sujeito ocupa na sociedade. É a práxis social. Já a formação discursiva compreende o espaço discursivo, que, por sua vez, abriga o lugar discursivo que se relaciona tanto com a forma-sujeito quanto com as diferentes posições-sujeito que operam no discurso a partir dele. É a prática discursiva. No entanto, espaço empírico e espaço discursivo não devem ser tomados de forma fragmentada. Ao contrário, eles estão em constante imbricamento, já que o lugar social é efeito da prática discursiva ao mesmo tempo em que o lugar discursivo é efeito/está determinado pela prática social.(GRIGOLETTO, 2007, p.8)

Assim, cada lugar discursivo representa diferentes modos de se relacionar não só com a forma-sujeito, mas também com as diferentes posições-sujeito que ele pode abrigar.

O discurso no jornalismo popular

Neste trabalho, analiso as características do discurso do sujeito-jornalista, no jornalismo popular, quando ele, via forma-sujeito, recorta do interdiscurso – onde circulam diversos saberes – os pressupostos comuns e traz à ordem intradiscursiva por meio de fórmulas fixas. Tal posição ocupada pelo sujeito é denominada por Grigoletto (2007) de *aderência ao discurso do cotidiano*, pois esses dizeres pertencentes ao senso comum linearizam-se no fio do discurso jornalístico. Essa posição está imbricada com a posição-sujeito de um enunciador que tem sua fala autorizada pelo papel

que ocupa como jornalista, já que, como dito anteriormente, existe uma determinação da formação social que institui determinados lugares, os quais podem e devem ser ocupados por sujeitos autorizados para tal.

Assim, o jornalista produz, por meio de tais colocações, comentários, gestos de interpretação que surgem a partir do discurso do cotidiano, mas o dizer jornalístico não é totalmente apagado, restando sempre vestígios no fio do discurso, o que permite que o sujeito destinatário reconheça o texto como sendo jornalístico pela forma-sujeito autorizada do enunciador, mesmo que sua linguagem se distancie do jornalismo tradicional. Nessa posição de aderência ao discurso do cotidiano, o jornalista produz um efeito de aproximação do leitor, característica marcante do jornalismo popular, uma vez que a posição em que ele se coloca como sujeito permite trazer o discurso popular para a notícia. Ao ocupar a posição de aderência do discurso do cotidiano, o jornalista não fala da posição do outro, mas a partir do discurso-outro. Ele recorta e cola os lugares comuns inscrevendo-os, de forma própria, no discurso jornalístico, constituindo, assim o discurso do jornalismo popular.

Segundo Breton (2003), “o apelo a pressupostos comuns constitui uma família de argumentos de enquadramento amplamente utilizada”, e isso ocorre em todos os casos cuja comunidade de pensamento e de ação preexiste de forma clara entre orador e auditório. A argumentação propõe-se a avivar um valor comum, vinculando-o à opinião proposta. Tal apelo a pressupostos comuns mobiliza um efeito de comunidade, transformando-os em argumentos conservadores em seus efeitos. Breton (2003) destaca a “opinião comumente aceita” como um ponto de vista atenuado que se transformou em lugar comum: os provérbios, os ditados e as máximas trazem esses lugares comuns como “saber popular”. Apesar de desgastadas, em termos de argumentação, essas fórmulas fixas ainda provocam adesão, pois, segundo Carvalho (2014), reservam ao leitor a satisfação de um

conhecimento partilhado, de algo comum entre autor e leitor, criando uma espécie de cumplicidade entre ambos.

Características do jornalismo popular

Em Lucena (2011), ressalto que os jornais preocupados em atingir as classes mais baixas são conhecidos como populares, pois, apesar de buscarem a atenção dos leitores de todas as classes, estão focados especialmente naqueles de pouca escolaridade, que integram as camadas populares.

A concepção de popular abordada em meus estudos sobre o jornalismo é baseada na ideia de Amaral (2006) a respeito de uma imprensa que se autointitula popular e é bem consumida pelo seu público-alvo. Ela é composta de jornais baratos, com baixa paginação, vendidos em bancas, sem serviço de assinante, e que incorporam publicidades de produtos para a baixa renda. Além disso, é um tipo de imprensa que tem proximidade e empatia com o seu público, principalmente porque utiliza elementos culturais historicamente relacionados com as classes populares ou produzidos por eles.

Por fazerem parte de uma vertente jornalística que valoriza a linguagem popular das notícias, o conteúdo do noticiário popular detém-se na dramatização ou humanização dos acontecimentos, enfocando principalmente os conflitos pessoais que fornecem aos leitores “elementos para projeção ou identificação, a partir dos seus problemas pessoais, o que permite a consumação de experiências catárticas” (MELO, 1972, p.189 apud PEDROSO, 2001, p.47). Sendo assim, essas mensagens precisam estar ajustadas ao público-alvo, permitindo que se haja uma identificação com os termos usados.

Os jornais populares, segundo Amaral (2006), fazem parte de um mercado voltado para as classes C, D e E. É um segmento jornalístico mais focado no entretenimento e na prestação de serviços. O cotidiano das pessoas se torna a pauta principal, prevalecendo o interesse do público sobre o interesse público. A

fim de se aproximar mais das camadas populares, esses impressos apresentam uma entonação diferente do jornalismo tradicional.

Amaral (2006) observa que dentre as características padrões de um jornal popular está o fato de que eles são vendidos somente em bancas de jornais e suas capas são sempre chamativas, enfocando, com certa frequência assuntos que envolvem violência, mas com imagens cada vez mais raras de cadáveres. Além disso, esses periódicos buscam uma linguagem mais simples, o didatismo, a prestação de serviços e também a credibilidade. Eles abrangem as regiões metropolitanas e dão enfoque à editoria de Cidades. A temática política também ocupa um lugar expressivo nesses jornais.

Apesar de todas as diversidades conceituais e estruturais do jornalismo popular, Dias (2003) destaca que boa parte das notícias são redigidas dentro das normas sintáticas cultas e que a variação popular recai mais sobre o vocabulário, que é a parte da língua mais sujeita a renovações.

Exemplos disso são as gírias e expressões populares, que aparecem com mais frequência na linguagem das manchetes que na das notícias. Isso demonstra a preocupação do jornal com a sua vendagem, pois quanto mais chamativos forem os conteúdos das manchetes, mais interesse o jornal desperta no seu público. Através da utilização de gírias e expressões populares, o jornal popular demonstra estar sempre atualizado.

Segundo Amaral (2006), os periódicos populares buscam falar do universo de seus leitores, utilizando recursos temáticos, estéticos e estilísticos diferenciados do discurso jornalístico tradicional. Eles valorizam o cotidiano e a percepção de mundo personalizada, dando um enfoque subjetivo e pessoal às notícias.

Dias (2003, p.63) confirma que o envolvimento do redator muitas vezes estabelece um efeito narrativo muito a gosto da conversação, “criando-se um estilo de narrar que se aproxima da oralidade e que nos surpreende nos momentos menos esperados”. Ainda segundo a autora, o jornalismo popular busca atender a uma

expectativa do leitor, assim como no discurso oral, cujo falante tem interesse em satisfazer às expectativas do seu interlocutor.

Análise do corpus

Para a compreensão de como funciona o discurso do jornalista no jornalismo popular, selecionei três amostras compostas por manchete e linha fina (subtítulo) do jornal *Aqui PE*, periódico popular que circula no estado de Pernambuco desde 11 de agosto de 2008, e analisei a presença de fórmulas fixas em sua composição, caracterizando, assim, a posição do jornalista de aderência ao discurso do cotidiano.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2008), uma fórmula caracteriza-se pelo seu constante uso, sua circulação em um espaço público em uma determinada conjuntura, constituindo-se como objeto de amplo conhecimento partilhado. Fórmulas fixas são expressões ditas como comentários em situações específicas, como as frases feitas e os ditados populares e os provérbios, que aparecem com certa frequência no *Aqui PE*. Esses recursos discursivos são utilizados como uma forma de provocar uma identificação pessoal do público com expressões as quais fazem parte do seu cotidiano, estabelecendo certa familiaridade. São bem comuns na língua falada, pois servem para manifestar as mesmas ideias, sem muitas variantes.

No primeiro exemplo analisado, temos a seguinte manchete:

Vai comer o pão com salsicha que o diabo amassou (AQUI PE, 15/12/16)

Nessa primeira amostra, interessa a este estudo o uso de uma expressão popular recortada do interdiscurso e incorporada no intradiscurso de maneira adaptada. Trata-se do enunciado “comer o pão que o diabo amassou”, cujo significado é passar por algum sofrimento ou grande dificuldade. Nesse caso, há uma desmontagem da fórmula fixa e o sentido literal da palavra “pão” é

recuperado para que haja uma conexão com a notícia, que vem explicitada na linha fina, logo abaixo da manchete:

Ela vendia cachorro-quente na praia de Porto de Galinhas, mas andava de caminhonete de R\$ 75 mil e tinha outros carros de luxo e imóveis. Muito estranho, não? Pois a polícia descobriu a verdadeira profissão dela: Era mãe de traficante. O filho, detento do Presídio de Limoeiro, era o chefe da quadrilha. Do lado de fora, a mãe, a companheira e outros malas agiam. Agora, o lanchinho é no xadrez. (AQUI PE, 15/12/16)

Segundo Carvalho (2009), nem sempre as fórmulas fixas são usadas literalmente. Como observado no exemplo acima, pode-se inserir um novo elemento e criar um jogo de palavras que altera a frase feita, de modo a desmontar estereótipos. Seu uso é bastante difundido nos meios de comunicação de massa, sobretudo no jornalismo e na publicidade.

O receptor, ao ativar seus esquemas mentais, descobre algo familiar e o traduz, de acordo com uma leitura particular, por meio de projeções, que, por sua vez, são resultado de um legado comunitário. O processo se dá a partir da memória particular de cada um, mas constitui o fio condutor que leva ao âmago da própria cultura. (CARVALHO, 2009, p.85)

Apesar de a manchete do jornal ser composta apenas pela fórmula fixa, a conexão com o discurso jornalístico vem logo em seguida com a construção do texto padrão da linha fina, que respeita a estrutura do lide jornalístico, buscando responder aos questionamentos básicos do leitor. O jornalista assume, na manchete, a posição de aderência ao discurso do cotidiano, a partir da sua inscrição no lugar discursivo de jornalista, cuja forma-sujeito lhe autoriza tais dizeres. Apesar de, nesta análise, o foco ser somente as manchetes, é possível observar que essa aderência ao discurso cotidiano continua presente na linha fina, através da utilização de uma linguagem que tenta se aproximar do discurso

das massas populares, simulando, inclusive, uma conversa com o leitor.

O envolvimento do enunciador nos textos do jornal *Aqui PE* é explícito. Ocorre frequentemente um posicionamento de quem escreve a notícia diante dos assuntos abordados, expressando seus comentários através de uma linguagem coloquial. Essa “participação” do jornalista acontece principalmente através de marcadores conversacionais. Marcadores conversacionais, segundo Charaudeau e Maingueneau (2008), representam uma série de elementos verbais e não verbais, próprios de situações de interação e desempenham um papel de sinalização em relação à produção discursiva. No caso da linha fina utilizada nesse exemplo, temos a participação dialogada do jornalista por meio da expressão “Muito estranho, não?”.

No segundo exemplo, temos uma fórmula fixa utilizada na íntegra em manchete:

Nada é tão ruim que não possa piorar (*AQUI PE*, 25/10/16)

Carvalho (2014) aponta o uso de tais expressões em seu formato original como uma entrada para o texto, cujo direcionamento é completado em seguida, como é o caso da linha fina que traz a informação jornalística:

Ontem foi um dia bem lamentável para o Santa Cruz. O América-MG venceu e passou a lanterninha da Série A ao Tricolor, o volante Uillian Correia foi pego no exame antidoping, o Arruda vai a leilão e time pode perder pontos no STJD. (*AQUI PE*, 25/10/16)

Novamente, a posição de aderência ao discurso cotidiano se mostra presente por meio da utilização de uma estrutura fixa utilizada como ponto de partida para a construção da notícia. Desvinculada do seu contexto jornalístico, ela poderia ser usada em qualquer outra situação, mas ao ser integrada à notícia, o destinatário vincula os saberes do senso comum à informação jornalística. Nesse caso, ele não fala da posição do outro, mas a

partir do discurso-outro. Retomando Pêcheux (1995), a forma-sujeito absorve / esquece o interdiscurso em seu intradiscurso, uma simulação em que o interdiscurso aparece como o puro “já dito” do intradiscurso, articulado por co-referência.

O terceiro exemplo de manchete mostra uma quebra de expectativa:

A vida não imita a ficção (AQUI PE, 16/09/16)

Esse é um caso de uso de fórmula fixa retratado por Carvalho (2014, p.71) como “substituição única com transformação”. Há um redirecionamento do significado da fórmula pelo uso de antônimos ou de um termo cuja quantidade de sílabas é diferente do anterior, podendo acrescentar-se, também, alguma informação. A expressão “a vida imita a arte” ou “a vida imita a ficção” é um senso comum partilhado, mas que, nessa colocação é quebrada pela incorporação da palavra “não”. E a linha fina explica o porquê:

O Brasil ficou em choque com a morte do ator Domingos Montagner. Se em Velho Chico ele conseguiu escapar da morte, ontem a vida não lhe deu uma nova chance. O universo artístico perde um grande ator.

Ao resgatar o senso comum no interdiscurso e desconstruí-lo em seu intradiscurso a partir da incorporação de uma palavra de sentido negativo, o jornalista traz comoção ao texto quando mostra que a vida não deu uma nova chance ao ator, em oposição ao que acontece no mundo ficcional. É dessa forma que o jornalista consegue produzir um efeito de aproximação do leitor, a partir do “efeito de comunidade” em que o saber popular é partilhado por todos.

Considerações finais

O jornalista deve considerar os componentes da situação de comunicação, no entanto, pode utilizar estratégias em virtude dos desafios de credibilidade e de captação escolhidos por ele. Uma

dessas estratégias é a elaboração de um discurso muito próximo da fala, que traz uma série de expressões populares típicas da oralidade e que resgatam o senso comum.

Ao utilizar recursos que são próprios da língua oral popular, o jornalista vislumbra uma interação mais eficaz com seu público-alvo desejado, pois reforça o argumento emocional, amenizando o distanciamento e o pouco envolvimento estabelecidos pelo texto escrito, em sua maior parte decorrentes da ausência temporal/espacial entre os sujeitos envolvidos em seu discurso. Também permite ao leitor uma maior reflexão e um maior convencimento em relação às temáticas abordadas, principalmente as que tratam de desigualdades sociais.

No caso do jornalismo popular, quem escreve as notícias não faz parte do mesmo universo de quem possivelmente se interessaria em ler, não é usuário da mesma variedade linguística das classes C, D e E. Dessa maneira, ao ocupar a posição de aderência do discurso cotidiano, o jornalista consegue falar a partir do discurso-outro, inserindo em seu intradiscurso um interdiscurso partilhado pelo seu público-alvo.

Referências

- AMARAL, M. F. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CARVALHO, Nelly. **Linguagem da publicidade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.
- _____. **Publicidade a linguagem da sedução**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2009.
- CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 2. ed. Tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.
- DIAS, A. R. F.. **O discurso da violência – as marcas da oralidade no jornalismo popular**. São Paulo: Cortez, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. brasileira de Luiz Felipe Baeta Neves. 5. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (Org.). **A Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Clara Luz, 2007, v. , p. 123-134.

LUCENA, F. C. **Falando a língua da gente**: a simulação e oralidade como estratégia do Jornal Aqui PE. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFPE, Recife. 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso** – princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso** – uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. **Análise Automática do Discurso**. Trad. Eni P. Orlandi. In: GADET, Françoise. HAK, Tony. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PEDROSO, R. M. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

DOS ANNALES À FOUCAULT E À NOVA HISTÓRIA: O EIXO HISTÓRIA NA CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO¹

Israel de Sá²

É notável observar que desde a emergência da Análise do discurso na França já se destacava uma conjunção entre o linguístico e o histórico no estabelecimento do que se propôs como *discurso*; é a partir, contudo, da virada dos anos 1970 para a década de 1980 que se observaria de forma efetiva o apelo a uma teoria histórica, um entrelaçamento entre a Linguística e a História, quando Pêcheux ([1983] 2008) explicita uma relação entre o trabalho em Análise do discurso e as propostas da Nova História. Ou, mais do que isso, observava-se, naquele momento, o encontro, teórico e prático, do trabalho do linguista com o trabalho do historiador. O linguista (e mais especificamente, o analista de discursos) viria reclamar um lugar na história e compartilharia com o historiador, e este com aquele, muito de suas experiências. Este era também o momento de encontro, ou melhor, de explicitação desse encontro, de Michel Pêcheux, em diálogo, com Michel Foucault – muito também em função do trabalho desenvolvido por Courtine ([1981] 2009).

O discurso, então, considerado como prática, como processo, tem relações com o “extralinguístico”. Encontra-se, assim, uma

¹ Uma versão desenvolvida deste artigo encontra-se em nossa dissertação de mestrado: SÁ, I. *Da repressão à abertura política: processos de espetacularização do discurso político*. 2011, 213f. Dissertação (Mestrado em Linguística). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/5709>>.

²Doutor em Linguística pela Universidade Federal São Carlos (UFSCar). Professor adjunto do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL/UFU): israeldesa@ufu.br.

proximidade com o que propõe Foucault em *A arqueologia do saber* (1969), cuja compreensão refere-se, segundo Robin (1977, p. 27), “[a]o conjunto de regras que envolvem e submetem o sujeito, desde que ele toma parte no discurso. Por isso, o discurso supõe o conjunto de relações extralinguísticas que o constituem”. Dessa forma, na junção entre o que é próprio da língua e o que o acompanha na sua realização, na sua condição de realização, o discurso é o lugar do encontro do linguista com o historiador – então da língua(gem) com a história: há na história da AD, de acordo com Sargentini (2010, p. 95), “a aproximação de linguistas e historiadores, comprometidos com a edificação da teoria e com o desejo de desenvolverem um trabalho conjunto. Por outro lado, há na teoria da AD o pertencimento da categoria da história como participante da produção dos discursos”.

Nesta discussão, torna-se, portanto, preciso compreender que a concepção de história que encontra espaço nos estudos do discurso não é a mesma daquela proposta pela sua perspectiva Tradicional, que produz uma história historicizante, concebida no âmbito positivista e na relação teleológica, que volta sua atenção para os longos períodos e acentua a alternância entre equilíbrios, regulação e continuidades, e, assim, apaga a dispersão, os acidentes, a descontinuidade. Ao contrário, a Análise do discurso encontra no diálogo entre a Nova História, herdeira de alguns estudos, de alguns aspectos, já desenvolvidos também pelos historiadores dos *Annales*, e Michel Foucault a concepção mais adequada que, na relação com o linguístico, estabelece fundamentos para a compreensão e análise dos discursos. Dessa forma, respeita-se a dispersão, os acidentes e a descontinuidade como forma de estudar um momento histórico.

Para entender essa relação que se estabelece entre o linguístico e o histórico na constituição da noção e de uma teoria do discurso, julgamos necessário empreender um breve panorama dos estudos históricos desenvolvidos desde os historiadores dos *Annales* e aprofundados pela chamada Nova História, objetivando, com isso,

compreender a que perspectiva histórica adere os estudos em Análise do discurso, e mais, de que maneira os discursos projetam-se sobre a história, provocando rupturas e emergência de novos acontecimentos.

A Escola dos *Annales*: a faísca para uma “nova história”

O modo de se encarar e, ainda mais, analisar o tempo histórico tem sua problemática por todo o campo da disciplina histórica e, talvez, por todas as ciências sociais durante grande parte do século XX admitindo, através dos movimentos na forma de se observar a História, cada vez mais relações interdisciplinares. Com isso, partimos da problematização do tempo histórico proposta por Foucault, em sua *A arqueologia do saber* de 1969, para compreender esses movimentos realizados na disciplina “História”, seu desenvolvimento no século XX e suas possíveis contribuições para os estudos em Análise do discurso.

[...] o grande problema que se vai colocar – que se coloca – a tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer: de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos efeitos diferentes e sucessivos, um horizonte único; que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões e das retomadas, dos esquecimentos e das repetições; como a origem pode estender seu reinado bem além de si própria e atingir seu desfecho que jamais se deu – o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos (FOUCAULT, [1969] 2007, p. 6).

A mudança na forma de encarar o panorama histórico e de se pensar a constituição temporal da história teve seu maior êxito nos estudos desenvolvidos pelo que se convencionou chamar de

Escola³ do *Annales*, principalmente no período em que o historiador Fernand Braudel esteve à frente desse movimento, a partir da década de 1950. Com isso, embora Foucault tenha caminhado paralelamente aos desenvolvimentos dos trabalhos dos *Annales* (em especial de sua terceira geração) – e ter dialogado com frequência com os historiadores da Nova História, ainda que também traçasse um caminho paralelo a eles –, não se deve deixar de observar que seu pensamento se deve em grande parte às conquistas e reformulações no âmbito da disciplina historiográfica provocadas por esse movimento.

Os *Annales*, que aparece como uma revolução na historiografia francesa (e que repercutiu por toda a historiografia mundial), tem a datação de 1929, quando Lucien Febvre e Marc Bloch criaram uma revista inicialmente chamada de *Annales d'histoire économique et sociale*⁴. Instaurado em um período histórico envolto em acontecimentos conturbados e de grandes transformações – alguns anos após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1919) e em meio à grande crise econômica mundial que provocou forte recessão nos

³ Há certo consenso entre aqueles que fazem uma historiografia dos *Annales* de que o termo “escola”, que implica “a essencial unidade de um mesmo projeto intelectual e de um horizonte teórico e metodológico, mantido sem mudanças fundamentais ao longo de quatro gerações de historiadores” (AGUIRRE ROJAS, 2004, p. 10), é equivocado para se referir a tal grupo. Cria-se, com isso, a falsa impressão de continuidade para uma revista publicada por mais de 70 anos, com uma história múltipla e complexa, que apresentou em seu longo caminho diferentes projetos intelectuais, sofrendo “o impacto das transformações e das mudanças principais do contexto intelectual francês e europeu. Elas, por sua vez, refletem a modificação e a substituição de uns projetos intelectuais por outros, de acordo com as conjunturas sociais e culturais que constituem a própria história da França, da Europa e de todo mundo durante as últimas sete ou oito décadas” (AGUIRRE ROJAS, 2004, p. 11).

⁴ Segundo Burke (1991) e Aguirre Rojas (2004), a revista editada pelos historiadores dos *Annales* apresentou diferentes nomes no decorrer de sua história. São eles: *Annales d'histoire économique et sociale* (1929-1939); *Annales d'histoire sociale* (1939-1942, 1945); *Mélanges d'histoire sociale* (1942-1944); *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations* (1946-1993). *Annales. Histoire, Sciences Sociales* (1994 até hoje).

Estados Unidos e produziu efeitos por todo o mundo –, o pensamento do grupo sofreu influências de seus efeitos. Logo, em um primeiro momento de formulação de novos princípios e métodos, e rompendo definitivamente com alguns aspectos muito caros à perspectiva tradicional de se trabalhar o fato histórico, focado principalmente na história política, os historiadores em torno da revista apresentavam ideias e objetivos que, segundo Burke (1991, p. 12): i) procuravam promover *a substituição da narrativa tradicional de acontecimentos por uma história-problema*; ii) preocupavam-se com *a história de todas as atividades humanas e não apenas a história política*; e iii) tinha como objetivo promover *a colaboração com outras disciplinas*. Tinha-se, ali, o princípio de uma história totalizante⁵.

Preparava-se aí o caminho para uma revolução na historiografia, amparada pelo diálogo entre diversas disciplinas. Na França, muitos historiadores deste período já não estavam mais envolvidos exclusivamente com a narrativa política, embora não a deixassem de lado, o que provou críticas de cientistas sociais, como as de François Simiand⁶, que atacou o que chamou de “os ídolos da tribo dos historiadores”, considerando, assim, que três “ídolos” deveriam ser derrubados: o “ídolo político” (a história política) , o

⁵ Em síntese, estabelecia-se forte ruptura, já brandamente evocada durante o Iluminismo, com aquilo que a perspectiva tradicional, desde os tempos de Heródoto e Tucídides, empregava por meio da narrativa dos grandes acontecimentos políticos e militares, ancorada nos grandes feitos de grandes homens (chefes de Estado, militares etc.). Essa perspectiva tradicional, como mostra Burke (1992), herdeira dos estudos do historiador alemão Leopold von Ranke, era considerada, com a marginalização dos trabalhos propostos pelos iluministas, a visão do senso comum da história ou ainda a maneira de se fazer história.

⁶ Sociólogo e economista durkheimniano, foi professor do Collège de France entre os anos de 1932 e 1935. A sociologia era uma disciplina que ainda engatinhava no início do século, porém desde já fomentava inúmeras problematizações ao modo de trabalho do historiador. Ela “convida os historiadores a passar do fenômeno singular para o regular, para as relações estáveis que permitem perceber as leis e os sistemas de causalidade. Convida-os a deslocarem, enfim, sua observação do individual para o social” (DOSSE, 2003a, p. 46).

“ídolo individual” (os grandes homens) e o “ídolo cronológico” (o estudo das origens)⁷ (BURKE, 1991), temas que, posteriormente, seriam caros aos historiadores dos *Annales*. Porém, todo esse movimento estabelecido na disciplina histórica no final do século XIX e início do século XX abriu caminho para uma reformulação no fazer historiográfico francês.

Foi entre as décadas de 1930 e 1940 que ocorreu a consolidação do movimento em torno da revista e Febvre fez a maior parte de seus manifestos reclamando um novo tipo de pesquisa histórica que privilegiasse a interdisciplinaridade, que voltasse sua atenção para os problemas – daí a constituição de uma história-problema – e para uma história das sensibilidades. Desse modo, Bloch e Febvre abandonaram completamente o campo do político, que consideravam supérfluo, traçando um percurso centrado nos aspectos econômicos e sociais. Segundo Dosse (2003a, p. 83), “os *Annales* propõem um alargamento do campo da história, e ao desertar o terreno político, esta acaba por orientar o interesse dos historiadores para outros horizontes: a natureza, a paisagem, a população e a demografia, as trocas, os costumes...”. Assim, o econômico e o social se superpõem ao político: “Essa abertura para o econômico pressupõe uma organização mais coletiva do trabalho histórico, utilizando instrumentos estatísticos e o aporte das outras ciências sociais em trabalhos de laboratórios mais profissionais” (DOSSE, 2003b, p. 73).

Com isso, há uma mudança radical no que diz respeito à forma de encarar o documento histórico, que não devia mais se contentar apenas com o documento oficial escrito, buscando também no marginal e em outras materialidades as fontes para *uma* (e jamais *a*) explicação histórica. “Esse deslizamento do aspecto político para o econômico pressupõe o alargamento das fontes, a mudança radical

⁷ Esses três “ídolos” seriam questionados posteriormente também pelos historiadores adeptos da Nova História e na problematização do fazer histórico feita por Michel Foucault, principalmente no que diz respeito ao grande apreço que há pela pesquisa de origem.

no próprio ofício do historiador, que não pode se contentar com as fontes escritas para ter acesso aos fundamentos da sociedade”⁸ (DOSSE, 2003a, p. 112-113). Nesse ponto, Febvre e Bloch apontam para a fetichização do documento escrito estabelecida pela perspectiva tradicional, que faz dele a explicação histórica, e reclamam a constante intervenção do historiador perante os documentos e arquivos.

A partir disso, estabelece-se outro aspecto inovador dos historiadores dos *Annales*, a chamada *história-problema*, que seria fundamental para os trabalhos que viriam posteriormente, principalmente aqueles estudos elaborados no seio da Nova História e nas análises de longa duração desenvolvidas por Michel Foucault. A partir de uma problematização dos documentos, apontam a importância do presente para a compreensão do passado. Dessa forma, para o movimento dos *Annales*, o passado é consubstancial ao presente: a história deve interrogar o passado a partir do que é já conhecido pelo presente (do mais conhecido para o mais obscuro). Esse movimento empreende uma batalha dialética entre passado e presente. “A especificidade do tempo do historiador é, justamente, manter-se nessa tensão entre um sentido de continuidade do presente diante do passado e o sentimento de um fosso que aumenta e que institui uma descontinuidade entre duas dimensões” (DOSSE, 2003b, p. 74).

O trabalho desenvolvido pelos *Annales* se efetivaria a partir de sua segunda geração, que teve como principal nome Fernand Braudel, cujos trabalhos seriam essenciais para a constituição do que hoje se toma como a Nova História e, além do mais, para a relação que a

⁸ Vale ressaltar a importante contribuição nesse aspecto para a reformulação nos objetos e métodos de análise proposta no interior da Análise do discurso a partir dos anos de 1980. Se antes tomavam como objeto o discurso político exclusivamente escrito, passam a tomar o discurso em suas várias e diferentes manifestações – diferentes linguagens –, além de ir além do discurso oficial e abrir espaço também para o que é cotidiano (um alargamento efetivo das fontes), que provocam mudanças também na forma de constituição dos *corpora* em AD.

disciplina linguística estabelece com o histórico na constituição do campo teórico da Análise do discurso. Em sua tese, defendida em 1947 e publicada em 1966, cujo título é *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Braudel desenvolve uma pesquisa baseada na geoistória e, diferentemente de seus antecessores, pouco se preocupa com as atitudes, os valores e as *mentalidades coletivas*, embora sinalize para uma história totalizante. Dessa forma, Braudel começa a pensar as diferentes temporalidades, dividindo o tempo histórico em tempo geográfico, tempo social e tempo individual, estabelecendo suas análises na longa duração e revelando a importância do espaço para a história. Assim, de acordo com Burke (1991, p. 55), “permanece uma conquista pessoal de Braudel combinar um estudo na longa duração com o de uma complexa interação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos”.

Braudel, com efeito, sustenta uma história analítica que visa à troca de ideias entre as ciências humanas e, com isso, também frear uma ofensiva estruturalista que relega à História um papel secundário. Na tentativa de reorganizar o conjunto das ciências humanas em torno de um programa comum, Braudel sustenta a longa duração como estrutura. Para ele, “o tempo se decompõe em ritmos heterogêneos que rompem a unidade de duração [...] A arquitetura braudeliiana articula-se em torno de três temporalidades diferentes, três pilares: o acontecimento, o tempo conjuntural, cíclico e, enfim, a longa duração” (DOSSE, 2003b, p. 79). Porém, a ambição de Braudel era a de restituir uma dialética dessas temporalidades e de referi-las a um tempo único – um tempo não linear, mas em que apenas a ordem da repetição é possível, com isso privilegia invariantes e torna a noção de acontecimento ilusória.

A terceira geração dos *Annales*, por fim, que se estabelece nos anos após 1968 e é marcada por certo descentramento, se pauta por um afrouxamento da temporalidade, que se torna quase estacionária, voltando também sua atenção para aquilo que se

repete, rejeitando a cadeia de acontecimentos (há, nesse ponto, um retorno, ou ainda um clareamento, à continuidade do tempo histórico). Para os historiadores dessa geração, centrados basicamente em uma história das mentalidades e em uma antropologia histórica, a tarefa do historiador consiste em colocar a tônica sobre os agentes da reprodução que permitem a repetição idêntica dos equilíbrios existentes (DOSSE, 2003b). Entre os historiadores dessa geração, contemporâneos de Michel Foucault, alguns merecem destaque: Jacques Le Goff, Pierre Nora, Philippe Ariès, Roger Chartier. Porém, é importante destacar, fato que aprofundaremos a seguir, que Foucault caminhou em linhas paralelas aos historiadores das mentalidades, aproximando-se deles apenas no que diz respeito ao interesse pela longa duração e ao afastamento de um pensamento individualizado.

No final da década de 1970, houve, dentro do movimento, um retorno ao político e um ressurgimento da narrativa, pois os historiadores pertencentes a esse grupo afirmavam, segundo Burke (1991), que o abandono da história política impediu que os *Annales* chegassem a uma história total.

Foucault e a Nova História: diálogos paralelos

Ainda que François Dosse (2003a) afirme que não há aí uma relação de herança⁹, faz-se necessária a compreensão das propostas elaboradas por aquele grupo e que, de um modo ou de outro, teve influências, principalmente no que tange ao tratamento do arquivo (os documentos), na constituição de uma *Nova História*. Portanto, consoante com os estudos do discurso, é fundamental o suporte de uma teoria histórica para as análises, por exemplo, em torno do movimento do discurso político em determinado período da

⁹ Dosse (2003a) afirma que a Nova História não é herdeira dos *Annales*, pois, diferentes destes, os novos historiadores abandonaram o anseio pela reconstrução da totalidade no interior do passado e a preservação da pluralidade da história no interior das ciências sociais.

história de uma sociedade. Pêcheux, em *O discurso: estrutura ou acontecimento* ([1983] 2008), estabelece grande relação entre os dois campos teóricos, inclinando-se, quando trata da historicidade do discurso, para a vertente da Nova História.

Amparada, então, por algumas bases dos estudos dos *Annales*, a Nova História, também chamada por alguns estudiosos de história total (ponto em que Dosse mostra haver uma dissonância) ou história estrutural, propõe a não linearidade do tempo histórico, voltando sua atenção, na contramão da perspectiva tradicional, para a dispersão, os acidentes, a descontinuidade. Para a Nova História, a história é um ponto de vista sobre um acontecimento, e não uma verdade já estabelecida; a história se pauta na interpretação e não é, jamais, uma produtora de verdades.

Nesse sentido, tem-se um olhar mais particular sobre a história, não se detendo somente a registros oficiais que, em geral, traçam a história dos “grandes homens” e dos “grandes feitos” por eles realizados e pela perspectiva tradicional narrados. O surgimento e a busca por novos objetos de pesquisa fizeram com que houvesse a necessidade de se ir além dos documentos oficiais, levando os novos historiadores a procurarem novos tipos de fontes de pesquisa histórica.

Em história, sociologia e mesmo nos estudos literários, aparece cada vez mais explicitamente o cuidado de se colocar em condição de ouvir esse discurso, freqüentemente silencioso, da urgência nas decisões dos mecanismos da sobrevivência: trata-se além da leitura dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito e do Estado) de se colocar à escuta das circulações cotidianas tomadas no comum do sentido (PÊCHEUX, 1998, p. 46).

“A base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 1992, p. 11), pensamento que destrói a tradicional distinção entre o que é central e o que é periférico na história. Passa-se agora para uma história vista de baixo, constituindo arquivo por meio de fontes das classes

subalternas, das relações cotidianas, além de outras materialidades – como fontes orais, imagens, notas, estatísticas etc.; os historiadores passam a se preocupar com a opinião das pessoas comuns, além de suas experiências na vida social. Há um rompimento definitivo com a opção única pela análise do documento oficial escrito que amparava uma história de grandes homens e grandes eventos.

É nesse ponto que há uma maior relação com a revolução impulsionada a partir dos escritos dos *Annales*: a crítica do documento. Assim como Febvre e Bloch e, posteriormente, Braudel, os historiadores da Nova História tecem uma crítica à fetichização – até mesmo a certa idolatria – do documento escrito (e oficial). Muitas vezes, devido à inviabilidade de se encontrar material escrito, os historiadores se debruçam sobre outras fontes, o que não acontece com a perspectiva tradicional. Para a história tradicional, a história deveria ser baseada em documentos (oficiais); a nova história expõe as limitações desse tipo de documento, pois os registros oficiais, em geral, expressam o ponto de vista oficial, e para reconstruir a atitude dos hereges e dos rebeldes, devem ser acrescentadas outras fontes.

Desse modo, enquanto a história tradicional transforma o monumento em documento, a Nova História transforma o documento em monumento. Daí o diálogo que Michel Foucault estabelece com a Nova História, que aparece por meio da ideia de arqueologia – “escavar” esses documentos, transformados em monumentos, para interpretá-los; compreender a organização dada aos documentos em certo momento da história. O historiador deve ir ao documento para interpretá-lo e encontrar aí uma *memória*, e não encontrar a verdade como pretende a perspectiva tradicional, mas “efeitos de verdade”, que levam uma sociedade a interpretar-se e, portanto, a compreender-se através de sua interpretação¹⁰.

¹⁰ Para Foucault ([1970] 2004), cada sociedade apresenta seu próprio regime de verdade, que não se apresenta como fixo. Vale ainda ressaltar que a verdade nada mais é que um efeito; logo, o que se tem não é uma verdade propriamente estabelecida, mas efeitos de verdade. Nesse sentido, ver também Foucault (2014).

Vale ressaltar que Foucault não se apresenta como um historiador, mas um diagnosticador; ele faz uma filosofia de intervenção e de diagnóstico.

Foucault, por exemplo, critica essa concepção tradicional de História que evidencia o velho sonho do historiador positivista, que era assistir passivamente à produção “objetiva” da história pelos documentos (LE GOFF, 1990, p. 50). Por meio da perspectiva da Nova História, percebe-se que os documentos são interpretados aos olhos do historiador, por isso essa ideia de concretude é ilusória. Um mesmo fato histórico pode ser contado de pontos de vista distintos, porque o autor do texto histórico – como na literatura, ou no texto científico – é apenas efeito construído pelo discurso. Por isso, segundo de Certeau (1995), também na história, tudo começa com o trabalho de pôr à parte, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outro modo. Como se vê, o documento é resultado de uma “montagem, consciente e inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 1992, p. 547).

Foucault propõe, então, uma problematização a respeito daquilo que é chamado convencionalmente de história serial. É o que mostra Deleuze (2005) que, assim como Foucault, trabalha em uma ontologia da diferença:

Para os que invocam sempre a História e que protestam contra a indeterminação de um conceito como o de “mutação”, é preciso lembrar a perplexidade dos verdadeiros historiadores quando têm de explicar porque o capitalismo surgiu em tal lugar e momento, quando iguais fatores parecem torná-lo possível em outros lugares e outras épocas. “Problematizar as séries...” Discursivas ou não, as formações, as famílias, as multiplicidades são históricas. Não são meros compostos de coexistência – elas são inseparáveis de “vetores temporais de derivação”; e, quando uma nova formação aparece, com novas regras e novas séries, nunca é de um só golpe, numa frase ou numa criação, mas em “tijolos”, com a sobrevivência, o

deslocamento, a reativação de antigos elementos que subsistem sob as novas regras. Apesar dos isomorfismos e das isotopias, nenhuma formação é o modelo de outra. A teoria dos cortes é portanto uma peça essencial do sistema. Há que perseguir as séries, atravessar os níveis, ultrapassar os limiães, nunca se contentar em desenrolar os fenômenos e os enunciados segundo uma dimensão horizontal ou vertical – mas formar uma transversal, uma diagonal móvel, na qual deve se mover o arquivista-arqueólogo (p. 32).

Em um momento histórico há sincronias de tempos, e também há descontinuidades (uma superposição de tempos, acontecimentos – rupturas); a descontinuidade é um princípio do método arqueológico. Foucault procura pensar os enunciados na sua dispersão, aquém de suas classificações posteriores (classificações institucionais). Para isso, faz uso do método arqueológico, que não trabalha com essas classificações (unidades) tradicionais; quando o enunciado se encontra em sua dispersão. Trata-se de um recurso antes do discurso. O arqueólogo vai do discurso para as regras de formação; do dado para as regras que o possibilitaram.

Como se vê, Foucault caminhou em linhas paralelas aos historiadores da terceira geração dos *Annales*, sendo que desse modo seu débito em relação a eles é bem menor que em relação a Nietzsche ou aos historiadores das ciências como Georges Canguilhem – na medida em que sua preocupação na análise arqueológica é com os saberes. Contudo, a relação efetiva, segundo Burke (1991), que é possível estabelecer entre Foucault e os historiadores das mentalidades é “uma grande preocupação com tendências de longa duração e uma relativa despreocupação com pensadores individualizados” (p. 118). Porém, ainda assim os critica em sua obra *A arqueologia do saber*.

Foucault não aceitava na abordagem dos *Annales*, em relação à história intelectual, o que considerava a ênfase excessiva na continuidade. Era precisamente em sua vontade de ir até o fundo dos problemas e em discutir como as visões de mundo se modificam que

Foucault diferia mais agudamente dos historiadores das mentalidades (BURKE, 1991, p. 118).

Vale, por sua vez, destacar aqui que a Nova História não deixa a história política de lado, mas não a privilegia, abordando também outros temas como a história das ciências, a história das imagens, a história do corpo etc., e, muitas vezes, confrontando esses pontos e tomando como base, ponto de partida, a busca por novas fontes, que não apenas os documentos oficiais.

O entrelaçamento entre discurso e história

O diálogo com a Nova História faz a Análise do discurso se afastar dos textos legitimados, constituindo um arquivo que não é apenas monumentalizado, procurando, assim, olhar para as brechas, as frestas da atividade histórica. Os analistas não se preocupam mais em olhar apenas para o que já está estabilizado, mas também para os jogos do cotidiano. É, portanto, interessante perceber que ao olhar também para o que é marginal, é possível a compreensão da História enquanto memória no discurso.

Os estudos relacionados à Análise do Discurso atribuem grande importância à análise de como a História se faz materialmente presente, enquanto memória, no discurso. A inscrição da historicidade na linguagem dá-se por meio de processos discursivos que perpetuam e cristalizam a memória de uma época (SARGENTINI, 1997, p. 101).

Com isso, a formação do *corpus* em AD respeita a historicidade de sua constituição e as marcas de sua heterogeneidade. Não se “pode” dizer qualquer coisa em qualquer tempo, pois estamos rendidos a um *a priori* histórico que determina regimes de verdade e condições para o dizer. Nesse sentido, compreende-se que o enunciado apresenta uma historicidade na medida em que, de acordo com Foucault (2007), compreende um domínio associado e

uma materialidade repetível, abrindo espaço para se pensar uma memória do discurso.

Durante a ditadura militar no Brasil, por exemplo, a questão que envolvia os direitos humanos não era enunciável, a não ser pela forma de resistência; não havia espaço de discussão na sociedade, que era regida por meio de interditos e pela repressão. Com isso, alguns temas eram colocados à margem, relegados à clandestinidade do dizer. Porém, rupturas na história trazem de volta certos enunciados e colocam no centro o que estava antes à margem. A repetibilidade dos enunciados constitui sua marca na história e as diferentes produções de sentido.

As diferentes obras, os livros dispersos, toda a massa de textos que pertencem a uma mesma formação discursiva – e tantos autores que se conhecem e se ignoram, se criticam, se invalidam uns aos outros, se plagiam se reencontram sem saber e entrecruzam obstinadamente seus discursos singulares em uma trama que não dominam cujo todo não percebem e cuja amplitude medem mais – todas essas figuras e individualidades diversas não comunicam apenas pelo encadeamento lógico das proposições que eles apresentam, nem pela recorrência dos temas, nem pela pertinência de uma significação transmitida, esquecida, redescoberta; comunicam pelas formas de positividade de seus discursos. Ou, mais exatamente, essa forma de positividade (e as condições de exercício da função enunciativa) define um campo que, eventualmente, podem ser desenvolvidos identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos. Assim, a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori* histórico (FOUCAULT, 2007, p. 144).

A história, assim, compreende um emaranhado de momentos em que certas rupturas provocadas por uma mudança nas regras de formação dos enunciados provocam quebra com a linearidade até então aparente. Com isso, as práticas discursivas reclamam uma positividade.

[...] como é possível que se tenha em certos momentos e em certas ordens de saber, estas mudanças bruscas, estas precipitações de evolução, estas transformações que não correspondem à imagem tranqüila e continuista que normalmente se faz? Mas o importante em tais mudanças não é se serão rápidas ou de grande amplitude, ou melhor, esta rapidez e esta amplitude são apenas o sinal de outras coisas: uma modificação nas regras de formação dos enunciados que são aceitos como cientificamente verdadeiros. Não é portanto uma mudança de conteúdo (refutação de erros antigos, nascimento de novas verdades), nem tampouco uma alteração da forma teórica (renovação do paradigma, modificação dos conjuntos sistemáticos). O que está em questão é o que *rege* e a forma como estes se *regem* entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, susceptíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos (FOUCAULT, 1979a, p. 4, grifos do autor).

Há, então, forte relação entre discurso e história¹¹, pois as transformações, as rupturas que se estabelecem na linearidade histórica se dão, em grande medida, devido às inversões estabelecidas na ordem do discurso, na variação estabelecida nos regimes de verdade. Foucault (1979b), ao fazer uma releitura de Nietzsche, propõe uma história *genealógica*, uma história que se aproxima da *história-problema* proposta pelos historiadores dos *Annales* que problematiza os documentos. Tem-se, então, a emergência de um método genealógico “[...] que se opõe [...] ao desdobramento meta-histórico das significações ideais das indefinidas tipologias. Ela se opõe à pesquisa de origem” (p. 16).

Ao mergulhar nos documentos, ao escavar esses arquivos, esse método, que acaba por articular arqueologia e genealogia, de análise da História encontra os discursos. É por meio da análise, mais, da problematização desses discursos encontrados sob a

¹¹ O discurso é o lugar de encontro do linguista com o historiador, pois antes da constituição de uma teoria do discurso, eles trabalhavam em dois polos distintos: “o historiador recalca o significante, a materialidade da linguagem e o linguista recalca o sujeito e a história” (SARGENTINI, 2010, p. 96).

forma de arquivos que se pode apanhar os movimentos da História. A base dessa movimentação está nos enunciados, em suas relações com a história; assim, analisando o modo de formação dos enunciados, pode-se estabelecer, em determinado momento histórico, os acontecimentos discursivos e as rupturas que possibilitam a emergência de um novo regime de verdade (FOUCAULT, 1979a).

Ao problematizar o texto histórico, observa-se que os textos produzem efeitos de “verdade histórica”, porém é preciso refutar a ideia de que o texto histórico transformado em documento histórico, na concepção tradicional da História, seja a verdade irrefutável dos fatos. É necessário compreender o lugar de onde o sujeito do discurso enuncia, a posição que assume, pois, na concretude dos procedimentos discursivos, há um lugar ideológico que atravessa o sujeito discursivo, que organiza a descontinuidade e produz um efeito de completude. Segundo White, “[...] nenhum conjunto dado de acontecimentos históricos casualmente registrados pode por si só constituir uma história; o máximo que pode oferecer ao historiador são *elementos* de história” (1994, p. 100).

É nesse sentido, portanto, que Pêcheux ([1983] 2008) propõe que é no próprio discurso que se dá o encontro entre o linguístico (a linguagem, o languageiro) e a história (a memória), ao afirmar que o discurso é, ao mesmo tempo, estrutura e acontecimento. O discurso se realiza em uma determinada estrutura linguística, o nível da formulação, por meio de um determinado enunciado, produzindo efeitos de memória. Assim, é tarefa da AD buscar na formulação (intradiscurso) os enunciados (interdiscurso) que estão a ele associados, formando um domínio de memória.

Pêcheux, assim como Courtine, ao estabelecer diálogo com a Nova História e os estudos de Michel Foucault, inscreve, por meio da relação entre intradiscurso e interdiscurso, a história no interior do discurso e não mais na exterioridade linguística. Pois, é nesse mesmo sentido que Foucault (2007) afirma que os discursos

apresentam um *a priori* histórico – conjuntos das regras que definem as práticas discursivas.

Courtine, em sua tese sobre o *discurso comunista endereçado aos cristãos* apresenta as limitações do conceito de *condições de produção*, reduzido à situação de enunciação, redefinindo, assim, a ideia de Formação Discursiva, tão cara à AD, por meio de uma releitura de Foucault, que passa a ser compreendida no interior de sua heterogeneidade, capaz de abrigar enunciados divididos. Assim, propõe a ideia de memória discursiva¹², em que “os discursos fazem circular formulações anteriores, já enunciadas, produzindo um efeito de memória na atualidade de um acontecimento” (SARGENTINI, 2010, p. 98).

Compreende-se, então, que os discursos, na sua relação com as práticas, produzem uma memória, tanto de anterioridade, ao buscar outros discursos “esquecidos” no passado, quanto de ulterioridade, abrindo espaço para o surgimento de novos enunciados, que na retomada e nos deslocamentos podem surgir novos e diferentes efeitos de sentido. Desse modo, Davallon (1999) afirma que há uma diferença entre a história e a memória, pois, enquanto a primeira resiste ao tempo, a segunda, não necessariamente, sendo o ofício do historiador, e, claro, não o deixa

¹² Em um primeiro momento, Pécheux articula a noção de FD à noção de Formação Ideológica, que está relacionada às condições de produção no interior de uma realidade social marcada pela ideologia dominante. Porém, “[...] a partir de 1977, o primado da heterogeneidade coloca-se tanto como categoria conceitual quanto em relação ao *corpus*. Tomando a FD no interior desse intrincamento, ele não remete mais a lugares enunciativos pensados como um exterior ideológico e passa a ser buscada na dispersão dos lugares enunciativos” (GREGOLIN, 2007, p. 158). E já na década de 1980, Courtine insere no campo das FDs a problemática da memória, instituindo “o território da História como campo das FDs. Isso torna possível enxergar, na dispersão dos enunciados, certas regularidades nos acontecimentos discursivos, pois toda a massa de textos que pertencem a uma mesma FD inserem-se em um campo em que podem ser estabelecidas identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos, segundo regras específicas das práticas discursivas de um certo espaço e tempo” (p. 159).

de ser do analista do discurso, o da organização da memória social e é por meio da Nova História que isso não é mais visto como a verdade, mas como *efeitos de verdade*. Assim, a memória discursiva, ponto essencial para a análise de discursos, é entendida como:

[...] memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “*implícitos*” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p.52).

É, segundo Orlandi (1999, p.64), “o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras produzam sentido”; e, dessa forma, a memória discursiva aparece na AD com um papel de anular as contradições inerentes ao processo de interpretação.

A escrita da história e sua influência na composição do *corpus* de análise: últimas palavras

Por meio da compreensão das relações do discurso com a História e, assim, as articulações entre a Análise do discurso de linha francesa e a Nova História, observamos que os documentos são interpretados aos olhos do historiador – aproximando-se, assim, dos historiadores dos *Annales* que afirmavam que o historiador não deve apenas se contentar em escrever sob o ditado dos documentos, mas deve questioná-los, inseri-los em uma problemática (DOSSE, 2003a) – considerando que um fato histórico pode ser contado de pontos de vista diferentes, já que o autor do texto histórico é apenas efeito construído pelo discurso. Tendo como pressuposto que os documentos são efeitos da história, portanto discursivos, Foucault e os historiadores da Nova História propõem um movimento analítico que vai do discurso para as

regras de formação, ou seja, do dado para as regras que o possibilitam (FOUCAULT, 2007) e, desse modo, buscam-se, no documento, as condições históricas e sociais que possibilitaram a sua emergência e se materializaram nos enunciados.

O que o texto histórico produz não é mais a “verdade”, mas efeitos de verdade. White (1994, p. 100), nesse sentido, afirma que um conjunto de acontecimentos, por si só, não produz história; “os acontecimentos são *convertidos* em história pela supressão ou subordinação de alguns deles, pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas, narrativas alternativas e assim por diante [...]”.

Essa discussão, como se vê, em torno da escrita da história, da caracterização dos documentos e de sua monumentalização é importante para compreender a escolha dos textos que compõem o *corpus* de uma pesquisa. Como mostra, por fim, de Certeau (1995), na escrita da história tudo começa com o trabalho de pôr à parte, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outro modo.

Referências

AGUIRRE ROJAS, C. A. **Uma história dos Annales** (1921 – 2001). Trad. Jurandir Malerba. Maringá, PR: EdUEM, 2004.

BURKE, P. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales, 1929-1989. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. (Org.). Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. **A escrita da história**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 7-37.

COURTINE, J.J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Bacharéis em Letras pela

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009a.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 23-34.

DE CERTEAU, M. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novos problemas**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 17-48.

DELEUZE, G. **Foucault**. Trad. Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DOSSE, F. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru, SP: EdUSC, 2003a.

_____. **A história**. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EdUSC, 2003b.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: _____. **Microfísica do poder**. Trad. Lílian Holzmeister e Angela Loureiro de Souza. 21ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979a, p. 01-14.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do poder**. Trad. Marcelo Catan. 21ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979b, p. 15-37.

_____. **A ordem do discurso**. 11ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Do governo dos vivos**. Curso no Collège de France (1979-1980). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

GREGOLIN, M. R. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007, p. 155-168.

- LE GOFF, J. **A história nova**. Trad. Eduardo Brandão. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 4ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1992.
- ORLANDI, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 59-69.
- PÊCHEUX, M. Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. Trad. Faustino Machado da Silva. In: **Cadernos de tradução do Instituto de Letras**. n.4 . Núcleo de Editoração Eletrônica do Instituto de Letras – UFRGS: outubro de 1998, p.35-55.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- _____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5.ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2008.
- ROBIN, R. **História e Linguística**. Trad. Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1977.
- SARGENTINI, V. **Discurso e História: as vozes anarquistas na construção do trabalhismo brasileiro**. Tese de Doutorado em Letras. Araraquara: UNESP/FCL, 1997. 228p.
- _____. As relações entre a Análise do Discurso e a História. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR. Nádea Regina (Orgs.). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 95-102.
- WHITE, H.O texto histórico como artefato literário. In: _____. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EdUSP, 1994, p. 97-116.

O NEOPENTECOSTALISMO E A TEOLOGIA DA PROSPERIDADE (TP) NAS IGREJAS UNIVERSAIS DO REINO DE DEUS: D(ENUNCIANDO) SENTIDOS

Maria do Carmo Gomes P. Cavalcanti¹

Introdução

O Neopentecostalismo é um movimento evangélico que surgiu no Brasil no final da década de 70, ganhando força na década de 80, do século XX. Mesmo absorvendo práticas do Pentecostalismo, seus sentidos foram distintos. Ampliou-se a noção de cura, considerando-a integral no aspecto psicofísico e o milagre tomou uma nova forma, com a inserção do sujeito pístico no bem-estar intramundano, ajustando-o à realidade da sociedade de consumo. A Teologia da Prosperidade pregada por este movimento evangélico promoveu significativas mudanças estéticas, axiológicas, de conduta e no relacionamento destes religiosos com a sociedade (MARIANO, 1996, 1999).

Este artigo pretende analisar alguns efeitos de sentido na prática discursiva neopentecostal no aspecto referente ao hedonismo vinculado à Teologia da Prosperidade (TP), bem como, identificar as tomadas de posição do sujeito frente ao funcionamento discursivo que emerge no interior da Igreja, mobilizado pelas promessas de saúde integral, prosperidade e felicidade. Para isso, teremos como procedimento teórico-metodológico para subsidiar as análises do corpus discursivo, a Análise de Discurso de linha francesa (AD), proposta por Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Orlandi e outros estudiosos.

¹ Doutoranda em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Recife – PE. E-mail: carmingpc@yahoo.com.br.

De acordo com Orlandi (2013), a AD pretende apreender a produção de sentidos do objeto em estudo e, logo, inicia-se o trabalho de análise partindo do *corpus*, operando recortes, retomando-se conceitos, “pois a AD tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise”. Esse procedimento acontece ao longo do trabalho (ORLANDI, 2013, p.66-67).

De acordo com Pêcheux; Fuchs [1975] (2014), para a criação da AD, na década de 60-70, do século XX, é preciso realizar rupturas com pesquisas estruturalistas que viam a língua apenas como um sistema fechado, como visão-percepção de mundo. A língua se constitui como sítio onde ocorrem os efeitos de sentido. Segundo Gadet *et al* (2014), Pêcheux desenvolveu uma leitura atenta e pessoal de Saussure e procurou refletir sobre a oposição língua/fala no tocante ao ponto menos desenvolvido pelo mestre genebrino: a fala.

O quadro epistemológico da AD surge no entremeio de três regiões do conhecimento: Materialismo Histórico, Linguística e teoria do Discurso, atravessada por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica (PÊCHEUX; FUCHS [1975], 2014). Daí, conforme Orlandi (2013), surge a noção da AD ser considerada uma des-disciplina, já que é articulada nessas três regiões do conhecimento científico.

Ao desenvolver estudos em torno da AD aqui no Brasil, Orlandi (2013), realiza algumas modificações em torno das concepções estabelecidas por Pêcheux, retira a teoria do discurso, ampliando a noção da Linguística e acrescentando a Psicanálise como filiação teórica. Nesta perspectiva, as regiões seriam: o Materialismo Histórico, mantendo-se a concepção anterior; a Linguística, constituída pela opacidade da linguagem, com seu próprio objeto de estudo (a língua) que, por sua vez, tem sua ordem própria; e, como terceira região, a Psicanálise, com a noção de sujeito da linguagem, que se constitui na relação com o simbólico.

Ao descrever a Análise do Discurso, Orlandi (2013), enfatiza que a AD toma a linguagem como mediadora indispensável entre o homem e o mundo, assim, não considera a língua como um sistema abstrato, mas como formas de significar. Diante dessa perspectiva, vemos que o discurso é o meio pelo qual o processo de produção de sentidos se realiza, ou seja, “ele é a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2013, p.15-16). Para a AD, o sujeito é afetado pelo inconsciente e pela ideologia. A interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia ocorre pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina e essa identificação faz com que o sentido ganhe o estatuto de evidência pelo sujeito (PÊCHEUX, 2009, p.238).

Após a introdução da teoria e procedimento metodológico deste artigo, a AD, já é possível se falar a respeito do elemento axial deste estudo: a Teologia da Prosperidade vivenciada em determinada igreja.

Em relação à identidade coletiva Neopentecostal, conforme Oliveira; Pires (2005), essa realidade se caracteriza por adaptar-se ao aspecto identitário da sociedade do consumo, abolindo restrições aos usos de roupas, cosméticos, antes presentes no pentecostalismo clássico. Os autores propõem a eclesiologização da sociedade, tendo como meta a cura da nação, inserindo-se no âmbito político. Afirmam que a saúde só se realiza no ato de consumo (suplementos alimentares, academia) e que a ausência de doença é garantia da presença de Deus (OLIVEIRA; PIRES, 2005).

Já acerca da espiritualidade Neopentecostal, esse movimento acredita que a manutenção da saúde só se concretizará no momento da posse/entrega espiritual ao transcendente, eliminando-se qualquer forma de sofrimento. Caso não alcance a bênção almejada, é porque faltou fé (MARIANO, 1999).

Com o surgimento da TP, ainda na década de 40, que se configurou como movimento doutrinário na década de 70, século XX, encontrou amparo para se difundir em alguns grupos

evangélicos, acentuando a adaptação à sociedade do consumo numa perspectiva utilitarista, quase mercadológica, onde o alcance das bênçãos está atrelado ao valor pago nas ofertas e dízimos. Tendo como líder Kenneth Hagin, o movimento de confissão positiva, ideologia imanente à TP, também se cristaliza como elemento determinante para o alcance de bênçãos. Aquela se caracteriza pelo imperativo de exigir as bênçãos de Deus, mas tendo a certeza que elas serão alcançadas mesmo que não perceptíveis ainda no plano material (MARIANO, 1996, 1999).

As promessas proferidas pelos pastores consistem em saúde perfeita, felicidade, prosperidade material, vitória sobre o sofrimento, triunfo sobre o Satã. No entanto, para a consecução de tais bênçãos é necessário, além da fé, o atendimento ao princípio da reciprocidade, cujo clichê é: *é dando que se recebe*. A conquista da bênção está condicionada à doação de dízimos e ofertas (MARIANO, 1999).

Em seus discursos, os pastores, tentando a adesão dos fiéis, afirmam que existe a lei de dar e receber e o dízimo é uma criação de Deus. Quem não dá, desobedece a lei divina e essa desobediência representa o pecado. Na TP, as duas principais formas do fiel mostrar sua fé são pagando dízimos e realizando ofertas (MARIANO, 1999). Existe também o discurso por parte de alguns pastores da TP que afirmam que se a oferta do fiel é inconstante, igualmente serão determinadas as graças alcançadas. A pobreza significa falta de fé, pois Deus é um pai rico e amoroso e quer ver seus filhos prósperos, ricos e sadios. No discurso neopentecostal, quem não oferta sofre ameaças de ser amaldiçoado e é considerado oponente a Deus, por não conceder apoio financeiro à obra evangelística.

De acordo com Citelli (2004), no discurso religioso, o eu enunciador não tem como ser interpelado, já que é uma realidade imaterial e, ao mesmo tempo, considerado a determinação de tudo. Existe, neste discurso, a ilusão de reversibilidade designado por Orlandi (2011). Como não se tem a possibilidade de estabelecer um processo de interlocução entre Deus e os fiéis, existe a ilusão de

estarem interagindo com Ele através de seus representantes como aqueles que falam a voz de Deus.

O que ocorre no discurso religioso é a onipotência do silêncio divino, onde Deus é o lugar desta onipotência, e o homem precisa desse silêncio para colocar sua fala, “o homem faz falar a voz de Deus” (ORLANDI, 2007, p.28). No presente estudo, o pastor coloca sua fala como se fosse o porta voz de Deus, tentando direcionar um único sentido. Ao atentarmos para alguns exemplos de discursos neopentecostais, em determinadas instituições religiosas, é notável a presença exacerbada de verbos no imperativo e uma forte tendência em promover a função emotiva, para que os fiéis sintam-se imensamente comovidos, constrangidos, e, logo sejam convencidos para as ofertas e também possam superar o sofrimento. [...] “A sua prosperidade depende de você” (R.R. SOARES *apud* MARIANO, 1999, p. 159).

[...] Deus deseja ser nosso sócio (...) as bases da nossa sociedade com Deus são as seguintes: O que nos pertence (nossa vida, nossa força, nosso dinheiro) passa a pertencer a Deus; e o que é d’Ele (as bênçãos, a paz, a felicidade, a alegria, e tudo de bom) passa a nos pertencer (MACEDO, 1990: 25, 85, 86 *apud* MARIANO, 1999, p. 161).

“É necessário dar o que não se pode dar. O dinheiro que se guarda na poupança para um sonho futuro, esse dinheiro é que tem importância, porque o que é dado por não fazer falta não tem valor para o fiel e muito menos para Deus” (EDIR MACEDO *apud* MARIANO, 1999, p. 170).

[...] “Só conseguiremos aquilo que falarmos” (CURSO de lição IX as palavras *apud* MARIANO, 1999, p. 154).

“Você não vai repetir o curso negativo”. “Você está aqui para mudar a história de sua família” (OLIVEIRA; PIRES, 2005, p. 97).

De acordo com Mariano (1999), os pregadores neopentecostais manifestam com naturalidade seu interesse financeiro e muitas

igrejas não apresentam relatório financeiro aos fiéis, prestando contas do arrecadado e do aplicado.

O que leva estes fiéis a terem tanta certeza no recebimento das bênçãos? Partindo do princípio custo/benefício, muitas vezes, entregam tudo o que possuem. E quando pagam dízimos e ofertas e não alcançam as bênçãos proferidas, por que não se sentem explorados em sua grande maioria?

Como afirma Pêcheux (2009), existe uma relação de desdobramento no discurso entre o 'sujeito da enunciação' ou 'locutor' e o sujeito universal ao qual o sujeito realiza seu assujeitamento. Esse desdobramento pode assumir distintas modalidades de tomada de posição do sujeito. Na primeira modalidade, o sujeito realiza seu assujeitamento ao Sujeito universal sem questionamentos, o que caracteriza o discurso do 'bom sujeito'. Na segunda modalidade, o sujeito da enunciação questiona, contesta, põe em dúvida o que o Sujeito universal apresenta. O sujeito da enunciação contraidentifica-se com a Formação Discursiva (FD) que lhe é imposta. Na terceira modalidade, existe uma transformação-deslocamento da forma-sujeito, que consiste na dominação do sujeito por uma FD. O sujeito desidentifica-se de uma FD e passa a se identificar a uma outra FD. Isto acontece porque as fronteiras das FDs são porosas, permitindo a migração de sentidos, saberes (INDURSKY, 2011).

Partindo da premissa que o fundamento do discurso religioso é o pecado e o perdão e a salvação é o que buscam os fiéis, tendo também como objetivo o alcance de graças, os fiéis tomam a palavra do pastor como verdade a ser seguida.

Neopentecostalismo, teologia da prosperidade (TP) e engodo envolvendo líder da IURD

Algumas vertentes cristãs ganham cada vez mais espaço no cenário nacional inserindo-se em padrões hedonistas e de espetacularização do sagrado. O neopentecostalismo é classificado

por Mariano (1996, 1999) como a terceira onda do movimento pentecostal. A primeira, chamada de pentecostalismo clássico, compreende o período de 1910 a 1950, com a implantação no país da Congregação Cristã (1910 em São Paulo) e a Assembleia de Deus (1911, no Pará). Estas igrejas caracterizam-se pela ênfase no dom das línguas, anticatolicismo, sectarismo e ascetismo de recusa ao mundo. A segunda onda, denominada Pentecostal neoclássica, teve seu limiar nos idos 50 e na década de 60, do século passado, mas esse movimento se fragmentou. Dentre algumas igrejas fundadas estão: Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção. Este movimento caracteriza-se pela ênfase na cura divina, evangelismo itinerante, uso acentuado do rádio. A terceira onda, chamada neopentecostal, promoveu certa ruptura com a doutrina pentecostal. Dentre as igrejas desse movimento, destacam-se: Sara Nossa Terra, Renascer em Cristo, Internacional do Reino de Deus e Universal do Reino de Deus, sendo a última o foco deste trabalho.

De acordo com Mariano (1996, 1999) todas as igrejas neopentecostais apresentam uma grande inclinação para participação no âmbito político partidário, acomodação aos valores do mundo, utilizam bastante o meio midiático e pregam a TP como sustentáculo do alcance de bênçãos. A máxima proferida é o adágio franciscano subvertido “é dando que se recebe”. A TP surge como resolução dos problemas para os mais pobres e como legitimação dos modos de vida das classes privilegiadas. Enfatiza o bem estar neste mundo e acredita que ao cristão está destinada saúde perfeita, vitória sobre todo sofrimento, prosperidade material e se muitos não alcançam as bênçãos que Deus colocou a disposição a culpa é do próprio fiel, por sua falta de fé, inabilidade em reivindicar. Proferem também que se deve empreender uma guerra espiritual contra satã e seus representantes na terra, sendo esses identificados como outras religiões, sobretudo cultos afro-brasileiros (MARIANO, 1996). No entanto, percebemos uma contradição nessa guerra espiritual, na medida em que existe uma relação entre o discurso neopentecostal da Igreja Universal do

Reino de Deus (IURD) com religiões afro-brasileiras. Conforme Ribeiro (2005), duas das reuniões que acontecem na IURD são o ritual de libertação e cura que se configuram na forma de exorcismo, tanto na sessão de descarrego, quanto na corrente de libertação, que acontece duas vezes na semana.

A grande adesão dos fiéis à IURD não se esvaneceu diante do acontecimento nos idos de 1990. Além de grandes embates contra o Candomblé, a Igreja Católica, o Kardecismo, a mídia, em especial, a Rede Globo, a guerra espiritual contra o diabo como constitutivas da própria identidade da IURD, surgiu uma série de escândalos e acusações.

O interesse da imprensa pela IURD ocorreu com a compra da Record em 1990. O que se questionava era como uma Igreja nascida há apenas, na época, 12 anos, de uma ex-funerária do subúrbio carioca, conseguiu levantar recursos para adquirir uma rede de TV por 45 milhões de dólares no final de 1989?

O Bispo Macedo foi acusado de curandeirismo, charlatanismo e estelionato e foi detido em 24/05/1992. Mesmo sem possuir curso superior em Teologia, como afirmava ter, permaneceu em cela especial nos doze dias transcorridos até obter o habeas-corpus. Três dias antes de ser preso, o Bispo foi indiciado por ser acusado de utilizar a Universal como instituição financeira clandestina. Além de processos na justiça, respondia a inquéritos policiais. Esta breve prisão, em 1992, resultou de um inquérito aberto em 1989, na Delegacia de crimes contra a fé pública, por cinco ex-fiéis que denunciaram na justiça terem sido enganados por terem doado dinheiro e bens à igreja em troca de graças que não aconteceram (MARIANO, 1999). Em meio a muitos escândalos, a IURD apresentou um emblema de perseguição religiosa como forma de proteção e resistência ao que d(enunciavam) como ataque.

Após 24 anos, se produziu um efeito de apagamento de tudo que foi mostrado nos meios de comunicação e mídia virtual. No entanto, como a memória discursiva é um efeito de um já dito, é uma retomada, como fala Orlandi (2007, 2013), este trabalho

procura resgatar alguns momentos polêmicos do discurso e prática vivenciados na IURD liderada pelo Bispo Macedo.

Formação discursiva, (FD), formação imaginária (FIM), formação ideológica (FI) e a primazia do interdiscurso sobre os fiéis na prática neopentecostal

A priori, é importante conceituar o que é Formação Discursiva (FD) e interdiscurso. O primeiro conceito é considerado matriz de sentidos e elemento regulador do que ao sujeito é permitido ou não dizer. É aquilo que, numa formação ideológica dada, a partir de uma posição dada, numa dada conjuntura, determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 2009). A formação ideológica é um conjunto de atitudes e representações que não são individuais, nem universais, mas se relacionam de certa forma a posições de classe em conflito (PÊCHEUX; FUCHS, {1975}, 2014)

Já em relação ao interdiscurso, este é o conjunto das formações discursivas e trabalha com o já-dito, em outro lugar e está na base do dizível (ORLANDI, 2013). De acordo com Pêcheux (2009), o interdiscurso é o “todo complexo com dominante” das formações discursivas. Os sujeitos que estão inseridos em uma FD conferem inconscientemente ao interdiscurso uma primazia sobre o seu discurso.

Caminhando para o movimento religioso neopentecostal serão tecidas algumas considerações sobre o plano espiritual e o temporal. De acordo com Baungarther *et al*, (2012) os conceitos de céu e inferno ficam registrados no inconsciente e o interdiscurso vai então dialogar com o discurso do sujeito. Este reproduz o discurso de uma das grandes formações ideológicas e onde está inserida a igreja.

Deus está situado num lugar de infalível eterno, infinito, todo poderoso e o povo fiel está num lugar de mortal, falível, finito, com poder relativo. Portanto, existe um desnivelamento entre Deus e o fiel. O locutor está no plano espiritual (Deus, Sujeito) e o ouvinte,

no plano temporal (os sujeitos, homem). Destas instâncias de mundo totalmente distintas, onde a primeira domina a segunda, resulta a assimetria e a não reversibilidade, o que confere um maior autoritarismo ao discurso religioso (ORLANDI, 2011).

Ao fiel, apresentam-se dois caminhos:

Ou segue as doutrinas empregadas pelos intermediadores de Deus em troca de uma “salvação”, ou adota um regime de vida desvinculado das ideologias divinas pregadas pelos representantes devidamente autorizados, cometendo, dessa forma, “pecados”, tendo como sanção o castigo. [...] (TORRESAN, 2007, p. 97).

Depreende-se que os fiéis que seguem as doutrinas que os porta-vozes de Deus pregam terão a salvação e irão para céu e os que destas se afastam serão castigados, irão para o inferno. Percebe-se a forte presença de uma formação discursiva referente aos conceitos dos dois espaços nocionais (céu e inferno) que atraem os fiéis para o discurso da salvação que consiste em ter fé e obedecer ao pagamento de dízimos e ofertas, no caso das Igrejas Universais do Reino de Deus.

De acordo com Orlandi (2011), os discursos se classificam em lúdico, polêmico e autoritário. No lúdico, a relação entre o locutor e o interlocutor é dinâmica, onde há troca de papéis, sendo bastante polissêmico, é o que acontece numa conversa entre amigos. Já no discurso polêmico, a relação entre os interlocutores emerge uma menor interação e polissemia, pois existe a disputa tensa pelo referente.

Em relação ao discurso autoritário, onde se insere o discurso religioso, existe uma contenção da polissemia, uma completa restrição na relação dialógica entre os interlocutores, tendo no seu bojo, a ilusão de reversibilidade. O representante de Deus no discurso religioso está no lugar de, mas não se confunde com Deus. Em outros discursos, existe a retórica de apropriação que não acontece no discurso religioso. Por exemplo, o antes-aluno, após a posse do diploma passará para o lugar de professor, o mesmo

acontecendo com o político, o juiz, dentre outros. Através dessa apropriação, eles acabam se mesclando com o próprio saber, com a justiça. No caso do discurso religioso, o Pastor, por exemplo, representa Deus, mas não se confunde com Ele. [...] “Essa, do meu ponto de vista, é expressão fundamental da não-reversibilidade. E daí deriva a “ilusão” como condição necessária desse tipo de discurso: o como se fosse sem nunca ser.” (ORLANDI, 2011, p. 253).

Se no processo de mistificação em que se insere o discurso religioso existem os elementos imagéticos, como o Diabo – que representa o pecado, e que intimida, existe também o céu, símbolo de salvação e se constitui um atrativo para os fiéis, não se desvencilham dos dogmas e doutrinas pregadas. Partindo desse pressuposto, os fiéis, em busca de bênçãos e salvação, conferem ao discurso do Pastor uma potestade singular como se ele fosse o pantocrator presente no Templo. O investimento financeiro realizado em relação a dízimos e ofertas não se descortina como risco e, sim, como investimento seguro, já que muitos doam tudo o que têm, inclusive a própria casa, na esperança de ter um retorno centuplicado.

Parafrazeando Setzer (1987, p.92) diríamos que o culto do pastor, como qualquer discurso, é uma forma específica de apropriação da linguagem, na qual o sujeito do enunciado tem a ilusão de estar na origem do dizer, mas é interpelado pela ideologia. O pastor é o intermediário entre Deus e o povo. Parafrazeando Dias (1987, p. 49) Ao pastor cabe a função de interpretar a voz de Deus, pois, para isso é ungido. Aos fiéis, cabe escutar a Deus que fala através do padre.

Análises de segmentos discursivos a partir de duas entrevistas

A seguir, para melhor compreensão da AD como dispositivo teórico-metodológico bem como alguns de seus conceitos, apresentam-se duas sequências discursivas, extraídas de dois vídeos que circulam no youtube e correspondem a uma entrevista

e uma declaração. No primeiro, o Bispo Edir Macedo justifica a um jornalista o porquê da importância de dízimos e ofertas e o que está no cerne da TP.

Em relação à segunda sequência, o Bispo Edir Macedo mostra como ter a adesão dos fiéis no tocante à entrega de dízimos e ofertas. Salientamos que a condições de produção que separa os dois vídeos é de aproximadamente 25 anos. No vídeo mais antigo temos o momento quase inaugural da ascensão da IURD no Brasil, que abarcava preponderantemente fiéis de baixo poder aquisitivo. No vídeo mais recente a IURD já se disseminou por todo Brasil arregimentando fiéis de todas as classes sociais.



Figura 1. Vídeo 1: Entrevista do Bispo Edir Macedo em que aborda a TP.

Fonte: (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LViRUp8U0Xc>> Acesso em 29 de nov de 2016.

Sequência discursiva I

Jornalista (Fernando Cabrini): – [...] E a acusação de curandeirismo?

- Edir Macedo (Bispo e Presidente da IURD): – **Eu não curo ninguém, eu apenas anuncio aquilo que Jesus anunciava, falo o que Jesus falava. Se o milagre acontece, não é culpa minha, isso se**

deve à fé das pessoas que acreditavam na palavra de Deus e não na minha palavra.

- Jornalista (Fernando Cabrini): – [...] Como que o senhor responde a acusação de o senhor priorizar as ofertas [...]?
- Bispo (Edir Macedo): –[...] **Nós pregamos a Teologia da Prosperidade (TP), por quê? Porque só os estúpidos pensam em teologia da miséria. Eu pergunto aos seus telespectadores, você gosta de miséria? Você queria viver na miséria? Você gosta de viver na miséria? Você teria prazer em ver seu filho com fome, sendo você uma pessoa de posses? Essa é a pergunta que eu faço aos pais. Como nós temos um Deus tão grande, criador dos céus e da terra vamos admitir que haja um consenso, uma combinação dessa grandeza, dessa magnitude com a miséria?** (Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=LViRU8U0Xc> Acesso em 29 de nov de 2016).

O Pastor se inscreve numa formação discursiva religiosa, que subverte o sentido da pobreza, negando sua presença no plano divino. Neste discurso evangélico que promete, dentre as bênçãos, a prosperidade material, ele o discursiviza como se fosse o próprio Deus falando. Na “onipotência do silêncio divino”, segundo palavras de Orlandi (2007), ao se referir ao discurso religioso católico, estendemos este discurso ao do pastor, que coloca sua fala específica nesse silêncio.

O sujeito bispo possui vários poderes performativos, como atesta Ribeiro (2005). Ele é, concomitantemente, árbitro de interlocuções, controlador do corpo dos fiéis e guiado todo o tempo por Deus.

O discurso evangélico é autoritário, no aspecto em que busca direcionar um único sentido como o que deve ser seguido. A ideologia é que produz efeitos de evidência. Para os fiéis identificados á FD das Igrejas IURD, o discurso da FD da IURD produz um efeito de verdade a ser seguida, já que o pastor é, pelos fiéis, considerado porta voz de Deus na terra. O engajamento nesta fé de que fala o Bispo Macedo, o engajamento no efeito de verdade

da afirmação do Bispo é que possibilita fazer parte da comunidade de fiéis da Igreja Universal.

A fé está nas pessoas que crêem no mistério de uma revelação divina e essa revelação não prescinde de palavras-atos e é isto que ocorre no discurso de Macedo: palavras que são o culto, como se fosse a voz de Deus intermediada pelo Bispo e atos que seriam a arrecadação de dízimos e ofertas. Há uma primazia da FD do discurso da entrega de dízimos e ofertas. A forma-sujeito fiéis realiza seu assujeitamento sob a forma do livremente consentido, como fala Pêcheux (2009), e fiéis ainda identificados a essa FD da Igreja Universal de entrega de dízimos e ofertas sofrem cegamente a determinação do interdiscurso da Igreja.

Com relação ao segmento discursivo do representante da FD das IURDS, "*nós pregamos a Teologia da Prosperidade*", associando o *nós* ao que Indursky (2013) referencia no discurso político, o *nós* pode se referir ao representante da FD da IURD e, também, à inclusão da coletividade dos fiéis da Universal. O *nós* constrói um referencial discursivo difuso, que permite a instauração da indeterminação e da ambiguidade pelo fato de uma mesma forma ter diferentes referentes (INDURSKY, 2013, p. 92).

Quando a FD das IURDS fala em pai e filho, o sentido desliza parafrasticamente para o pai como sendo Deus (e o Bispo) e o filho, os fiéis, produzindo como a não pessoa discursiva *nós*, o efeito de familiaridade, bem comum.

O discurso da FD das Igrejas IURD, como todo discurso religioso, possui a propriedade de não reversibilidade dado a natureza assimétrica entre os planos espiritual e temporal. Existe a ilusão de reversibilidade, já que não se pode falar com Deus, mas sua voz é plasmada no discurso de seus representantes, neste caso, o Pastor.

O sujeito interpelado por essa ideologia religiosa constitui a sua forma-sujeito situada historicamente, garantindo seu processo de individuação e pertencimento a determinado grupo religioso, aderindo a todos os seus preceitos e dogmas. Isto justifica adesão, a

oferta de dízimos e ofertas, em sentido *lato* como um investimento sem riscos.



Figura 2. Vídeo 2: Edir Macedo ensinando a ter adesão dos fiéis
Fonte: (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9r2OmEPmUA8> Acesso em 29 de nov. 2016.)

Sequência discursiva II

[...]Pastor (Edir Macedo) – [...] É isso mesmo é tudo ou nada, e põe tudo lá (fiéis), então ele vai ser abençoado

Pastor (Edir Macedo) – **não pode ter vergonha timidez, peça, peça e quem quiser dá dá, quem não quiser dá não dá e se tiver alguém que não quer tem um montão que vai dá. O povo quer vê seu pastor com coragem, pastor brigando com o demônio[...]**

(Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9r2OmEPmUA8> Acesso em 29 de nov. 2016.)

Percebe-se, dentre os efeitos de sentido na primeira sequência discursiva, uma heterogeneidade mostrada, a ironia e o efeito placebo da oferta atrelada ao alcance de bênçãos. De acordo com Authier-Revuz (2004), essa heterogeneidade se caracteriza pela presença detectável do outro no discurso. Percebe-se também uma heterogeneidade discursiva que de acordo com Orlandi (2012) são

diferentes posições do sujeito no texto que se referem a distintas FDs. O Bispo fala da posição de homem, líder de Igreja, empresário e é atravessado por um interdiscurso supostamente bíblico e empreendedor. Primeiro se analisará o efeito placebo que está silenciado, mas clama por sentidos. Placebo é conceituado como tratamento inócuo. Efeito placebo em medicina se refere a uma medicação farmacologicamente inativa (AMARAL; SABBATINI, 2013), mas pelo fato do paciente estar tomando, pensando que a medicação terá um efeito positivo, esse efeito pode acontecer. Por exemplo, citando um artigo de uma revista chamada *New Scientist* Teixeira (2008) diz que o efeito do diazepam no pós-operatório só ocorre se o operado tomar conhecimento de que está tomando diazepam. Ao trocar o nome do Bispo, o sentido desliza metaforicamente para placebo, que produz o efeito da palavra de Macedo operar como solução para todos os males dos fiéis. A FD da IURD silencia outros discursos de outras igrejas evangélicas e garante que apenas alguns sentidos circulem. Parafraseando Orlandi (2011), enquanto sujeito legítimo ele se pronuncia de um lugar sério, atuando o seu discurso uma função silenciadora de outros discursos e de injunção a dizer, na medida que, os fiéis devem reproduzir o que o pastor profere e assim se mantém identificados a FD das Igrejas IURD que é a da entrega de dízimos e ofertas.

A forma-sujeito “fiéis” absorve o interdiscurso religioso presente no seu intradiscurso, aparecendo este interdiscurso como já dito pelo intradiscurso. A posição sujeito ocupada pelo representante da FD da IURD confere legitimidade ao seu discurso, e, apesar dos sentidos serem moventes e deslizarem de uma FD a outra, existe um efeito de censura no segundo vídeo em relação ao discurso do Bispo Edir Macedo e de outros pastores que trabalham no mesmo viés da TP.

Ao dizer *ou dá ou desce*, além da heterogeneidade mostrada e discursiva, o Pastor acessa um adágio popular, que desliza parafrasticamente para tudo ou nada, ou dá dinheiro ou sai da Igreja, ou dá dinheiro ou não se alcança a graça esperada.

Observam-se no discurso da IURD gestos de silenciamento, no tocante à legitimidade de outras Igrejas. Este silenciamento é a retórica da denegação. A denegação, como afirma Mesquita e Rosa (2010, p. 136), é um mecanismo de defesa em que há recusa do sujeito em reconhecer um determinado pensamento ou desejo como seu, mesmo que esse desejo ou pensamento tenha sido conscientemente expresso em um momento anterior. Nesta situação, é a negação do negativo, ou seja, a pobreza. Mesmo que a Bíblia traga em sua textualidade a não afirmação da riqueza material de Deus, o discurso da IURD nega a presença da pobreza.

Em seu discurso está o enlevo que se refere à identificação com objetivos divinos, e nessa fala, o propósito divino é ser rico. Como todo discurso religioso, este é autoritário, tendente à monossemia, dado que não existe um tipo único de discurso e sim um amálgama, com a dominância de um. É autoritário visto que a reversibilidade, interlocução, tende a zero, pois só o pastor fala na igreja, ou seja, "a voz de Deus fala" e deve ser obedecida. O milagre é a certeza da ilusão de reversibilidade, e na fala do religioso está silenciado o que é necessário para se conseguir este milagre além da fé, é a oferta de dízimos em que seu valor está atrelado à quantidade de bênçãos que deseja receber.

O que percebemos em comum nos vídeos apresentados, considerando as condições de produção distintas que os separam, é a consecução da adesão dos fiéis a partir da fé e da sociedade com Deus. Sociedade no tocante ao aspecto financeiro. Lançando mão de uma semântica do mercado, em que ter sucesso, dinheiro é a tônica do discurso da TP, a FD da IURD, subverte o discurso da Bíblia para encontrar legitimidade na abundância de "dar e receber". Do vídeo mais antigo ao mais recente existiu um crescimento expressivo no número de fiéis, fazendo a IURD manter a popularidade, frente a alguns escândalos.

Considerações finais

É importante levar em consideração que o Brasil tem suas bases religiosas imbuídas de um grande sincretismo, o que favorece o acolhimento de novas tendências cristãs. O que se percebe no discurso religioso é seu efeito de completude, tentando harmonizar diferentes vozes em busca de uma unidade, que nunca acontecerá, já que a linguagem se constitui pela falta, por equívocos, o que dá margem a deslizamentos de sentidos. Através da memória discursiva, os dizeres se atualizam no momento da enunciação e há uma retomada do já dito, onde fala uma voz sem nome, de forma que o discurso do próprio sujeito sempre será secundarizado em virtude do espaço e relações discursivas em que o sujeito se encontra.

Considerando que para se compreender um discurso é necessário se situar no momento histórico social onde o sentido e o sujeito são constituídos pela ideologia, enquanto os sentidos moventes não deslizarem para outra formação discursiva, os fiéis que aderem ao neopentecostalismo e especificamente à TP, poderão se contraidentificar a este movimento, questionando, se afastando de alguns saberes ou posteriormente se desidentificar, inscrevendo-se em outra FD.

Referências

- CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. 16. ed. São Paulo, Ática, 2004.
- DIAS, R. De Deus ao seu povo. In: ORLANDI, E. P.(org). **Palavra, fé, poder**. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F; MITTMANN, S; FERREIRA, M. C. L. **Memória e história na/da Análise do Discurso** (orgs). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

- _____. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- MACEDO, E. **Edir Macedo está com medo de morrer**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=16HFzkkmZZI>>. Acesso em: 23 mar. 2016.
- MACEDO, E. **Entrevista do bispo Edir Macedo ao jornalista Paulo Henrique Amorim sobre a TP**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7EG8jY9sb3E>>. Acesso em: 23 mar. 2016.
- MARIANO, R. **Neopentecostais. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. **Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade (TP)**. *Novos Estudos*. CEBRAP, n. 44. Março, 1996, p.24-44. Disponível em: <http://novosestudios.org.br/v1/filles/uploads/contents/78/20080626_os_neopentecostais.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.
- MESQUITA, D. P. C.; ROSA, I. F. **As heterogeneidades enunciativas como aporte teórico metodológico para a Análise do Discurso de linha francesa**. Disponível em: <www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-10.pdf>. Acesso em: 2 dez 2016.
- OLIVEIRA, C. I; PIRES, A. C. A cura integral (psicofísica) no neopentecostalismo brasileiro. **Uma acomodação ao discurso sobre saúde e doença na sociedade pós-moderna de consumo**. v. 19, nº 29, dez, 2005.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2013.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento**. As formas do discurso. 6 ed. São Paulo: Pontes 2011.
- _____. **As formas de silêncio**. No movimento dos sentidos. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2007.
- _____. **Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito**. In: *Discurso e leitura*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. 4 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2009.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas (1975) In: GADET, F.; HAK, T.

Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

RIBEIRO, J. O **simulacro da alteridade:** uma análise discursiva do ritual do exorcismo da Igreja Universal do Reino de Deus. Debates do NER, nº7, ano 6, Porto Alegre, 2005, p.11-78. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/viewfile/2742/1416>. Acesso em: 30 nov. 2016.

STZER, R. Os homens estão criando um mundo que Deus não quer: contradição e conflito no discurso religioso. In: ORLANDI, E. P. (org). **Palavra, fé, poder.** Campinas, SP: Pontes, 1987.

TORRESAN, J. L. **A manipulação no discurso religioso.** São Paulo: set 2007, p.95-105. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/dialogia/dialogia_v6/dialogia_>. Acesso em: 30 nov 2016.

PENSAR A HISTÓRIA E O DISCURSO NA LEITURA DO ARQUIVO DE IMAGENS: AS PALAVRAS E AS COISAS OU A IMAGEM DAS COISAS?

Jocenílson Ribeiro¹

Considerações iniciais

A primeira metade do século XX foi marcada, no plano das ciências humanas, mais precisamente no campo da filosofia da linguagem, pelo grande debate que ficou conhecido como *the linguistic turn* ou virada linguística. Este acontecimento epistemológico ganhou destaque na comunidade científica a partir dos trabalhos de filósofos, historiadores e linguistas como Jacques Derrida, Julia Kristeva, Roland Barthes, Michel Pêcheux, Michel Foucault, entre outros pensadores do chamado pós-estruturalismo, que vão questionar e problematizar, cada um à sua maneira, a ideia equivocada de ‘transparência da linguagem’ ou de linguagem como meio transparente do pensamento – um dos objetos da filosofia da linguagem defendida por J. G. Hamann e W. von Humboldt (CLARK, 2004). Sabe-se que a relação *linguagem e pensamento*, por um lado, e o problema da *lógica da linguagem*, por outro, estiveram no cerne de uma problemática filosófica que levou Ludwig Wittgenstein a ser considerado como um dos idealizadores da virada linguística. Esta história da filosofia da linguagem e a própria história da linguística saussuriana muito se desenvolveram e contribuíram para o que sabemos sobre a língua e o papel da linguagem na constituição e expressão de nossas subjetividades hoje. E ainda: o desenvolvimento de uma semiologia (e da Semiótica) francesa, orientada em seu início por uma abordagem

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: jocenilson.santos@unila.edu.br.

estruturalista, permitiu-se estudar uma diversidade de linguagem, predominantemente visual, mas com o “binóculo” com o qual se analisava a língua.

Tendo em mente esses três terrenos, podemos visualizar o campo fértil das Ciências da linguagem hoje, havendo como um de seus objetos *a história da apropriação cultural da imagem nas diferentes sociedades e distintos momentos históricos (longa, média e curta duração)*. Mas é possível pensar em uma “Ciência da imagem”, tal como vêm pensando alguns antropólogos, filósofos e historiadores da arte como Hans Belting, Horst Bredekamp, Emmanuel Alloá, Georges Didi-Huberman a propósito dos usos históricos e antropológicos da imagem e sua relação com o poder?² Esta inquietação surge dos trabalhos destes pesquisadores ao lembrarem-nos de que estamos vivendo a era de uma “virada icônica” como sugere Alloá (2010). Esta virada, de certo modo, ecoa-nos como um suspiro tardio do *linguistic turn*, quando a “multiplicação proliferante das imagens em nosso mundo contemporâneo parece [...] inversamente proporcional à nossa faculdade de dizer com exatidão a que elas correspondem³.” (ALLOA, 2010, p.7).

Diante desta reflexão nada resolvida, é bom dizer, o nosso propósito neste capítulo não é responder a estas questões, nem refutar a possibilidade de suas respostas, assegurando que os estudos semióticos, por exemplo, têm sido ‘suficientes’ para se compreender estética e discursivamente o funcionamento das imagens e, por isso, não faria sentido uma suposta ciência da

² Emmanuel Alloa vem reunindo uma série de trabalhos de vários autores que têm refletido, desde a década de 1980 e 1990, sobre o papel da imagem, os discursos, a história e suas representações em nossa sociedade. Muito destes autores se inscrevem no campo dos estudos de antropologia visual, da semiologia da imagem, história da arte, *visual studies* etc. O avanço destas pesquisas pode ser acompanhado a partir do conjunto de ensaios, artigos e capítulos organizados em três tomos cujo título é “Penser l’image”. Cf. ALLOA, E. (éd.). *Penser l’image*. Paris, France: lês presses duréel, 2010.

³“*La multiplication proliférante des images dans notre monde contemporain semble – c’est làson paradoxe – inversamente proportionnelle à notre faculté de dire avec exactitude à quoi elles correspondent.*” (ALLOA, 2010, p.7)

imagem. O propósito deste capítulo é trazer as noções de *história* e *arquivo*, tal como se as leem nos escritos de Michel Foucault e, de *discurso*, cunhado por M. Pêcheux, para se pensar a apropriação da imagem como objeto pedagógico que, nas últimas quatro décadas, têm-se multiplicado de modo proliferante nas práticas de ensino no Brasil, particularmente no ensino de línguas (SANTOS, 2015). Em muitas destas práticas, a imagem não tem sido objeto de estudo ainda que seja uma materialidade fértil de apropriação e circulação de discursos nos espaços de interação, de construção de conhecimento, de sociabilidade, de militância e debates políticos, de comunicação e cultura e em nossas “trocas simbólicas” (BOURDIEU, 1974). Vale ainda afirmar que as reflexões que seguem aqui devem ser apreendidas como um convite a estudar um fenômeno importante como aquele brevemente apresentado acima, afinal este é um terreno fértil para quem se interessar antes de tudo às questões: o que é uma imagem? Por que elas insistem em nos atrair o olhar em um contexto em que estão em toda parte?

Análise do discurso: pensar o discurso e sua relação com o político e o ideológico

O enfoque teórico-metodológico deste campo de conhecimento desenvolveu-se primordialmente na França entre fins de 1950 e decorrer de 1960, período em que aquele país enfrentava uma efervescência na esfera política, acadêmica e epistemológica. Conheciam-se, pois, os problemas políticos e sociais oriundos de diferentes conjunturas (MALDIDIER, 1990): i) uma crise motivada pela Guerra Franco-Argelina (1954-1962)⁴; ii) as Lutas Estudantis de

⁴Denise Maldidier (1971) fez um estudo muito cuidadoso sobre o tema Guerra da Argélia e suas implicações em torno do discurso político, procurando entender “a existência de correlações entre comportamentos não verbais e comportamentos verbais, mais precisamente entre comportamentos sociopolíticos e comportamentos linguísticos” (MALDIDIER, 2010, p.143). A linguista vai abordar esta questão no artigo *Le discours politique de la guerre d’Algérie: approche synchronique et diachronique*, publicado em 1971, fruto de sua

Maio de 1968 que puseram em questão o papel das instituições frente aos problemas sociais franceses; iii) uma crise oriunda das contradições da ideologia comunista, na esfera política; mas também iv) as releituras e as críticas ao estruturalismo científico, na esfera acadêmica, que pouco respondia às contradições da sociedade. Porém, vale também destacar um outro fenômeno histórico na América Latina marcado pelo acirramento das ditaduras, a partir da década de 1960, deslegitimando a recém-instituída noção política de “democracia” e “sufrágio universal” para a escolha das representações políticas.

A Análise do discurso é uma disciplina fundada por Michel Pêcheux e Jean Dubois - pelo menos ao que se define por “*école française d’Analyse de discours*” – cujo nascedouro teve um viés político, mas também epistemológico, quando seus pensadores, conforme destaca Denise Maldidier, mantinham próximos a militância, a luta política e o trabalho epistemológico. Em seu trabalho *L’Analyse automatique du discours* (1969), M. Pêcheux pretende uma metodologia através da qual fosse possível se fazer uma análise automática e computadorizada de textos escritos majoritariamente políticos, procurando evidenciar “o ideológico” dos textos. Michel Pêcheux era, portanto, um filósofo muito envolvido com as questões em torno da epistemologia, da psicanálise e do marxismo, daí o fato de que a própria Análise do discurso tem como triplé fundador a linguística saussuriana, a psicanálise lacaniana e o materialismo histórico marxista.

A Linguística naquela época, em seu franco desenvolvimento (MUSSALIM, 2001), por via de uma leitura estruturalista, assumia ao menos como rubrica o lugar de “ciência piloto”, de onde nasce o projeto de Análise do discurso, voltados principalmente à análise

tese doutoral sobre o tema, onde apresenta as implicações do ponto de vista das estruturas linguísticas e das estruturas sociais, analisando a hipótese sobre a construção vocabular “de esquerda” e “de direita” no discurso do locutor conforme os grupos sociais aos quais pertence e as diferenças de posição ideológica que assume.

de grandes *corpora* discursivos da e sobre os discursos políticos. A perspectiva estruturalista de análise defendia uma autonomia relativa da língua passiva de estudo mediante suas regularidades para se compreender, dentro do sistema da língua, a sua totalidade, “já que as influências externas geradoras de irregularidades, não afetam o sistema por não serem consideradas como parte da estrutura.” (MUSSALIM, 2001, p.114). Este era um dos argumentos das teses estruturalistas que os analistas do discurso, desde o início de seu projeto, combateram, uma vez que questionavam aos defensores das “estruturas” inabaláveis o papel do sujeito, da história e de outros elementos extralinguísticos (exterioridade do sistema) na constituição dos textos, dos discursos e dos sentidos.

Evidentemente, entre 1969 e 1983, o campo teórico da Análise do discurso passa por construções, “tateamentos” e desconstruções (MALDIDIER, 1991), pondo em cheque, na releitura de seu próprio fundador M. Pêcheux, o projeto de uma ‘maquinaria discursiva’ que não responde, com satisfação, às suas inquietações, porém abre espaço para novas indagações, afinal a língua [do discurso político] não é transparente nem pode ser higienizada de uma carga ideológica partidária, posto que a própria língua é, por sua natureza histórica e social, a materialidade das ideologias. O projeto da Análise do discurso se inscreve em um problema de ordem política, e a Linguística, como defende Mussalim (2001, p.114), “oferece meios para abordar a política”.

Feito esta breve contextualização histórica da fundação do campo teórico, gostaríamos de destacar que entre a fase de construção e de desconstrução, como afirma Maldidier (1991), a noção de *formação discursiva* (FD) desenvolvida por Michel Foucault em *Arqueologia do saber* (1969) – resguardadas as suas diferenças com aquela noção também refletida por Michel Pêcheux – parece ter dado um novo rumo ao campo teórico *análise do discurso*.

Enquanto a maquinaria discursiva procurava analisar “o ideológico” como se os discursos fossem homogêneos, a noção de

formação discursiva vai por em cheque tal mito de homogeneidade, posto que os discursos não são nada “estabilizados”, tendo em vista que eles são constituídos a partir de condições heterogêneas de produção dos discursos. Nesse sentido, é preciso pensar na relação de uma formação discursiva (FDx) com outra (FDy), compreender suas diferenças, suas regularidades e a singularidade que a define enquanto tal (identidade de um discurso). Por exemplo: o que define um discurso e quais são suas características internas que nos permitem reconhecê-lo como distinto de outro? Por que dissemos que um discurso carrega uma ideologia de direita ou de esquerda, conversadora ou progressista, nacionalista ou integracionista, anti-imigratória ou inclusiva?

Courtine (2007; 2009) desenvolve uma discussão aprofundada a propósito da noção de formação discursiva no projeto de Michel Pêcheux e sua interlocução com o conceito de FD em Michel Foucault. Na perspectiva pêcheutiana, tal noção tem por base a reflexão em torno dos “aparelhos ideológicos de estado”, cujas práticas são determinadas pelas relações de lugares e, por sua vez, pelas relações de classe, como teoriza Althusser (1987). Nesse sentido, como dispõe Courtine (2007, p.121):

Se trata de “posiciones políticas e ideológicas que no dependen de individuos, sino que se organizan en formaciones que mantienen entre ellas relaciones de antagonismo, de alianza o de dominación. Hablaremos de *formación ideológica* para caracterizar un elemento susceptible de intervenir como fuerza confrontada a otras fuerzas en la coyuntura ideológica característica de una formación social en un momento dado; cada formación ideológica constituye de esta manera un conjunto complejo de actitudes y de representaciones que no son ni individuales, ni universales sino que se refieren más o menos directamente a posiciones de clases en conflicto las unas con respecto a las otras” (HAROCHE y Col., 1971, apud COURTINE, 2007, p. 121). [...] Las formaciones ideológicas “comprenden necesariamente, como uno de sus componentes, una o varias *formaciones discursivas* interligadas, que determinan lo que puede y debe decirse (articulando con la forma de una arenga, de un sermón, de un panfleto, de una

exposición, de un programa, etc.) a partir de una posición dada en una coyuntura; dicho de otra manera, en cierta relación de lugares en el interior de un aparato ideológico e inscripto en una relación de clases". (FUCHS Y PÊCHEUX, 1975 apud COURTINE, 2007, p. 121)

Diante destas duas noções, a de *formação ideológica* na qual pode sempre se inscrever uma ou mais de uma formação discursiva, percebe-se que, nas bases da teoria do discurso, encontram-se o político e o ideológico diretamente relacionados, uma vez que todo posicionamento político implica uma dada posição ideológica em relação de classes. E isso depende das condições de produção específicas a cada discurso e o modo de sua constituição e circulação em distintos meios e suportes e em textos e gêneros discursivos em que os discursos se materializam, seja nos textos jornalísticos de teor político, em panfletos, redes sociais, charges, seja nos próprios programas de governos manifestos em diversos sistemas semióticos (verbais, visuais, sonoros, imagéticos etc.).

É, portanto, nesse universo plurissemiótico da representação política que a imagem tem sido fortemente mobilizada em nossas sociedades atuais hiperconectadas em *redes sociais (on-line)*, onde ela se faz vista quase infinitamente servindo de lugar da disputa política e ideológica. Problematizar este lugar, o papel que ela assume, bem como as razões que a fazem emergir, configura-se como um importante objeto discursivo tal como já foram a língua e o texto verbal nos estudos linguísticos e discursivos, porque – como *as palavras* – a imagem não é transparente e nem é *a coisa* em si mesma que ela representa. A imagem é o meio através do qual o homem apropria-se das coisas do mundo e faz dela o percurso que dá acesso virtual ao mundo, ou melhor, aos mundos que ele tenta (de)codificar. E é neste percurso “de-codificado” que reside o político e o ideológico constitutivos do próprio homem e de sua subjetividade: palavra e imagem correspondem, portanto, à ponte desta travessia inatingível. Porque, na impossibilidade de mostrar o mundo empírico em sua essência, posto que ele o integra, ele é

parte o homem cria e, ao mesmo tempo, apropria-se da palavra e da imagem, obedecendo historicamente os protocolos da ordem do dizível, do visível e do imaginável.

Pensar com Foucault para a história de um arquivo de imagens

Oriunda da história recente dos estudos de humanidades, que se delineiam numa perspectiva científica no início do século XX com a publicação do *Curso de Linguística Geral (CLG)*, mas também, mais tarde, com os *manuscritos* do genebrino F. Saussure, a linguagem – particularmente a verbal – coloca-se como um problema a partir do qual tem assumido mais recentemente um novo conceito de homem da modernidade: o homem político, o homem dialógico, o homem clivado pelas relações de poderes atravessadas por dissensos e consensos, e o homem das imagens. É este conceito de homem que nos interessa: aquele que jamais esteve alheio ou aquém destas relações, mas resultante “dos mecanismos utilizados das relações de poder” (FOUCAULT, 1995, p. 249) e das estratégias de constituição de saberes cristalizados na história do homem como verdades que sempre o preexistiram. Para romper com estes mecanismos e estratégias de poder-saber, Foucault (1995, 2008) propõe uma análise crítica dos diferentes modos como se constituem e manifestam tais relações de poder com o principal intuito de saber *quem somos hoje*. Ainda que seu foco não estivesse centrado na linguagem por ela mesma, é analisando-a enquanto materialização dos discursos que o filósofo desenvolve uma arqueogenealogia das formas de constituição do saber e sistemas de pensamento em longa e curta durações.

A tarefa impetrada por Michel Foucault em suas análises arqueológicas, desde um primeiro e segundo momentos – e assumida ainda hoje em nossas reflexões dada a sua pertinência – deve ser desenvolvida numa perspectiva filosófica e histórica inseparavelmente. Com aquela é preciso compreender o nosso mundo, analisando de maneira crítica as diferentes linguagens

onde se materializam tais relações no plano simbólico-institucional, a exemplo da forma como se constituem as relações de poder e saber na instituição escolar. Com a análise histórica, através dos discursos e das práticas, a tarefa é entender quem fomos ontem (quem fomos no passado?, o que fizemos?) e recusar a identidade individualizante e totalizante que nos tem sido imposta até agora. Nas palavras do francês:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste "duplo constrangimento" político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. (FOUCAULT, 1995, p.239)

Como Foucault mesmo destaca, é preciso ter uma consciência histórica da situação presente, seja com as análises das instituições onde o poder parece se evidenciar – quando a resistência insiste em dissociar as relações –, seja através das técnicas de construção do saber enquanto disciplina para “educar” os corpos e construir subjetividades individualizantes.

Desde os primeiros trabalhos de Foucault, a questão do sujeito e sua relação imprescindível com o discurso tornaram-se um problema privilegiado em seu pensamento. Basta acompanhar suas análises à luz da arqueogenealogia a respeito do discurso da clínica, da loucura, da psiquiatria, da sexualidade ou do sistema prisional. Dentre a diversidade de temas, das contradições e dispersão do arquivo de que trata Geoffroy de Lagasnerie (2014) no recente documentário *Foucault contre lui-même*, e diante das especificidades metodológicas inerentes a cada objeto, não se pode perder de vista a grande questão foucaultiana: o que somos hoje? Mais do que isso, afirma Foucault, é preciso lutar contra as formas de individuação e totalização que se nos impuseram há séculos, dado o regime de poder em suas diversas formas e nas mais distintas práticas de atuação.

A questão que intitula o terceiro movimento do documentário a que no referimos acima (*quelle place pour l'homme?*) vai nessa direção: entender o lugar e a noção de homem nos sistemas de pensamento e constituição dos saberes e materializados em uma pluralidade de objetos semióticos – do texto escrito às imagens que ultrapassa os limites de sua tessitura. Tal questão nasce em *As palavras e as coisas* (1965[2007]) quando Foucault procura entender como se constituem os saberes de uma época e quais são as regras que os tornam legíveis. O filósofo vai estudar três grandes domínios desde a idade clássica (as ciências naturais e a biologia; a gramática e a filologia; a análise das riquezas e a economia), procurando desencavar o solo que originou certos tipos de saberes e discursos mantendo-os operantes até seus últimos momentos de circulação. Dito de outro modo, podemos afirmar que Foucault estava em vias de “descobrir” os processos de formação das ciências humanas, tendo em vista que, para ele, o homem foi uma invenção moderna que teve origem na biologia, na linguística e na economia política, ainda que seus fundamentos viessem dos três grandes campos que, respectivamente, deram existência a estas ciências. Em suas palavras, no documentário, ele afirma: “Eu acredito que o homem foi, senão um sonho ruim, um pesadelo, ao menos uma figura bem particular, bem determinada, historicamente situada no interior de nossa cultura. [...]. É uma invenção o homem...”⁵

É bem verdade que o filme não aprofunda essa discussão, mas traça um panorama da obra mostrando como se dá a constituição dos saberes na passagem da idade clássica à moderna. De modo muito resumido como o panorama é apresentado, pode-se dizer que, dentre as distintas formas de transformações dos saberes, o filósofo estuda a relação entre *as palavras e as coisas* compreendendo

⁵Tradução Nossa (TN): «Je crois que l'homme a été, sinon un mauvais rêve, un cauchemar, du moins une figure très particulière, très déterminée, historiquement située à l'intérieur de notre culture. [...] C'est une invention que l'homme...» (FOUCAULT : 31'37''-31'54'')

três *epistemes*: a da *semelhança*, a da *representação* e a da *interpretação* a partir das quais o homem concebia *as coisas* desde a Idade Média, passando pela Renascença até a Modernidade.

Se na era da similitude o homem pensava *as palavras* como *as coisas* pela relação de fidedignidade entre o signo e o mundo, na Modernidade a ideia de referência prevalece, havendo então uma concepção de palavra como representante da coisa no mundo. Espera-se, nessa ótica, que a semântica das palavras apresente correspondência na etimologia, na sintaxe e no texto, negando qualquer possibilidade de equívoco e arbitrariedade entre o significado (a imagem conceitual) e o significante (a coisa empírica) e os sujeitos que as empregam. Mas é na episteme da interpretação, emergente no início do século XIX, que a questão da arbitrariedade é posta em cena, pois se põem em questão aspectos exteriores ao signo como constituintes do sentido. O problema da interpretação reclama para si – não só no campo da gramática geral mas também no interior das Ciências Humanas – o estatuto do social, do histórico e do sujeito como fundamental na apreensão do mundo simbólico, já que o homem tem apenas acesso ao mundo pela construção que ele faz de sua realidade. Logo, o mundo não é a palavra pela coisa, muito menos consegue ser representado pelas palavras; as coisas no mundo são interpretáveis e inventáveis. E o homem é uma de suas invenções. De todo modo, as coisas são estruturadas conforme um jogo de regras que as organizam. As teorias, as opiniões, as coisas, os objetos e as práticas obedecem a essas regras: tratam-se de estruturas subjacentes ao pensamento e que são repetidas sem que os homens tenham consciência de sua existência, como se afirma na película. Segundo Didier Eribon⁶, tal percepção vai servir de alvo de crítica da tradição marxista contra *As palavras e as coisas*, acusando Foucault como sendo um estruturalista, um filósofo de direita que negava as ações humanas e a *práxis*, enfim, um anti-humanista.

⁶Cf. Entrevista de Didier Eribon no livro *Foucault contre lui-même* (2014) e no documentário homônimo dirigidos por François Caillat.

Contra críticas como essas, Foucault vai mostrar de forma mais enfática vinte anos depois, através das pesquisas que dão origem aos volumes de *História da sexualidade*, que o homem sempre se fez presente em suas questões desde a *História da loucura*. Ele vai mostrar, nos estudos do fim dos anos 1970 e início de 1980, como o homem, desde a antiguidade clássica, constitui-se enquanto sujeito, através dos *cuidados de si*. É fazendo esporte, exercícios, tendo interesses na medicina que o homem se mostra como um sujeito historicamente preocupado com seu corpo e consigo mesmo. Isso não significa que Foucault manteve-se linearmente coerente em sua abordagem; frequentemente o filósofo estava reelaborando suas reflexões em torno de seus objetos. O que é sintomático da época, no pensamento de Foucault, é a questão das técnicas de subjetivação refletidas pelo francês como um fenômeno relacionado à identidade do homem ocidental atuando em sua contemporaneidade. Conforme nos leva a pensar Eribon (2014), a viagem à Grécia e aos Estados Unidos, os movimentos gay e de contra-cultura, bem como os conhecimentos greco-latinos antigos, vão servir de espécie de grande arquivo no interior do qual ele vai desenvolver questões em torno da ideia de *governo de si mesmo*. Nessa problemática, inscreve-se, portanto, o lugar do homem como um grande problema em seus estudos. Nesse sentido, contrapondo-o à natureza do indivíduo enquanto sujeito biológico e psíquico, o sujeito foucaultiano fundamenta-se na história; o sujeito é histórico e, por isso, é passível de transformação política.

Essa questão em torno da noção de sujeito que aqui brevemente pontuamos nos leva a pensar a própria noção de sujeito na história; ou melhor, a noção de história que coloca o sujeito no centro das práticas de representações de leitura, seja como produtor de conhecimento, objetificado enquanto ser de conhecimento e, mais precisamente, como é de nosso intento, leitor e intérprete de saberes materializados em diversas formas de discursos. Os textos imagéticos, portanto, na condição de materialidades de inúmeros saberes e discursos, ao circular e/ou

ser problematizado em ambientes escolares, além de outros espaços, precisam ser estudados em sua relação com o leitor (sujeitos de conhecimentos) e a história que veicula e sedimenta práticas discursivas inúmeras.

Procurando então desenvolver as análises de nosso arquivo, no interior do qual um conjunto de enunciados foram historicamente constituídos acerca das apropriações de diversas linguagens no ensino, nosso percurso aqui foi refletir, inicialmente, sobre a noção de *história* com a qual vimos mobilizando nossas reflexões em trabalhos anteriores (SANTOS, 2012; 2015). Um segundo passo que viemos traçando diz respeito aos delineamentos históricos, especificamente sobre os estudos que mobilizaram a questão das imagens e o caráter ideológico do signo (linguagem-cultura-sentidos) para compreender o modo a partir do qual a leitura da *imagaria escolar*⁷ coloca-se hoje como um problema a ser melhor compreendido. É aí que se encontra o cerne de nosso problema: compreender histórica e discursivamente o papel da imagem enquanto objeto cultural em nossa sociedade contemporânea fortemente visual ao lado da história da escrita e da leitura na sociedade ocidental.

A centralidade da história para a leitura do arquivo de imagens

Os estudos foucaultianos no Brasil desdobram-se em diversas facetas no terreno das ciências humanas, uma vez que inúmeras reflexões teóricas e abordagens analíticas não se limitam a um

⁷ Esta expressão aqui é compreendida como um conjunto de toda e qualquer materialidade imagética e sincrética em modalidade fixa ou animada, no processo de apreensão em diversos suportes, com objetivos teóricos, homologizantes, pedagógicos, lúdicos ou ilustrativos que se apresente no interior do livro escolar e/ou em situações de uso educacional. Esta noção não é de toda definitiva, mas, a fim de superar a dificuldade com que enfrentamos ao analisar uma diversidade de materialidades imagéticas tão complexas, ela parece-nos possível para sua operacionalização. O conceito de *imagaria* é apresentado em Santos (2014, 2015) de modo mais desenvolvido.

campo apenas. Dito de outro modo, não se fizeram em nichos científicos separados. Permeavam suas pesquisas os distintos modos de construção de sistemas de pensamentos em pequenas, médias e longas temporalidades, tendo em vista a própria constituição de subjetividades como sendo da ordem das práticas de discursos. Se por um lado, concebe-se hoje Michel Foucault como o filósofo que teorizou o poder que se instaura nas relações entre sujeitos; por outro, é preciso manter sempre em vista uma concepção de poder regida nas práticas discursivas solidificadas, latentes ou esquecidas. Não lhe interessa a verdade em si, mas a construção da verdade, resultante de uma luta engendrada por sujeitos que assumem posições no dizer, que não dizem de qualquer modo, em qualquer lugar e em qualquer momento, mas, enfim, que enunciam obedecendo a uma ordem do discurso. Se tomarmos, por outro, a produção científica em distintos momentos como um saber construído social e historicamente sem desconsiderar a existência de regras que permitem seu funcionamento, vamos compreender que cada paradigma que rege as análises de diferentes objetos de discurso também se inscreve nestas regras, jamais se está alheio às questões de ordem técnica, política, institucional que as orientam. Referimo-nos, particularmente, aos distintos campos do saber que, no interior dos estudos linguísticos e em função dos programas de orientação do ensino e das políticas linguísticas, possibilitaram que a prática de leitura voltasse para uma diversidade de linguagens na atividade escolar, não apenas para os textos literários, jornalísticos ou de divulgação científica. Partir do conceito de discurso e de história para pensar o arquivo constituído por esta diversidade de linguagens podemos compreender como, historicamente, houve mutações e maior recorrência do texto imagético e sincrético no ensino.

No campo dos estudos linguísticos, em especial dos estudos discursivos, as leituras que se fazem do M. Foucault, têm-se dirigido para reflexões sobre o que se concebe por história,

arquivo, formação discursiva, discurso, enunciado, sujeito, subjetivação, entre outros conceitos. Evidentemente, não é nosso objetivo aqui aprofundar nenhum destes conceitos, mas defender sua importância e funcionalidade quando se trata de fazer um estudo histórico-discurso em um arquivo de imagens com fins didáticos.

A análise arqueológica configura-se como um dos procedimentos teórico-metodológicos cruciais para a análise do arquivo – projeto epistemológico de um primeiro momento dos trabalhos do filósofo francês. Esses conceitos, embora diluídos em diversas obras de M. Foucault, podem ser apreendidos em *A arqueologia do saber* e em *A ordem do discurso*. Tais leituras demarcam três fases de seu pensamento (GREGOLIN, 2004; REVEL, 2005): a) um primeiro momento com as publicações de *Nascimento da Clínica: uma arqueologia do olhar médico* (1963), *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (1966) e *A Arqueologia do Saber* (1969), caracterizando o método arqueológico; b) com a aula inaugural no Collège de France de 2 de dezembro de 1970, a publicação de *A ordem do discurso* (1970) marca um momento de transição para o que se concebe como fase genealógica; c) finalmente, nos anos de 1980, com a publicação do segundo volume de *História da sexualidade* (1982), os estudiosos da obra foucaultiana vão denominar uma terceira fase de seu pensamento.

O conjunto da obra de M. Foucault traz de forma mais ou menos regular reflexões sobre o discurso. O discurso sobre a loucura, as formas discursivas de construção histórica da sexualidade, os discursos e as verdades construídos historicamente, o discurso das ciências, os contratos discursivos de construção de sistemas de pensamento, tudo isso perpassa os trabalhos de M. Foucault, apresentando-nos uma série de problemas da ordem da linguagem, lugar de materialização das práticas discursivas. Na leitura de Rouanet *et al.* (1996):

Podemos dizer que o funcionamento do discurso na obra de Foucault é em suas grandes linhas homólogo ao seu funcionamento na

sociedade industrial moderna. Esse funcionamento comporta dois aspectos, superficialmente contraditórios, mas na verdade solidários: a onipotência do discurso, e sua fragilidade. (ROUANET et al., 1996, p. 12)

Ao buscar descrever as práticas discursivas de uma sociedade em uma dada época, Foucault (2008) se propõe a fazê-lo a partir de um princípio teórico-metodológico para compreender como determinados enunciados emergiram e não outros. Para isso, ele toma como procedimento de análise a própria análise do discurso que descreve e procura compreender esses enunciados materializados num interior de formações discursivas e que mantêm relações com enunciados já ditos. Sobre esse ponto, o filósofo nos apresenta, no quarto volume da coleção *Ditos e Escritos*:

Eu me dei como objeto uma *análise do discurso* [...]. O que me interessa no problema do discurso é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Isto é o que eu chamo de *acontecimento*. Para mim, trata-se de *considerar o discurso como uma série de acontecimentos*, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de *acontecimentos discursivos* – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições. [...]. O fato de eu considerar o discurso como uma série de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da história [...]. Se faço isso é com o objetivo de saber o que somos hoje. (FOUCAULT, [1973] 2003, p. 255, *grifos nossos*).

No excerto acima, o filósofo reconhece o discurso como uma série de acontecimentos inscritos na história com vistas a compreender, na atualidade, as relações de subjetividade, os sujeitos e os saberes construídos discursivamente. Não se trata de estabelecer a verdade de uma época, nem julgar certo ou errado um dado enunciado no interior de um discurso, mas de descrever as séries de enunciados, compreender as relações com outros, o que os produz, o que os faz perdurar como verdade de determinados grupos ou sociedade. É nas relações entre os enunciados que se

nota a regularidade no interior de sua dispersão; isso só é possível porque tais enunciados só significam quando inscritos em formações discursivas.

Em *A arqueologia do saber*, Foucault (2008) postula que a análise enunciativa deve ser feita levando-se em conta o efeito de raridade, exterioridade e acúmulo. Nesse sentido, ele compreende por lei da raridade o fato de que nem tudo pode ser dito: “estudam-se os enunciados no limite que os separa do que não está dito, na instância que os faz surgirem à exclusão de todos os outros” (p.135); portanto, devem ser estudados em seu lugar próprio, “não como se estivessem no lugar de outros caídos abaixo da linha de emergência possível” (p.135). Quanto à sistemática da exterioridade, a análise enunciativa deve ser feita através do empreendimento da história, porque é através dela que se pode retomar enunciados que foram ditos e permanecem “conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço, em direção ao segredo interior que os procedeu, neles se depositou e aí se encontra (em todos os sentidos do termo) atraído.” (p.137) Nessa perspectiva, a história não é vista como continuidade de série de acontecimentos factuais homogêneos nem os sujeitos vistos como indivíduos “em sua subjetividade transcendental”, soberana, “mas reconhece(r), nas diferentes formas de subjetividade que fala, efeitos próprios do campo enunciativo” (p.138), cuja história é discursivizada, heterogênea e descontínua; é um constructo social elaborado por discursos recitados, ditos antes, levados à repetição. A lei do acúmulo corresponde, por fim, ao terceiro traço da análise enunciativa: é o resultado de enunciados produzidos e acumulados na dispersão de discursos.

Se o enunciado é a unidade molecular do discurso e não deve ser confundido como unidade mínima de uma sentença linguística, uma frase, proposição ou atos de fala, o *arquivo*, por seu turno, também não deve ser compreendido como um lugar em que se podem encontrar todos os documentos disponíveis para análise. A

noção de arquivo para Foucault (2008) tem outra dimensão conceitual.

De acordo com Sargentini (2008, p.104), no início dos estudos da AD, o objeto de análise pautado no discurso político definia-se mediante “um *corpus* considerado como um conjunto determinado de textos sobre os quais se aplicava um método definitivo”. É nessa época que as preocupações dos analistas de discurso voltavam-se para grandes *corpora* no interior dos quais se analisavam séries de enunciados linguísticos via dispositivo automático capaz de evidenciar as marcas ideológicas (PÊCHEUX, 1995). Havia um intenso rigor metodológico a partir do qual o método de descrição destes enunciados obedecia aos parâmetros estabelecidos pela linguística estrutural (ROBIN, 1977). Eis o tempo, por exemplo, dos estudos das subordinadas adjetivas nas análises das discursividades.

À medida que os estudos do discurso atingiram novos domínios, o que exigia outras reflexões, a concepção que se tinha de *corpus* de análise foi mudando. Nesse sentido, o conceito de arquivo foucaultiano possibilitou que se fizesse uma análise de discurso não com essa ânsia pela totalidade, por agrupamentos em série de textos fechados num arquivo, já que sua preocupação não se dá pela quantidade nem somente pelas sequências discursivas, mas pela análise de enunciados sempre em relação a outros.

Mas como poderemos compreender a noção de arquivo e a partir de sua concepção como é possível mobilizá-la?

O conceito de arquivo, portanto, aparece na *Arqueologia* como sendo

a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se acompanham umas com as outras segundo múltiplas relações. (FOUCAULT, 2008, p. 149)

O arquivo mantém o controle de sua emergência, faz com que alguns entrem na ordem do discurso. Esta noção é imprescindível para a análise do discurso porque vai romper com a tradição linear e cronológica dos estudos da história dos grandes acontecimentos que leva somente em conta a continuidade dos fatos, a linearidade destes acontecimentos. De acordo com Sargentini (2004, p.88), “Foucault atribui ao conceito de arquivo o vínculo imediato ao sistema da enunciabilidade, às regularidades específicas inscritas nos textos.” Ela defende ainda que o filósofo não propõe uma análise plana destes textos para buscar as regularidades, mas considera o valor do arquivo na especificidade do texto. Nesse viés, a linguista conclui que o “método arqueológico focaliza as práticas discursivas que constituem o saber de uma época, a partir dos enunciados efetivamente ditos e o funcionamento dos discursos” (SARGENTINI, 2004, p.88).

Essa noção de arquivo como processo de montagem do *corpus* vai romper, de fato, com a tradição de análise clássica do discurso segundo a qual os pesquisadores se debruçavam sobre séries textuais, muitas vezes já lidas pelos historiadores de longa duração (Cf. GUILHAUMOU, MALDIDIER, ROBIN, 1994). Conforme estes historiadores, o arquivo jamais é determinado, desde já previsto, e seu vínculo institucional está relacionado a um nome próprio, uma data; é insuficiente porque isso não revela quase nada do funcionamento do arquivo. Portanto, a constituição do *corpus* na perspectiva de arquivo prevista na *Arqueologia* deve ocorrer a partir dessa rede de formulações e de um domínio associado. E o enunciado distinto da acepção puramente linguística nos permite traçar essa rede discursiva sem, obviamente, ter uma gana de totalidade, de completude, de esgotamento do arquivo, o que nos seria impossível. Trabalhar com a noção de arquivo, afirma Sargentini (2004, p.89), é “flagrar o sistema da formação e da transformação dos enunciados obtidos a partir de uma grande diversidade de textos, de um trajeto temático, de um acontecimento discursivo.” Em nosso caso em específico, o arquivo compreende o

conjunto dos textos (nas mais diversas formas de expressão e composição) que passaram a circular desde o processo de institucionalização político-institucional da linguística no Brasil, permitindo a emergência de uso de imagens em contexto didático-pedagógico. Nessa perspectiva, as questões de políticas de ensino – como leis, normas, parâmetros, currículos, regimentos, diretrizes etc.; orientações teóricas, políticas editoriais, desenvolvimento de aparelhos; normas e ferramentas, bem como a própria materialidade imagética, passam a circular acerca de/em livros didáticos. Tudo isso se configura como elementos constituintes do arquivo e funcionam como uma rede de manutenção de discursos acerca de uma *imageria escolar*.

Algumas considerações para avançarmos

Dissemos no início deste capítulo que o foco de nossas reflexões não era exatamente aquele de onde partíamos para situar nosso objetivo, ou seja, a problemática que girava em torno de uma “ciência da imagem” como defendem Alloa (2010) e seus colegas de pesquisa especialistas em estudos visuais. Todavia, era preciso nos situar diante de um problema aparentemente novo, o da emergência da imageria, reconhecendo a importância de se estudar esta materialidade do ponto de vista discursivo, e por isso, histórico. Nesse sentido, a análise discursiva do arquivo de imagens pode ser feita, no mínimo, a partir de dois percursos de análise: a) aquele em que se pode fazer a análise das materialidades verbo-visuais ou unicamente imagéticas, procurando estudar os elementos que constituem e definem uma sintaxe e uma semântica da imagem, seu percurso narrativo, suas relações com outros sistemas significantes (linguístico ou não). Conhece-se a tradição dos estudos de semiótica e semiologia, literatura e artes visuais etc. b) um segundo percurso, menos expressivo no Brasil, diz respeito aos estudos históricos da apropriação da imagem em longa, média e curta duração no domínio da educação e das ciências da

linguagem. Conhece-se a significativa atuação de campos como antropologia da imagem, pedagogia da imagem, estudos dos gêneros do discurso, análise do discurso do verbo-visual etc. que mais recentemente vêm problematizando este objeto novo: a história da circulação, da apropriação e da leitura da imagem.

A reflexão que tecemos aqui se situa neste segundo percurso, sem que desconsideremos o primeiro trajeto. Trazer o objeto “imagem” para nossas reflexões deve passar inevitavelmente por um estudo histórico, entendendo que noções como sujeito, discurso, posição ideológica, efeitos de sentido, por exemplo, devem contribuir para a análise do funcionamento desta materialidade discursiva em vários espaços de circulação. Se é possível defender uma ciência da imagem como uma disciplina, talvez esse não seja o nosso mais importante problema; o que nos parece mais salutar e produtor é levar em conta as contribuições de Michel Pêcheux e Michel Foucault, sobretudo no que tange a conceitos fundamentais com o *discurso* e *história* ao mobilizarmos nossas análises do arquivo de imagens. Logo, em vez de nos questionar sobre o que é a imagem – uma questão filosófica que nos inquieta desde a Grécia Antiga –, cabe insistir com aquela questão a partir da qual iniciamos estas reflexões e deixamos agora para você refletir: por que as imagens insistem em nos atrair o olhar na contemporaneidade, notadamente, mais que no século passado? Se minha primeira sugestão metodológica é pensar na historicidade e na discursividade da imagem, a segunda sugestão confessadamente mais óbvia será começar por distinguir *imagens* e *coisas* das *imagens das coisas*.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- ALLOA, E. (éd.). **Pensar l'Image**. Paris, France: lês presses duréel, 2010.

- BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.
- CAILLAT, F. **Foucault contre lui-même**. Paris : INA, 2014. DVD. Durée totale: 2h03. Format Image. Version Originale Française, 2014.
- CLARK, E. A. **History, Theory, Text: historians and the linguistic turn**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.
- COURTINE, J. J. Discursos e imagens para uma arqueologia do imaginário. In: Sargentini, V. & Piovezani, C.; Curcino, L. (Org.). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 145-162.
- COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCar, 2009.
- COURTINE, J.-J. El concepto de formación discursiva. In: BARONAS, R.L. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & Joao Editores, 2007. p.119-141.
- DOSSE, F. **A história do estruturalismo: o campo do signo**. v.1. Bauru: EdUSC, 2007.
- DOSSE, F. **A história do estruturalismo: o canto do cisne**. v.2. Bauru: EdUSC, 2007.
- FOUCAULT, M. Como se exerce o poder? In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo de Epistemologia. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 82-118. (Ditos & Escritos 2)
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 7. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: Sargentini, V.; Curcino, L.; Piovezani, C. (Org.). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 83-106.
- GREGOLIN, M. R. V. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (Org.). **Michel Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.p. 23-44.
- GUILHAUMOU, G.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. **Discours et archive. Expérimentations ena nalyse Du discours**, Paris, Mardaga, 1994.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010, p. 161-183.
- MALDIDIER, D. **L'inquiétude du discours**: textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier.Paris, Editions de Cendres, 1990.
- MALDIDIER, D. **Le discours politique de la Guerre d'Algérie**: approche synchronique et diachronique. *Langages*, n. 23, set.1971.
- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas, Pontes, 1991.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras, Vol. II. São Paulo: Cortez, 2003. p.113-165
- REVEL, J. **Michel Foucault**:conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin e Nilton Milanez. São Paulo: Claraluz, 2005.
- RIBEIRO, J. Estudo histórico da imageria escolar em livros didáticos: discurso em torno das práticas de leitura da imagem. In. **Revista REDIS**: revista de estudos do discurso, nº 4, Porto, Portugal, 2015, p.169-198.

- ROBIN, R. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- ROUANET, S. P. et al. **O homem e o discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- SANTOS, J.R. **Arqueologia da imagem no ensino de língua portuguesa no Brasil (1960-2010)**. 2015. 260 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, São Paulo, Brasil, 2015.
- SARGENTINI, V. Objetos da Análise do Discurso: novas formas, novas sensibilidades. In: SARGENTINI, V. ; GREGOLIN, M. R. V. (Org.). **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. 1. ed. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 103-113.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOMOS TODOS CHAPE: MEMÓRIA, FORMAÇÕES DISCURSIVAS E IMAGINÁRIAS A MARCAREM POSIÇÕES-SUJEITO

Dalexon Sérgio da Silva¹

Nadia Pereira da Silva G. de Azevedo²

Introdução

Enunciados mostram-se nos sujeitos e sujeitos enunciam de um lugar social, inscritos numa formação discursiva e se constituem numa posição-sujeito. De acordo com a ideologia que o interpela, o sujeito vai, deste modo, assumindo posições-sujeito e ao mesmo tempo, conforme compreendem Pêcheux (1969, 1988) e Orlandi (2007, 2012), sujeito e sentido se constituem mutuamente. Nesse viés de atravessamentos, este trabalho promove uma análise discursiva do enunciado: *“Somos Todos Chape”*, observando seus efeitos de sentido ao se analisar também uma foto do jornalista Roberto Cabrini, da rede de televisão brasileira, SBT.

No dia 29 novembro de 2016, o Brasil e todo o mundo, acordaram atônitos com a trágica notícia na mídia mundial de que o avião da empresa aérea LaMia, matrícula CP2933, que transportava a delegação desportiva da Chapecoense, time de futebol do estado de Santa Catarina - Brasil, havia caído em

¹Bolsista CAPES. Doutorando em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Membro do CLEPUL - Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e membro da Rede Latino-americana de Estudos Pentecostais - RELEP. E-mail: dalexon@uol.com.br

² Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Paraíba e Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP. E-mail: nadiaazevedo@gmail.com

Medellin - Colômbia, num acidente que vitimou 71 pessoas, levando-as a óbito, dentre outras que ficaram feridas e mutiladas. O avião decolara de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) com destino a Medellín, onde os jogadores iriam disputar a final da Copa Sul-Americana e, dentre os jogadores, havia alguns jornalistas que também foram vítimas de tal fatalidade.

Tal fato, com a emergência do efeito metafórico da velocidade da luz, proliferou-se num enunciado que se mostrou na mídia mundial, como se pode observar no *portal g1.globo.com*, acessado em 06 e dezembro de 2016. Desse modo, como efeito de evidência em diversos sujeitos em todo o mundo, surge e reverbera-se o enunciado: “*Somos Todos Chape*”, até então, o termo “Chape” era, apenas, um apelido do time Chapecoense, usado pelos torcedores. Assim, sujeitos e sentidos se constituem neste enunciado. Deste modo, nessa rede de filiação de sentidos, produziram-se efeitos de sentido de solidariedade, de união, de força, de aproximação, de humanidade e de amor, dentre outros. Contudo, em meio aos sentidos que se proliferaram a partir desse enunciado, no dia 1º de dezembro de 2016, outro fato midiático chamou a atenção de vários sujeitos telespectadores.

O fato referido se deu, quando o jornalista Roberto Cabrini, do programa de TV, “*Conexão Repórter*”, foi enviado pelo SBT para Medellín, visando fazer a cobertura da tragédia que envolvia a delegação da Chapecoense. Ao chegar ao fatídico local, o jornalista postou uma foto, fazendo pose, inserido nesse ambiente repleto de restos de pertences dos mortos nesse acidente. Tal evento provocou, dentre outros, o efeito de sentido de manifestação, indignação e revolta de vários telespectadores e apresentadores de televisão, com destaque para a apresentadora Sônia Abrão, do programa: “*A Tarde é Sua*”, da RedeTV. A apresentadora, diante do fato, demonstrou estranhamento, evidenciando o que pode ser interpretado por uma mudança da posição-jornalista para a posição-turista do repórter, uma vez que ele estava a trabalho e a foto é sem microfone e com aparência de *self*.

Diante desses itens, este trabalho se destina a analisar discursivamente o enunciado veiculado na mídia, em geral, “*Somos Todos Chape*” e a imagem do apresentador do programa Conexão Repórter, do SBT, Roberto Cabrini, mostrada pela apresentadora Sônia Abrão em seu programa na RedeTV. Para tanto, o artigo está assim organizado: no primeiro momento, discutem-se os conceitos de memória discursiva, formações discursivas e imaginárias, à luz da perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa (AD). No segundo momento, será apresentado o procedimento metodológico. Depois, a análise da materialidade discursiva (Enunciado: *Somos Todos Chape* e foto do Cabrini) e por fim, as considerações finais.

Memória discursiva, formações discursivas e imaginárias na Análise do Discurso de linha francesa

De acordo com Pêcheux (1969) para produzir sentidos o sujeito precisa inscrever-se numa Formação Discursiva (FD). Desse modo, assume posições-sujeito para enunciar atravessado pela ideologia de que é interpelado. Assim, nessa relação constitutiva pela historicidade que aponta para a exterioridade, sujeito e sentidos se constituem mutuamente, como bem compreende Orlandi (2005, p. 35), ao dizer que “pôr a língua em funcionamento pressupõe um processo complexo no qual sujeito e sentido se constituem mutuamente”. Desse modo, sujeito e sentidos estão imersos num jogo constituído entre paráfrase e polissemia, no qual não há relações diretas, mas há determinações históricas e suas constituições, pois é nesse processo discursivo que eles se constituem e se mostram.

É inserido nesta rede de movências de posições-sujeito, que o lugar social do qual ele enuncia, provoca reverberações e deslocamentos, a partir de sua inscrição numa memória para enunciar. Logo, este artigo assume o conceito de memória discursiva defendido por Pêcheux, ao apontar que:

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Do exposto, vale ressaltar que a relação de sentido postula que todo discurso faz parte de um processo, que é determinado por dizeres prévios e aponta para dizeres não-ditos. É um saber que possibilita que nossas palavras façam sentido e corresponde a algo falado anteriormente, em outro lugar, a algo "já dito", entretanto, ainda continua alinhavando os nossos discursos. Assim, a memória é o saber discursivo, os sentidos a que já não temos mais acesso, que foram constituídos ao longo de uma história e que estão em nós, sem pedir licença. A memória, compreendida por Orlandi (2001) em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso.

Pêcheux (1988, 1999) compreende que a formação discursiva é o lugar de articulação entre língua e discurso. Assim, as palavras, expressões, proposições etc, possuem sentido a partir da formação discursiva na qual são produzidas. É nesse trâmite que o conceito de formação discursiva é utilizado pela AD para designar o lugar onde se articulam discurso e ideologia. Logo, uma formação discursiva é governada por uma formação ideológica e como uma formação discursiva é um dos componentes de uma formação ideológica específica, ela é um espaço de embates, de lutas ideológicas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas, pois a formação ideológica é composta por uma ou várias formações discursivas interligadas.

Nesse enfoque, a linguagem possibilita o aparecimento de deslocamentos em condições de produção específicas. No entanto, pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem, não há garantia de uma determinada produção de sentidos, ou da geração de um deslocamento específico nessa produção. É inscrito numa formação discursiva e numa memória, que o sujeito atribui

imagens do seu interlocutor neste ambiente de formações imaginárias.

Orlandi (2005) e Brandão (2004) tecem importantes considerações em relação à forma como o sujeito atribui imagens do interlocutor, do referente e de si. Assim, essas imagens constituem o processo de elaboração discursiva, elas se remetem a mecanismos de funcionamento da linguagem. Isto é, as relações de sentido, as relações de força e de antecipação condicionados pelas formações imaginárias:

No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis acham-se representadas por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (BRANDÃO, 2004, p.44).

Deste modo, na relação de forças, o sentido das palavras é regulado de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito-falante. Nessa perspectiva, a posição social ocupada pelo sujeito falante é inerente ao seu dizer. Nesse item, Pêcheux (1969, 1999) tece seus estudos observando que certos dizeres dominam outros dizeres, segundo a representação que se faz do lugar social ocupado por aquele que enuncia – variação de dominância das palavras.

Aspectos metodológicos

O universo da pesquisa foi constituído pelo enunciado: “*Somos Todos Chape*”, veiculado na mídia brasileira e internacional, principalmente no *portal g1.globo.com*, acessado em 06 de dezembro de 2016 e pela imagem exibida numa foto do apresentador Roberto Cabrini, do programa *Conexão Repórter*, do SBT, que foi mostrada pela apresentadora Sônia Abrão, do programa da RedeTV “*A Tarde é Sua*”, acessado em 06 de dezembro de 2016. Na foto, o apresentador se mostra fazendo pose no local que vitimou o time

da Chapecoense, em Medellin - Colômbia, num voo da LaMia, matrícula CP2933.

Nesse item, este trabalho se destina a indagar:

- ❑ Quais efeitos de sentido são produzidos a partir do enunciado: “*Somos Todos Chape*” e da foto do jornalista Roberto Cabrini no local do acidente da Chapecoense?
- ❑ Como se apresenta a memória discursiva acerca deste enunciado e da foto exposta deste jornalista?
- ❑ Como as formações discursivas provocam efeitos de sentido na posição-sujeito de jornalista?
- ❑ De que forma as formações imaginárias de jornalista e de turista são acionadas nesta foto?

Logo, para responder a tais questões de pesquisa, este trabalho mobiliza a perspectiva teórica e prática da Análise do Discurso de linha francesa, pois a AD funciona como teoria e método.

Trabalho analítico num *Corpus* discursivo

Nesse momento, é instigante observar, abaixo, a foto do jornalista Roberto Cabrini, no local do acidente que vitimou o time de futebol da Chapecoense:

É pertinente pontuar que esta foto do jornalista Roberto Cabrini, que foi mostrada pela apresentadora Sônia Abrão em seu programa “*A Tarde é Sua*”, na RedeTV, não está isolada num lugar remoto. Ela se inscreve numa rede de memórias que aponta para lugares socialmente constituídos para posições-sujeito. Ela faz parte das condições de produção do enunciado que tomou conta das redes midiáticas no Brasil e no mundo, ao se constituir e circular como “*Somos Todos Chape*”.

Desse modo, será analisada, agora, à luz dos procedimentos teóricos e analíticos da Análise do Discurso de linha francesa pêcheutiana, o enunciado: “*Somos Todos Chape*” e esta foto do jornalista Roberto Cabrini no local do acidente, postada no momento em que este enunciado circulava produzindo efeitos de

sentido, principalmente, o efeito de solidariedade nos sujeitos. Logo, enunciado e foto funcionam como textualidades diferentes na mesma discursividade: “o acidente que vitimou o time da Chapecoense em Medellín, na Colômbia”. De acordo com Orlandi (2001, 2012), a discursividade é justamente a inscrição dos efeitos da língua na história. Desse modo, a discursividade constitui o processo de significação via ideologia.



Fonte: disponível em:

<http://www.redetv.uol.com.br/atardeesua/videos/ultimos-programas/fica-esquisito-cabrini-avisa-sonia-sobre-foto-no-local-da-tragedia>

Pêcheux (1969) diz que alguma coisa fala antes noutra lugar independente e diferentemente. É nessa rede de filiação dos sentidos que a foto, acima, estabelece uma relação de referência ao enunciado midiaticado: “*Somos Todos Chape*”. Contudo, é necessário destacar que “ser Chape” passou a marcar a formação discursiva que se constitui, principalmente, por ser solidário com

as famílias na dor fúnebre, demonstrar amor pelas vítimas do acidente, fazer o possível para ajudar numa melhor solução do caso, demonstrar compaixão etc. A isto se aplicam os gestos de interpretação do acidente mostrados pela mídia colombiana e brasileira, quando os colombianos lotaram o estádio de futebol na Colômbia para homenagear as vítimas e concederam o título da copa Sul-americana de futebol à Chapecoense. De igual modo, os times brasileiros fizeram doações de muito dinheiro e outros tipos de ajuda ao time de Chapecó.

Dito de outro modo, "*Somos Todos Chape*", passou a marcar um lugar socialmente constituído pela historicidade. Este lugar social aponta para uma formação discursiva que determina o que pode e o que deve ser dito, como bem defende Pêcheux, ao dizer:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina "o que pode e o que deve ser dito", articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Pêcheux (1997) ainda compreende que a Formação Discursiva é o lugar de articulação entre língua e discurso. Desse modo, há uma determinação histórica que aponta para lugares sociais, constituídos por posições-sujeitos, atravessadas pelo enunciado: "*Somos Todos Chape*". Ser Chape é ser solidário, é demonstrar sentir o drama vivido pelas vítimas e por seus familiares. "*Somos Todos Chape*" ressoa ecos que advém de "*Somos Todos Charlie*". É a reverberação do já-dito, do drama vivido na França, quando terroristas atacaram o *Jornal Charlie Hebdo* e o mundo produziu efeitos de sentido de compaixão aos sujeitos vitimados. Dito de outro modo, "ser Chape" é não posar como sujeito-turista no local do acidente da Chapecoense. Logo, esta foto do sujeito-jornalista é colocada na zona de interdição do discurso, que aponta "não ser

Chape” tal procedimento, ocasionando efeito de negação, de reprovação etc.

Do exposto, convém destacar que há uma determinação histórica presente no enunciado “*Somos Todos Chape*” e na foto do jornalista, acima, mas não há um determinismo, pois, de acordo com Orlandi (2012), é porque há uma determinação histórica que os sentidos permanecem, mas também é porque a determinação é histórica que eles podem mudar. É desse modo que há formulações novas que aparecem na mídia impressa e eletrônica em todo o território brasileiro, apontando que o sentido sempre pode ser outro.

A foto exposta mostra o jornalista Roberto Cabrini fazendo pose em frente aos destroços do avião, no local onde se pode observar, nesta mesma imagem, restos dos pertences dos passageiros do avião. Ele põe as mãos nos bolsos de sua jaqueta e faz um olhar para ser fotografado, que gera um efeito de semelhança às poses feitas por um sujeito-turista que, por exemplo, deseja registrar a sua ida a *Torre Eiffel* em Paris ou a qualquer outro cartão-postal de uma cidade turística. Logo, a sua foto provoca efeitos negativos de críticas dos sujeitos telespectadores e jornalísticos, como ocorre com a apresentadora Sônia Abrão, da RedeTV, que mostrou a foto em seu programa intitulado “*A Tarde é Sua*”, ao enunciar: - “não é legal, você não está num lugar bonito pra você tirar uma foto, pra você posar, se ele tivesse com um microfone na mão, se fosse um momento que ele tivesse reportando”.

Nesse item, observa-se que o que causou o efeito de estranhamento na foto postada, foi, realmente, a definição do lugar social de cada posição-sujeito que, ao ser interpelado pela ideologia, o sujeito ocupa. Enviado para enunciar a partir da posição de jornalista, a foto de Cabrini apontou para outro lugar social, para a posição-sujeito de turista, que, ao chegar a um lugar que lhe agrada, posta fotos. Assim, percebe-se como defende Pêcheux (1969), que o sentido não está unicamente no sujeito, pois ao postar essa foto, o sujeito citado se inscreve numa memória para enunciar e esta memória se diz no sujeito, ao ser atravessada por

formações imaginárias do lugar social de um jornalista. É desse modo que Pêcheux (1997), Orlandi (2005, 2007, 2012) e Lagazzi (2010) apontam para a compreensão de que sujeito e sentidos se constituem mutuamente.

É pertinente destacar que, desse modo, é possível se perceber o funcionamento da ideologia no sujeito, pois é a ideologia que provoca o efeito de transparência dos sentidos, isto é, o efeito de evidência que diz o que é ser um sujeito-jornalista e o que é ser um sujeito-turista, bem como, o que cada um pode ou deve fazer ao enunciar a partir de inscritos numa formação discursiva, pois a ideologia marca a formação discursiva na posição-sujeito da qual se enuncia.

A foto do sujeito-jornalista em destaque surge dentro das condições de produção do enunciado: *“Somos Todos Chape”*, que fez circular efeitos de sentido de compaixão às vítimas de Chapecó, contudo ao postar a foto, essa materialidade discursiva funciona inscrita numa rede de memórias que apontam para a posição-sujeito de jornalista. Desse modo, a foto produziu efeitos de sentido contrários ao que se marca em *“Ser Chape”*, após o acidente. Assim, a foto produziu efeitos de sentido de indiferença, de insensibilidade às vítimas, de espetacularização, de incoerência, de falta de solidariedade, de falta de compaixão, dentre outros. É nesse ponto que Pêcheux (1969), mostra que certos dizeres dominam outros dizeres, segundo a representação que se faz do lugar social ocupado por aquele que enuncia.

Nesse item, o que funciona, aqui, é a representação imaginária que é reatualizada pela memória discursiva em relação à posição-sujeito de jornalista e à posição-sujeito de turista. O que causa, principalmente, o efeito de estranhamento nesta foto é que o jornalista mostra-se numa tomada de posição. Enviado pelo SBT para fazer uma reportagem no lugar do acidente, ele não aparece fazendo uso dos elementos identitários da posição-sujeito de jornalista tais como, microfone, câmera, postura do corpo ao reportar etc.

É nesse direcionamento que Orlandi (2012) e Lagazzi (2010) nos mostram que o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, uma posição. É desse modo que os sentidos são produzidos em condições específicas e sempre numa relação com a exterioridade (a foto de Cabrini se relaciona a) e “*Somos Todos Chape*” se constitui, por exemplo, de “*Somos Todos Charlie*”. Dito de outro modo, da formação discursiva da compaixão, da solidariedade, do amor ao próximo. Assim, é esse direcionamento histórico-social que se produz em relações imaginárias que derivam de um trabalho simbólico. Logo, o sujeito jornalista Cabrini não é uma forma de subjetividade, mas um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz e o seu dizer nessa materialidade discursiva (foto) causa estranhamento e repúdio nos telespectadores, porque o sentido não está colado ao texto, mas se produz relacionado sempre a, portanto, a outras posições-sujeito também.

É nesse apontamento que, segundo Pêcheux (1969), o sujeito, a linguagem e os sentidos são partes de um todo interacional e indissociável. Nesse modo perfilado, o sujeito-jornalista Roberto Cabrini mostra-se clivado, como bem defende Orlandi (2012, 2007), pois é dividido entre o “eu” e “o outro”, entre a posição-sujeito de jornalista, que foi enviado pelo SBT para efetuar uma reportagem e as formações imaginárias acerca da posição-sujeito de turista, provocada como efeitos de sentido advindos da sua pose na foto no local do acidente. Logo, é desse modo que o discurso se configura como a relação entre sujeitos e sentidos entendidos como aquilo que insere o linguístico em articulação com a história, com a ideologia. Nesse ponto, a pose feita pelo sujeito-jornalista nesta materialidade discursiva (foto), aproxima-se do efeito de sentido de espetacularização de um momento, que não está adequado às condições de produção deste momento sócio-histórico, nem do imaginário desse lugar de tragédia.

Baseado em Courtine (1981) pode-se concluir que um espaço social caracterizado pela permanente disputa de forças antagônicas deixa, irremediavelmente, marcas tanto na linguagem quanto no

sujeito. Assim, os sentidos oriundos da foto dele no local de desolação do acidente, escapam e se deslocam, porque os pertences destruídos dos mortos mostrados nessa foto marcam o lugar do enunciado *“Somos Todos Chape”*, somos todos solidários. Assim, não cabe posar neste local, mas sim, um semblante de compaixão, de tristeza. É justamente por não ser dono do seu dizer na foto, que o sujeito-jornalista Cabrini é concebido nessa materialidade discursiva como um lugar de conflito e opacidade que, com a conjunção da história, constitui, por sua vez, um sujeito descentrado, dividido, incompleto.

É nessa perspectiva que Pêcheux (1969), diz que o lugar social ocupado pelo sujeito é inerente ao seu dizer. Desse modo, pelo acionamento da memória discursiva, invocada pela foto acima, fala uma voz sem nome, como bem compreende Courtine (1981). Assim, o gesto de semelhança à posição-sujeito de turista no local do acidente, afeta a posição-sujeito de jornalista (enviado para reportar), porque faz acionar as formações imaginárias acerca do lugar social que é inscrito para a formação discursiva de jornalista e de turista. Então, não é especificamente o lugar social que é afetado em seu funcionamento, mas o lugar social marcado pelo imaginário, pois é o imaginário desse lugar que deixa de funcionar, apontando para a incompletude. Nesse ponto, pode-se dizer que não há neutralidade nem no enunciado: *“Somos Todos Chape”* nem na foto do jornalista Roberto Cabrini, pois funcionam como unidade de sentido em relação à situação, por isso, tornaram-se objetos de estudo deste artigo, pela funcionalidade.

Considerações finais

O presente trabalho mostrou efeitos de sentido produzidos a partir do enunciado: *“Somos Todos Chape”*. Tal enunciado surgiu por motivo do acidente que vitimou a delegação do time da Chapecoense e mais alguns passageiros e tripulantes, que seguiam num Avião da LaMia, matrícula CP2933, que decolou de Santa

Cruz de la Sierra (Bolívia) com destino a Medellín, mas caiu numa terça-feira, dia 29 de novembro de 2016, em Medellín. O acontecimento marcou a formação discursiva que promoveu o efeito de união entre brasileiros e colombianos e apontou para a constituição dos efeitos de sentido de amor, compaixão, solidariedade, ajuda mútua, dentre outros.

Assim, em meio a esses efeitos de sentido diversos, foi analisada uma foto do sujeito-jornalista Roberto Cabrini no local do acidente nesse período que a hecatombe ocorrera. Tal foto foi analisada como unidade de sentido em relação à situação. Desse modo, pode-se observar o acionamento da memória discursiva com ecos que ressoam advindos de outro lugar. Nesse item, o enunciado: *“Somos Todos Chape”* foi visto estabelecendo relações como interdiscurso ao atravessar a foto do sujeito-jornalista Roberto Cabrini e marcando a formação discursiva que inscreve o enunciado: *“Somos Todos Chape”*. Por outro lado, a memória discursiva reatualiza o próprio enunciado a partir do já-dito noutra enunciado: *“Somos Todos Charlie”*, numa rede de filiação de sentidos advindos da comoção social que tomou conta do mundo, quando ocorreu o ataque terrorista na França às vítimas do *Jornal Charlie Hebdo*.

Este artigo também mostrou o funcionamento das formações discursivas na posição-sujeito de jornalista, pois o jornalista Roberto Cabrini posou como turista, o que marcou as determinações históricas desse lugar social, no qual não caberia posar numa foto em um lugar do acidente que abalou e comoveu o mundo. A foto aponta para uma rede de memórias que estão inscritas num todo das formações discursivas do que é ser um sujeito-jornalista e do que é ser um sujeito-turista, fazendo valer as projeções imaginárias que se tem desses lugares constituídos pela historicidade, não como um determinismo, mas como determinações históricas que mostram que o sentido pode permanecer, mas que também sempre pode ser outro.

No que concerne às formações imaginárias acerca do lugar social, foi mostrado de que forma as formações imaginárias do sujeito-jornalista e do sujeito-turista foram acionadas a partir da foto do jornalista Roberto Cabrini no local do acidente. Nesse trâmite, este artigo percebeu os efeitos de estranhamento, de reprovação, de contradição, de negação, dentre outros, produzidos a partir desta foto.

Tais efeitos de sentido se deram pelo fato da projeção que os sujeitos têm do lugar social constituído para o sujeito-jornalista e para o sujeito-turista. Logo, fazer poses num lugar trágico aponta para o efeito de espetacularização de um momento e não para a projeção que se tem da posição-sujeito de um jornalista, que deve tratar os assuntos com seriedade e ter uma postura sempre ética nos procedimentos de averiguações dos dados, pois é a inscrição do sujeito numa memória inscrita numa formação discursiva, atravessada pela ideologia e projetada pelas formações imaginárias constitutivas pela historicidade que aponta para exterioridade que constituídas pelas determinações históricas, determinam o que pode e o que deve ser dito.

Referências

BRANDÃO, H. H. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

COURTINE, J. J; MIRANDIM, J. M. **Quel Object pour l'analyse dud iscour? Materialités discursives**. Lille: Press Universitaires, 1981.

LAGAZZI, S. Linha de Passe: a materialidade significativa em análise. **RUA** [online] – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>, n. 16, v. 2, 2010, acessado em 12 de janeiro de 2012.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. **Discurso em Análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. **Análise do Discurso:** princípios & procedimentos. São Paulo: Pontes, 2005.

_____. **Discurso e texto:** formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. (1969). In: GADET & Hack. **Por uma análise automática do discurso.** Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

_____. (1975). **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et AL. (Org.). **Papel da memória.** Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

_____. **O discurso:** Estrutura ou acontecimento. 2ª ed. São Paulo: Pontes, 1997.

G1. Avião com a equipe da Chapecoense sofre acidente na Colômbia. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/11/aviao-com-equipe-da-chapecoense-sofre-acidente-na-colombia.html> Acessado em: 06 de dezembro de 2016.

REDETV. Fica esquisito, Cabrini, avisa Sonia sobre foto no local da tragédia. Disponível em: <http://www.redetv.uol.com.br/atarde/esua/videos/ultimos-programas/fica-esquisito-cabrini-avisa-sonia-sobre-foto-no-local-da-tragedia>. Acessado em 06 de dezembro de 2016.

Sobre os organizadores



Dalexon Sérgio da Silva é graduado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco. É Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Pernambuco e Pós-graduado em Administração, também pela UFPE. Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco e doutorando em Ciências da Linguagem pela UNICAP, com atuação em Análise do Discurso de linha francesa, focando a análise do discurso religioso. É membro do CLEPUL - Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e membro da Rede Latino-americana de Estudos Pentecostais - RELEP. Também é membro da União Brasileira dos Escritores - UBE e membro da Academia de Letras - ALAP. Ainda é membro da Academia de Letras do Rio de Janeiro, a Litteraria Academiae Lima Barreto e da Sociedade dos Poetas Vivos de Olinda - Pernambuco. Escreveu cinco livros como único autor, dentre eles: "HETEROGENEIDADE DISCURSIVA: as formações discursivas e os efeitos metafóricos no discurso religioso de membros da Assembleia de Deus". Além de haver publicado artigos em revistas científicas com Qualis-Capes sobre temáticas diversas. Também possui mais de vinte livros publicados em parcerias com autores de vários estados do Brasil. Recebeu alguns prêmios literários, tendo sido premiado em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Minas Gerais, dentre outros estados brasileiros e internacionalmente.



Francisco Vieira da Silva é Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Ciências da Linguagem aplicadas à Educação a Distância (CLEAD) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Graduado em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professor efetivo de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus de Caraúbas. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atua, principalmente, nas seguintes temáticas: Análise do Discurso, mídia e discurso, construção de identidades, bem como a formação de professores numa perspectiva discursiva. Pesquisador do Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), do Grupo de Estudos do Discurso (GRED), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Grupo de Estudos do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (GEDUERN).

ISBN 978-85-7993-404-9



9 788579 934049